



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MS: análise e perspectivas
sob a ótica do desenvolvimento local**

**MESTRANDA SILVANIA DE FÁTIMA BERSANI
ORIENTADOR PROF. DR. WALLACE DE OLIVEIRA**

**AQUIDAUANA/MS
AGOSTO DE 2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MS: análise e perspectivas
sob a ótica do desenvolvimento local**

**MESTRANDA SILVANIA DE FÁTIMA BERSANI
ORIENTADOR PROF. DR. WALLACE DE OLIVEIRA**

**AQUIDAUANA/MS
AGOSTO DE 2008**

SILVANIA DE FÁTIMA BERSANI

**REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MS: análise e perspectivas
sob a ótica do desenvolvimento local**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia como subsídio parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia sob orientação do Professor Dr. Wallace de Oliveira.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE AQUIDAUANA
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada para obtenção do título de MESTRE EM GEOGRAFIA ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAQ – Campus de Aquidauana-MS, sendo _____ com conceito “_____” pelos seguintes membros da Comissão Examinadora:

PROF. DR. WALLACE DE OLIVEIRA
(ORIENTADOR – UFMS)

PROF. DR. MILTON ALGUSTO PASQUOTO MARIANI
(MEMBRO TITULAR – UFMS)

PROF. DR. LEANDRO SAUER
(MEMBRO TITULAR – UFMS)

PROF. DR. FRANCISCO JOSÉ AVELINO JR
(MEMBRO SUPLENTE – UFMS)

AQUIDAUANA/MS
AGOSTO DE 2008.



Em nenhum lugar do mundo a vida de relações pode ser reduzida à reprodução do turismo como atividade econômica ou geradora de atividade econômica. Viver é sempre mais que simplesmente fazer turismo ou receber turistas.

(CRUZ, 2007, p. 06)

Dedico a minha mãe Aparecida, por acreditar em meus sonhos e investir neles durante toda minha trajetória escolar, mesmo não entendendo o motivo de tanto esforço, sempre esteve ao meu lado, preocupada se minha cabeça iria agüentar tanto esforço intelectual, me ensinou que amar é muito mais que dizer eu te amo.

Ao meu pai Geraldo (*in memoriam*), queria que estivesse aqui comigo pra te contar como cresci e amadureci conhecendo esse chão sul-mato-grossense e tentando entender as relações existentes sobre ele e a partir dele. Pai estará sempre em meu coração.

Aos meus irmãos Reginaldo e Augusto, a minha irmã Vera, sempre apoiando minhas andanças, sem entender muito, mas apoiando. Aos meus sobrinhos e sobrinhos netos, por acreditarem em mim sempre.

Ao meu esposo e companheiro Marcos Vieira, por agüentar meu humor italiano e enxugar minhas lágrimas, pelas noites sem dormir me esperando na rodoviária e por acreditar que poderia me tornar mestre. Deus me deu um lindo presente ao conhecer você, te amo.

As minhas filhas Karoline e Mariana, que vieram até mim como um presente de Deus, e só ele sabe explicar que nos pertencemos, não tive a graça de ser mãe pelos meios normais e naturais, mas com certeza me sinto mãe ao olhar para vocês e compartilhar momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua infinita misericórdia e amor.....

Agradeço a minha família, por me apoiar sempre.

Ao meu orientador Prof. Wallace pelo carinho, apoio e por acreditar na minha pesquisa, e por entender as dificuldades e os percalços do caminho.

Ao Prof. Dr. Milton Mariani, posso falar com propriedade que em minha vida existe um momento de mudança intelectual na discussão da atividade turística, esse momento decorre de teus debates e tuas reflexões, meu mestre, meu amigo.

Ao Prof. Dr. Francisco (China), que acompanhou minha graduação, foi minha banca de monografia, acompanhou o processo de ingresso no mestrado e foi minha banca de qualificação do mestrado, orientando e mostrando sempre um caminho a seguir, minha gratidão.

Aos meus mestres e doutores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da UFMS pelas aulas ministradas, pelos debates e por ampliar os horizontes do conhecimento e em especial pela ciência geográfica. A Danielli Campos, por diminuir a distância e auxiliar nas informações, sempre disponível e amiga.

Aos professores e amigos das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS, por entenderem minha ausência e sempre se disponibilizarem em me substituir nas aulas.

As minhas amigas coordenadoras Dalreny, Patrícia e Luziane, por apoiarem e incentivarem nesta jornada.

As amigas da República Barbárie que levarei sempre no coração: Arlinda, Karina, Polyana. Sempre encontramos flores pelo caminho. Ao amigo Gustavo por colaborar sempre e me mostrar que as barreiras devem ser vencidas a cada passo, obrigada pelos mapas e orientações.

Ao Idevaldo pelas reflexões e informações e materiais sobre a Região da Costa Leste de MS.

A Samira, minha amiga/irmã que sempre esteve presente, teu sorriso e tuas histórias divertidas, tornaram os desafios menos penosos. E foram tão bons que agora compartilho com você e com Ricardo a Yasmim e o Arthur, espero corresponder as expectativas de madrinha de gêmeos, um novo desafio.

Enfim, aos colegas de trabalho, Maria Elisa, Fátima, Jacimone, Altamira e Larry, por socorrer e entender que minha ausência foi por uma boa causa.

São tantos a agradecer que resumo agora, todos que passaram por minha vida ou compartilham dela comigo, são dignos de meus sinceros agradecimentos.

Minha gratidão e meu carinho.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MS: análise e perspectivas sob a ótica do desenvolvimento local

Autora: BERSANI, Silvania de Fátima

Orientação: Prof. Dr. Wallace de Oliveira

Data e Local da Defesa: 26/09/2008, Aquidauana/MS

O turismo é considerado como uma atividade econômica e seu desenvolvimento se manifesta sobre o território, criando e recriando territorialidades. Nesta perspectiva o presente trabalho visa refletir sobre o processo de regionalização que deu origem a Região Turística da Costa Leste de Mato Grosso do Sul, identificando suas potencialidades e perspectivas, analisando os atores envolvidos e as influências das ações públicas estaduais de turismo. Considerando as dificuldades de efetividade do processo de regionalização a partir dos interesses divergentes em especial políticas e econômicas. As pesquisas, levantamentos e análises, foram subsidiadas pelas teorias contidas nas obras de Santos, Rodrigues, Coriolano, Cruz, que notaram as proposições de diretrizes de desenvolvimentos efetivo da atividade, considerando as especificidades locais e dos pressupostos de Santos (1985), quando se refere a análise do espaço, que não pode ser entendido sem considerar os “sistemas de objetos e sistemas de ações” e suas relações.

Palavras-chave: Turismo, Regionalização, Desenvolvimento Local

ABSTRACT

Masters Degree Dissertation
Stricto Sensu Post Graduation Programme in Geography
Federal University of Mato Grosso do Sul

MATO GROSSO DO SUL EAST COST TOURISTIC REGION: analysis and prospects by the local development perspective

Authoress: BERSANI, Sylvania de Fátima

Guidance: Prof. Dr. Wallace de Oliveira

Defense place and date: 09/26/2008, Aquidauana/MS

Tourism is considered an economic activity and its development is demonstrated on the territory, creating and recreating territorialities. On this prospecting the present research intends pondering about the regionalizing process which one gave rise to Mato Grosso do Sul East Cost Touristic Region, identifying its potentialities and prospects, analysing the involved actors and the state public shares influences. Esteeming the effectiveness difficulties of the regionalizing process from the diverging interests specially politics and economics. The researches, surveys and analysis, were subsidised by theories contained in Santos, Rodrigues, Coriolano, Cruz works which ones guided the guidelines propositions for development of effective activity, considering the local particularities and assumptions from Santos (1982), when refers the space analysis can't be understood without considering the "object systems and the action systems" and their connections.

Key-words: Tourism, Regionalization, and Local development.

LISTA DE FIGURA

Figura 01 - Barraginha da Fazenda Quiteroi	37
Figura 02 - Fazenda Santo Antonio.....	38
Figura 03 - Rio Barraginha	38
Figura 04 - Balneário Público de Anaurilândia.....	39
Figura 05 - Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná.....	40
Figura 06 - Balneário Toca do Peixe – Bataguassu	41
Figura 07 - Lago do Rio Verde	42
Figura 08 - Ponte Pedro Pedrossian	42
Figura 09 - Cachoeira do Córrego Lageado	43
Figura 10 - Cachoeira do Córrego Indaiá	44
Figura 11 - Rio Moranga – Inocência	44
Figura 12 - Prainha do Dê – Paranaíba.....	45
Figura 13 - Prainha do Dê	46
Figura 14 - Fazenda Bela Vista – Paranaíba.....	46
Figura 15 - Cachoeira da Luz	47
Figura 16 - Cachoeira do Rio Grande.....	48
Figura 17 - Cachoeira do Sr. Neno.....	48
Figura 18 - Prainha de Selvíria.....	49
Figura 19 - Lago da Usina Souza Dias – Jupia	50
Figura 20 - Usina Hidrelétrica Souza Dias – Jupia	50
Figura 21 - Rio Sucuriú – Três Lagoas.....	51
Figura 22 - Porto Marina – Três Lagoas	51
Figura 23 - Logomarca da Região Turística da Costa Leste de MS.....	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Região do Bolsão Sul-Matogrossense	24
Mapa 02 – UNIPAR – União dos Municípios do Alto Paraná.....	25
Mapa 03 – Região Turística – MRT PDTUR/MS.....	26
Mapa 04 - Rodovias, ferrovias e hidrovias de MS.....	35
Mapa 05 - Ferrovias e Gasoduto.....	36
Mapa 06 - Distribuição do Rebanho Bovino 2001	37
Mapa 07 - Eixos de Integração e Desenvolvimento	41
Mapa 08 - Situação Produtiva potencial de MS, 2001	42
Mapa 09 - Vocações e potencialidades turísticas regionais.....	83
Mapa 10 - Divisão do PDTUR/MS Macro Regiões.....	87
Mapa 11 - Municípios engajados no processo de regionalização da Costa Leste de MS na concepção	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEMS	Associação de Ensino Superior de Três Lagoas.
CODEMS	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul.
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo.
FUNDTUR/MS	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPLAN	Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul.
MRT	Macro Região Turística.
OMT	Organização Mundial do Turismo.
PDTUR	Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato.
PLANTUR	Plano Nacional do Turismo.
PMTL	Prefeitura Municipal de Três Lagoas.
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
PNT	Plano Nacional de Turismo.
PRDS	Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEPLANCT	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.
SEPRODES	Secretaria de Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável.
SEPROTUR	Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo Sustentável.
UNIPAR	União dos Municípios do Alto Paraná.
SEMAC	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e da Tecnologia.
TURISUL	Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	18
------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	23
---	-----------

1.1 A BUSCA DA DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO OBJETO DE ESTUDO	23
--	----

1.1.1 Considerações Históricas, Ambientais e Sócio-Econômicas	28
--	-----------

1.2 PONTENCIALIDADES TURÍSTICAS PRESENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO.....	43
---	----

1.3 OS MUNICÍPIOS E A ATIVIDADE TURÍSTICA.....	61
--	----

CAPÍTULO 2

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO	72
---	-----------

2.1 O DESMEMBRAMENTO DAS POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL.....	72
--	----

2.2 MATO GROSSO DO SUL E AS AÇÕES POLÍTICAS DE TURISMO.....	79
---	----

CAPÍTULO 3

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DA COSTA LESTE DE MS	87
--	-----------

3.1 A FORMAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MS E O PDTUR.....	87
--	----

3.2 OS ATORES ENVOLVIDOS E EXCLUÍDOS DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO.....	98
---	----

3.3 ANÁLISE E PERSPECTIVA DA REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MS.....	104
---	-----

CAPÍTULO 4

4 DIRETRIZES PARA EFETIVAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA COM BASE LOCAL	115
4.1 ENTENDENDO TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	115
4.2. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
ANEXOS	134

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de formação da Região Turística da Costa Leste de Mato Grosso do Sul, região localizada ao leste do Estado de MS e formada a partir do PDTUR/MS – Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul.

Objetiva-se especificamente identificar e analisar as estratégias político-espaciais e seus desmembramentos identificando os atores envolvidos e as perspectivas de desenvolvimento do turismo na região a partir do local.

A abordagem do turismo justifica-se pelo fato de ser professora do Curso de Turismo das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS, vivenciar o desmembramento das discussões do turismo, em especial o que corresponde a formação da Região Turística da Costa Leste de MS, e por compreender que a atividade turística vem sendo tema de discussão cada vez mais freqüente, impulsionada pelo seu crescimento enquanto fenômeno social e econômico e pelo seu caráter transformador.

Rodrigues (2001, p.17), corrobora essa afirmação quando enfatiza o destaque da atividade turística, principalmente por ela ser:

[...] incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais. Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e de capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados. (RODRIGUES, 2001, p.17)

E ainda segundo a autora, esse fenômeno apresenta-se em várias modalidades e sob diversas formas evolutivas, de maneira sincrônica atingindo escalas nacionais, estaduais, regionais e locais, expandindo-se e não poupando nenhum território. Sendo o caso em tela, a sua influência decorre de um arranjo espacial regional.

Além do caráter expansionista agregamos a sua subordinação às políticas públicas e aos ditames da iniciativa privada. Impulsionados pelo apelo do desenvolvimento econômico, vimos surgir novos arranjos territoriais, em regiões e locais sem nenhuma tradição no desenvolvimento do território e, conseqüentemente, sem as condições necessárias para sua sustentabilidade.

A visão desenvolvimentista nos reporta, também, a sua complexidade de análise, uma vez que, sua investigação está sujeita aos interesses dos investigadores, conforme demonstra Andrade (1992, p.11), “o turismo nasce de um conjunto de natureza heterogênea que impede a constituição de ciência autônoma e de técnicas específicas independentes. Não dispõe de ordenamento disciplinado e rígido, nem de metodologia própria”.

Rodrigues (1999, p. 41) sobre esse prisma enfoca que: “em face da sua complexidade o turismo deve ser abordado em âmbito multidisciplinar, particularmente no conjunto das ciências sociais [...]”.

Portanto a dificuldade de entendimento do turismo e seus desmembramentos levam à equívocos de interpretação e concomitantemente no direcionamento da mesma.

Propõe-se, portanto neste trabalho a análise e discussão propositiva em relação ao turismo com o aporte teórico metodológico da ciência geográfica, uma vez que observa-se o crescente interesse da mesma pelo estudo sobre o turismo, acentuado a partir da década de sessenta, período pós-guerra, sendo sua abordagem variação do positivismo ao dialético crítico, no caso deste último, abre um amplo campo para compreensão do turismo e seus desmembramentos.

Coriolano (2005, p. 11), afirma que “A geografia é a ciência do espaço e o turismo concretiza-se nos espaços geográficos.”. Em relação a geografia enfoca também que:

Por meio dela, pode-se entender melhor as singularidades dos lugares em que se vive e onde se faz turismo, saber o que o diferencia e o aproxima dos demais, entender as variadas formas de relações sócio-espaciais ou como diferentes sociedades interagem com a natureza nessa construção. (CORIOLANO, 2005, p. 11)

A abordagem teórico-metodológica deste trabalho se fundamenta nas obras dos autores: Santos, Rodrigues, Coriolano, Knafou, Souza, Haesbaert, Cruz, cujas obras nortearam os levantamentos, as análises e as proposições.

Considerando o método como o caminho para se chegar ao resultado, ou como uma sucessão de passos pelos quais surgem novas descobertas, utiliza-se neste trabalho o método dialético, pautado em uma abordagem qualitativa, analítica e propositiva.

Em relação às bases técnicas de pesquisa, compreendem a observação sistemática, através da pesquisa exploratória, presenciando o processo de implantação da Região Turística da Costa Leste de MS, onde desenvolveu-se a pesquisa de campo.

A revisão bibliográfica compreendeu o levantamento teórico-conceitual da geografia e do turismo, pautou-se nos autores anteriormente descritos e presentes no corpo do trabalho, o que permeou durante toda a sua execução. Foram utilizados além de livros, artigos, teses, e revistas.

A utilização da pesquisa na internet foi primordial para o acesso as informações das instituições e órgãos ligados à atividade turística e a pesquisa, bem como dos órgãos de gestão e planejamento.

Ressalta-se em relação ao levantamento de dados, a utilização da pesquisa documental e institucional, como primordial para a análise das políticas pública e das ações voltadas ao turismo, contato direto com os gestores municipais para o entendimento da realidade vivenciada pelos mesmos.

A pesquisa compreende uma análise diacrônica através dos levantamentos históricos, principalmente pela abordagem das políticas e seus desmembramentos, bem como do processo de implantação da Costa Leste de MS, bem como uma análise sincrônica do que se observa presente nos territórios. Seguindo, as categorias de análise propostas por Milton Santos.

No decorrer da pesquisa observou-se a insuficiência de dados concretos sobre a atividade turística ou a ela diretamente ligada, nos municípios envolvidos, estudos sobre a atividade ou sua quantificação são insuficientes para qualquer análise, além de demonstrar nitidamente as confusões e divergências conceituais sobre o mesmo. Essa problemática nos levou a utilização de dados das instituições de ensino

superior como no caso da AEMS e UFMS, bem como da Fundação de Turismo de MS, através do seu diagnóstico, sendo que este subsidiou a elaboração do PDTUR/MS.

Após a etapa de levantamento de dados e das pesquisas, buscou-se o material cartográfico e das informações específicas para caracterização da região em estudo.

Os trabalhos de gabinete foram necessários no decorrer da pesquisa, em especial na análise e formatação dos dados e embasamento teórico.

A participação em eventos científicos, reuniões com os gestores locais e estaduais, proporcionaram a troca de experiências e contribuíram para o debate sobre o turismo, região e local. O módulo do mestrado Turismo com base regional e local, ministrado pelo Prof. Dr. Milton Mariani, também merece destaque pelos referenciais teóricos e pelas discussões.

A presente dissertação compreende o resultado dos estudos decorrentes e dos objetivos propostos inicialmente, desse modo a organização estrutural da mesma compreende quatro capítulos.

O primeiro capítulo compreende a difícil tarefa de delimitar territorialmente a área de estudo e sua caracterização no contexto regional, através de suas principais características, proporcionando a identificação das principais potencialidades existentes em relação ao turismo presentes nos municípios que compõem a região e abre a discussão sobre a atividade turística existente nos mesmos. O segundo capítulo aborda as políticas públicas de turismo e seus desmembramentos, enfocando sua trajetória histórica e suas diretrizes, apresenta-se nesse capítulo também as ações estaduais, no contexto organizacional, atentando para o PDTUR (Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul), cujas diretrizes estão compreendidas e embasam a discussão do terceiro capítulo.

O terceiro capítulo versa sobre a contextualização da Região Turística da Costa Leste de MS, com uma discussão conceitual sobre território e suas territorialidades engendradas pelos atores envolvidos no direcionamento do processo, bem como elucida as perspectivas da efetividade do turismo regional.

O desenvolver da pesquisa e as discussões a ela direcionada e pelos aportes teóricos da ciência geográfica, considerando também as sugestões da banca

de qualificação, o quarto capítulo se estrutura como uma contribuição para o desenvolvimento turístico da região, mas sob a ótica local, aqui considerado como sendo os municípios. Entendendo a Região Turística da Costa Leste de MS, só se efetivará mediante a condição de que o turismo esteja presente de forma efetiva e vivenciada de forma real e dentro das relações existentes no local.

CAPITULO I

1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1.1 A BUSCA DA DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO OBJETO DE ESTUDO

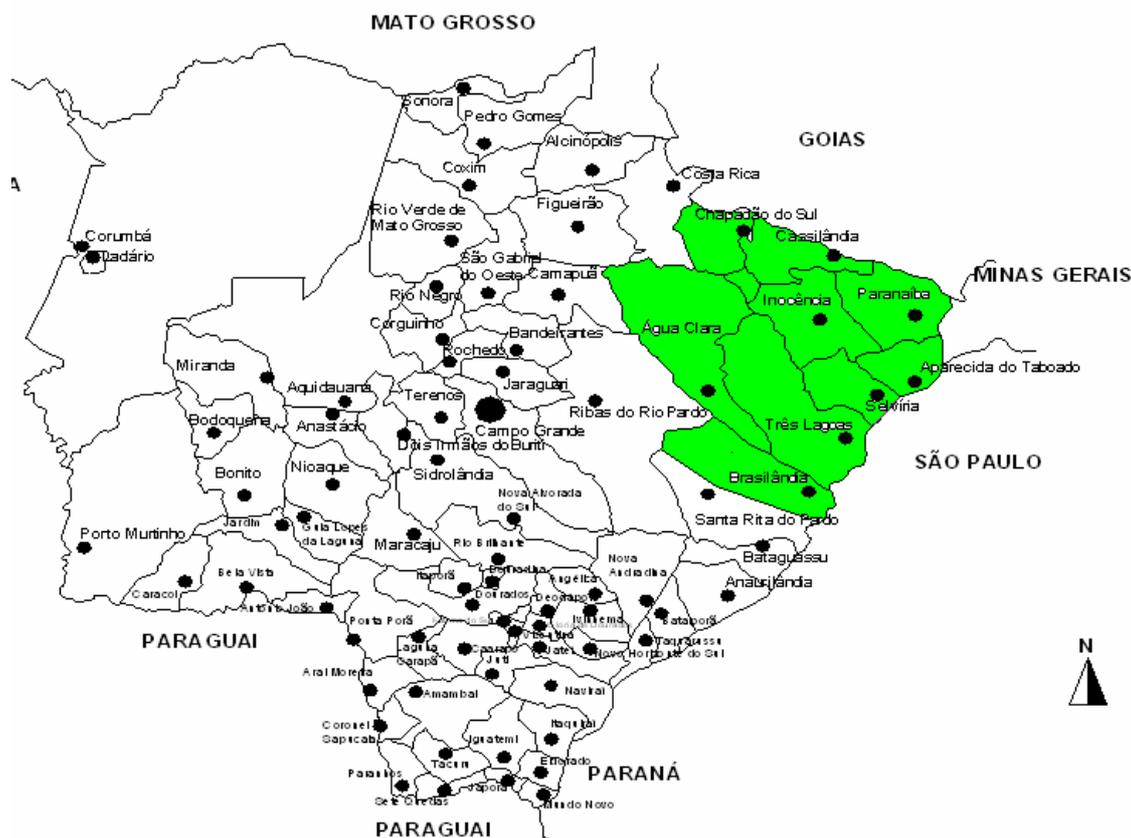
A caracterização da área de estudo que compreende a Região Turística da Costa Leste de Mato Grosso do Sul, torna-se um desafio, diante dos inúmeros arranjos territoriais estabelecidos e pelas considerações de região e regionalização que, envolvem a inserção e desligamento de municípios¹ sem critérios definidos e sem o estabelecimento de responsabilidades, o que nos permite considerar a vulnerabilidade que se estabelece o processo de regionalização a partir das políticas desenvolvimentistas e aleatórias do poder público e da iniciativa privada na prevalência dos interesses do capital, sobre o local, em especial no que se refere ao objeto de estudo.

A Região Turística da Costa Leste de Mato Grosso do Sul, tem como uma das configurações anteriores e a qual ainda hoje figura como região político-administrativa é a Região do Bolsão Sul-mato-grossense, instituída pelo Governo do Estado com base nos critérios de região utilizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

A Região do Bolsão compreende os municípios de: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas, localizada a leste do Estado de Mato Grosso do Sul pertencente ao contexto regional do Centro Oeste brasileiro.

¹ Cabe salientar a dinâmica de inclusão e exclusão de municípios do processo de regionalização, criando descontinuidades e ao mesmo tempo ampliando os limites territoriais para outras regiões administrativas do nosso estado, criando assim complexas redes de ligação e interesses, o que fragiliza o processo de relações com a formação da região do bolsão anteriormente estabelecida.

Mapa 1: ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
Região do Bolsão Sul-Mato-grossense



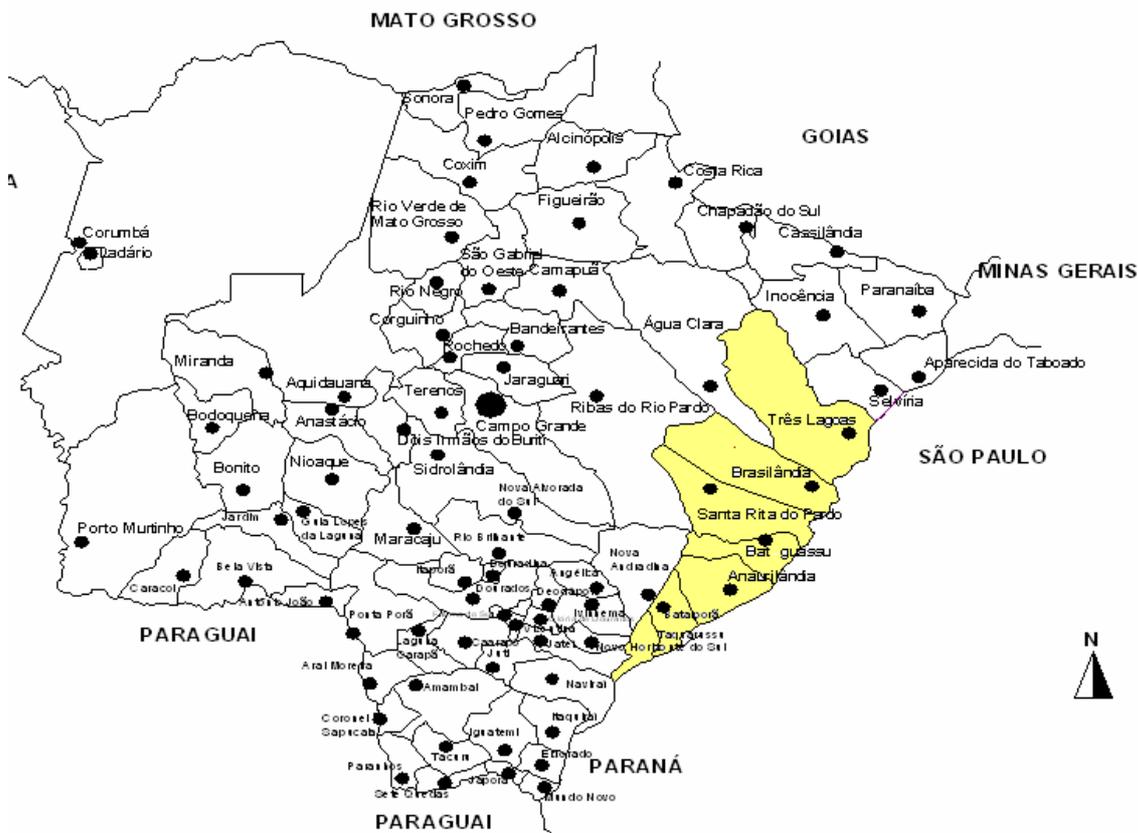
Fonte: SEPLANCT/MS (organização própria)

A região figura como objeto de estudo que concerne a Região Turística da Costa Leste de MS, além de estar inserida no contexto regional da Região do Bolsão Sul-mato-grossense, também está contida na UNIPAR – União dos Municípios do Alto Paraná que compreende os municípios de: Três Lagoas, Brasilândia, Bataguassu, Anaurilândia, Santa Rita do Pardo e Batayporã², que teve sua formação decorrente da necessidade de união de forças na luta pela minimização dos impactos da construção da usina de Porto Primavera sobre os municípios, principalmente no que tange as

² Outra regionalização decorrente de interesses homogêneos e pautados pelo poder público enquanto gestor local.

responsabilidades da CESP – Companhia Energética de São Paulo, quanto às obras compensatórias acordadas no momento da autorização e implantação da obra.

**Mapa 2: ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
UNIPAR – União dos Municípios do Alto Paraná**



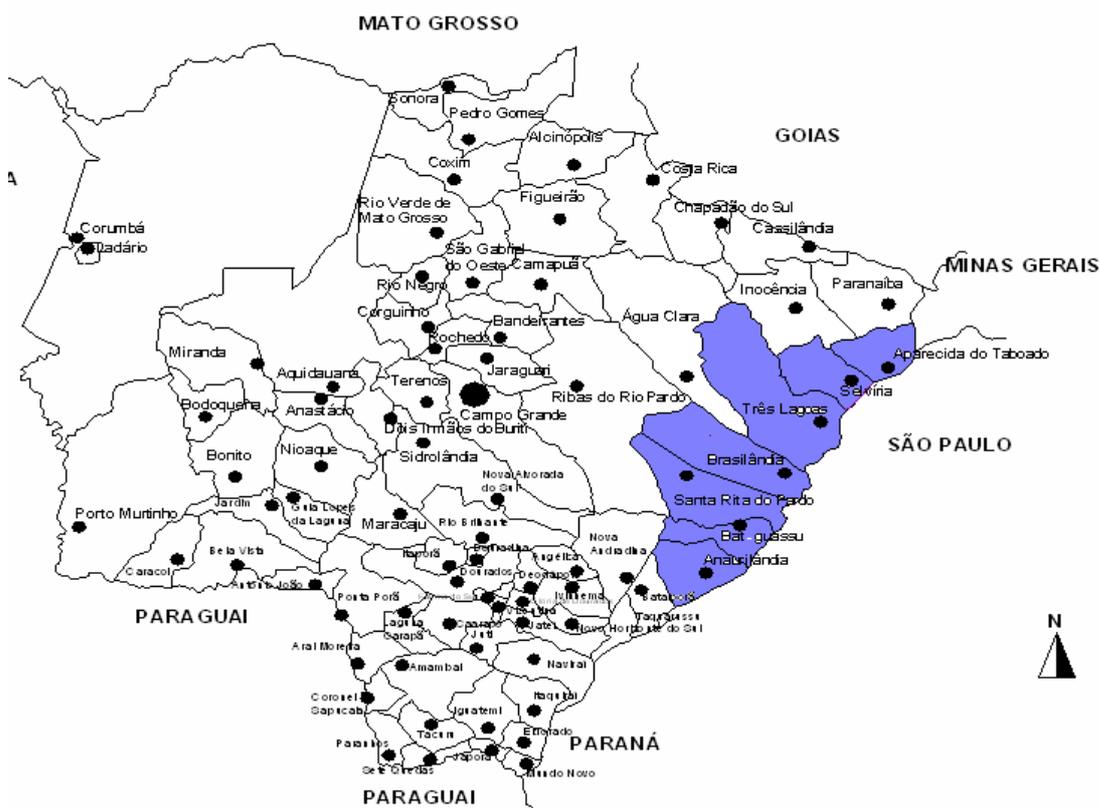
Fonte: SEPLANCT/MS (organização própria)

Ainda na caracterização da área de estudo que compreende a Região Turística da Costa Leste de MS, reportamos a mais um contexto de região presente no território, que compreende a região estabelecida a partir do PDTUR/MS – Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Mato Grosso do Sul, que subdividiu o Estado em 07 (sete) macro-regiões turísticas, onde a área de estudo encontra-se compreendida dentro da Macro Região Turística 05, cujos 11 municípios integrantes

são: Anaurilândia, Bataguassu, Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Ribas do rio Pardo, Três Lagoas, Selvíria, Aparecida do Taboado, Paranaíba, Inocência e Água Clara.

Da proposta estabelecida pelo PDTUR/MS, originou a primeira formação da Região Turística da Costa leste de MS, composta pelos seguintes municípios: Três Lagoas, Anaurilândia, Brasilândia, Bataguassu e Santa Rita do Pardo, que ao longo do processo sofre alterações territoriais significativas, principalmente pelo desligamento dos municípios do processo, chegando a configuração atual composta pelos municípios: Anaurilândia, Três Lagoas, Brasilândia, Bataguassu, Santa Rita do Pardo, Aparecida do Taboado e Selvíria.

Mapa 3: Região Turística do Bolsão – MRT PDTUR/MS



Fonte: SEPLANCT/MS (organização própria)

Quadro 1: Arranjos territoriais da Região Turística da Costa Leste de MS

Municípios	Configurações Regionais			
	Região do Bolsão	Região da UNIPAR	MRT PDTUR	Região da Costa Leste de MS
Água Clara				
Anaurilândia				
Aparecida do Taboado				
Bataguassu				
Batayporã				
Brasilândia				
Cassilândia				
Chapadão do Sul				
Inocência				
Paranaíba				
Ribas do Rio Pardo				
Santa Rita do Pardo				
Selvíria				
Três Lagoas				

Fonte: Organização Bersani, 2008.

O quadro acima demonstra a dinâmica dos municípios nas configurações regionais propostas e o jogo de interesses no processo de divisão e de participação regional, além das discontinuidades territoriais. Os municípios de Três Lagoas e Brasilândia são os únicos a estarem presentes em todos os arranjos, o que nos leva a salientar que Três Lagoas se apresenta como pólo regional e, portanto não poderia ficar ausente de nenhum arranjo, até mesmo pelas relações de dependência existentes.

Das configurações regionais descritas anteriormente consideramos a primeira configuração Região do Bolsão, como base da área de estudo sobre Região Turística da Costa Leste de Mato Grosso do Sul, para subsidiar os levantamentos que seguem neste capítulo, formada inicialmente pelos seguintes municípios: Três Lagoas, Anaurilândia, Brasilândia, Bataguassu e Santa Rita do Pardo, que ao longo do processo

sofre alterações territoriais significativas, principalmente pelo desligamento dos municípios do processo.

1.1.1 Considerações sobre a Região Turística da Costa Leste de MS

Conforme estabelecido anteriormente, cabe-nos considerarmos a Região do Bolsão como base para entendermos a dinâmica em que os municípios engajados na regionalização Turística da Costa Leste de MS.

Reportamo-nos em especial ao antigo Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul – IPLAN/MS, que pautava suas ações na auto-sustentabilidade econômica do Estado, não desvinculando da condução da economia e da política nacional e mundial, seguindo os planos ou ditames de desenvolvimento econômico como norte para as ações e o estabelecimento da região político administrativa do Bolsão Sul-Matogrossense.

Segundo Bezzi (2004) referindo-se a Santos (1988), a região figura como uma categoria de análise que possibilita compreender como uma mesma forma de produzir ocorre em diversas partes do globo, mas de acordo com suas especificidades regionais.

A região do Bolsão possui uma área total de 51.735,30 km², correspondendo a 14% da área do Estado, limitando-se a leste com os Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo; ao sul com os municípios de Santa Rita do Pardo; a oeste, com Ribas do Rio Pardo, a noroeste com Camapuã e ao norte com Costa Rica e Estado de Goiás.

Os primeiros relatos de exploração dessa região se pautam na utilização das terras para a pecuária extensiva, que resultou na necessidade de busca por novos moradores em especial de Minas Gerais que instalaram-se na região e posteriormente deu origem a cidade de Paranaíba.

A necessidade de exploração de novas terras aliadas à mobilidade própria do ser humano e a necessidade de novos espaços para exploração fizeram por volta de 1887, Protázio Garcia Leal e Antônio Trajano dos Santos se instalarem na região

denominada Piaba e Fazenda Alagoas³, como a dinâmica espacial é contínua e ininterrupta, por volta de 1909 novas migrantes de outras regiões chegaram até essas terras formando então novos povoados que posteriormente se originou a cidade de Três Lagoas.

Não podemos deixar de ressaltar o contexto histórico do período, em que, o governo imperial era forte aliado do processo de desbravamento e exploração dessas terras imbuído pela necessidade de proteger a fronteira, apoiando as populações migrantes para os sertões brasileiros, no caso em tela para o Centro-Oeste Brasileiro, mas especificamente para a região depois denominada de Bolsão Sul-Matogrossense.

A confirmação do poder estatal no processo de adentramento e conquista territorial na época foi reforçada pela implantação da Colônia Militar no Salto de Itapura (Rio Tietê), próximo a foz do Rio Paraná.

No cumprimento do seu papel aliado aos interesses econômicos e soberania, novas políticas públicas ou ações ditadas pelo Estado foram definidas e traçados planos de desenvolvimento através de empreendimentos, como em 1908 o estabelecimento e o início da implantação do trecho Itapura-Cuiabá da ferrovia Noroeste do Brasil – NOB, sendo o marco desse empreendimento a construção e funcionamento em 1926 da ponte férrea sobre o Rio Paraná e posteriormente a definição de projetos para instalação da barragem de Ilha Solteira – UHE, empreendimento que impulsionou o loteamento e o início do município de Selvíria.

Como nos coloca Costa (1995, p. 13):

Tradicionalmente, as políticas territoriais têm sido entendidas no âmbito restrito dos planos regionais de desenvolvimento, isto é, enquanto atividade planejadora do Estado voltada ao enfoque regional específico, resultado comumente em projetos especiais que interessam a uma ou outra região do país.

E ainda quando se refere:

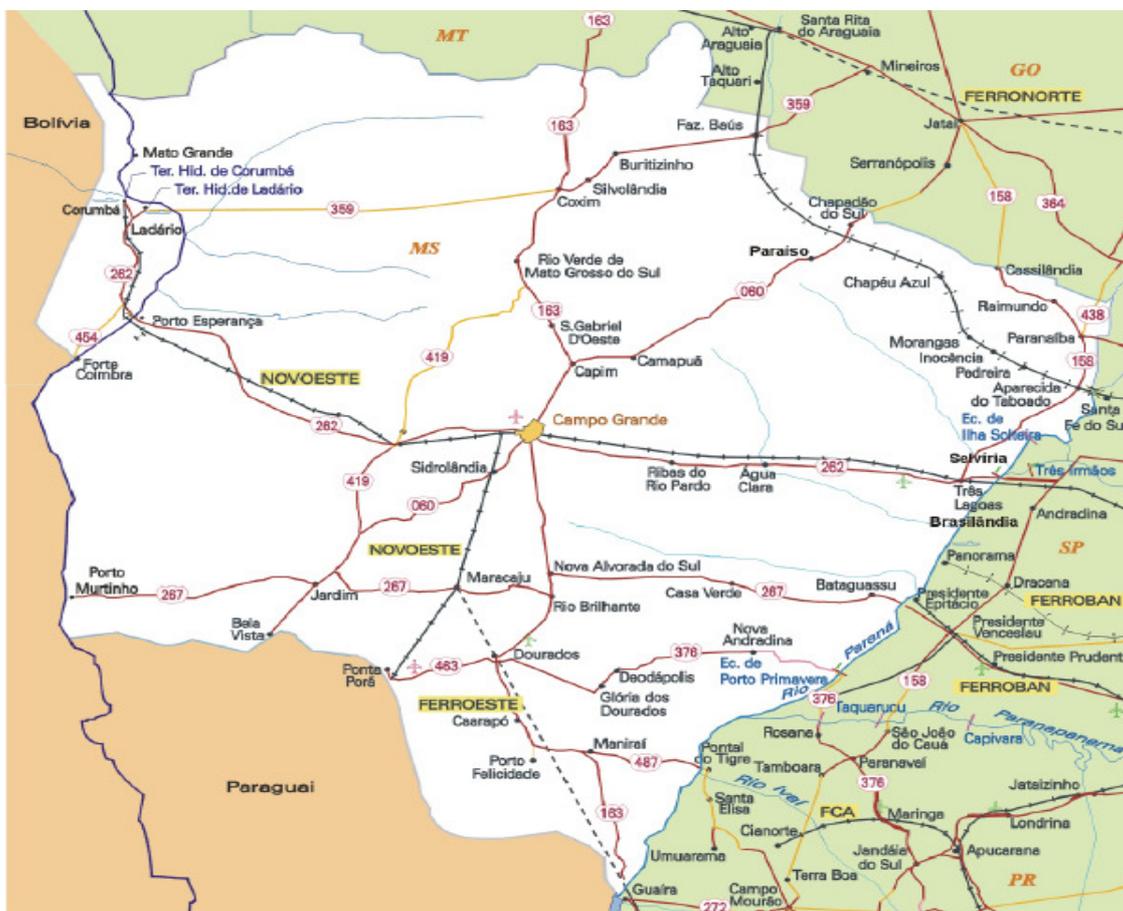
O que importa ressaltar é que a relação espaço poder é relação sócio-política por excelência, processo real que se expressa empiricamente sob várias formas e tipos e que tem um significado preciso para a sociedade e a ciência social. (CASTRO, 1995, p. 18)

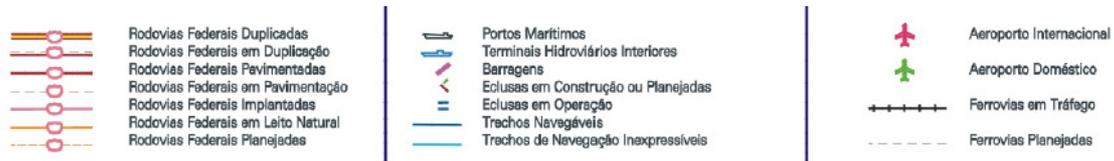
³ Referência a paisagem natural formada por lagoas que chamavam a atenção por sua extensão e beleza.

A região até então referêcia como uma porção do território nacional sem muitas informações técnicas ou conceituais, exceto aquelas posteriormente estabelecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sempre foi marcada por planos desenvolvimentistas, pois se apresentava com diversidade econômica insignificante marcada pela exploração da madeira e com uma deficiência tecnológica para utilização dos solos do cerrado, gerando como consequência de uma utilização desordenada do solo, danos ambientais significativos, em muitos casos ligados diretamente aos recursos hídricos (desmatamento da mata ciliar, assoreamento etc.) que não revertidos, apenas tiveram seu agravamento com o transcorrer do tempo.

Benefícios oriundos dos planos regionais estatais e com forte interferência da iniciativa privada, estão presentes nas áreas relativas ao transporte com diversificada malha de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário que, sugere vantagens dessa região em relação às demais regiões do Estado.

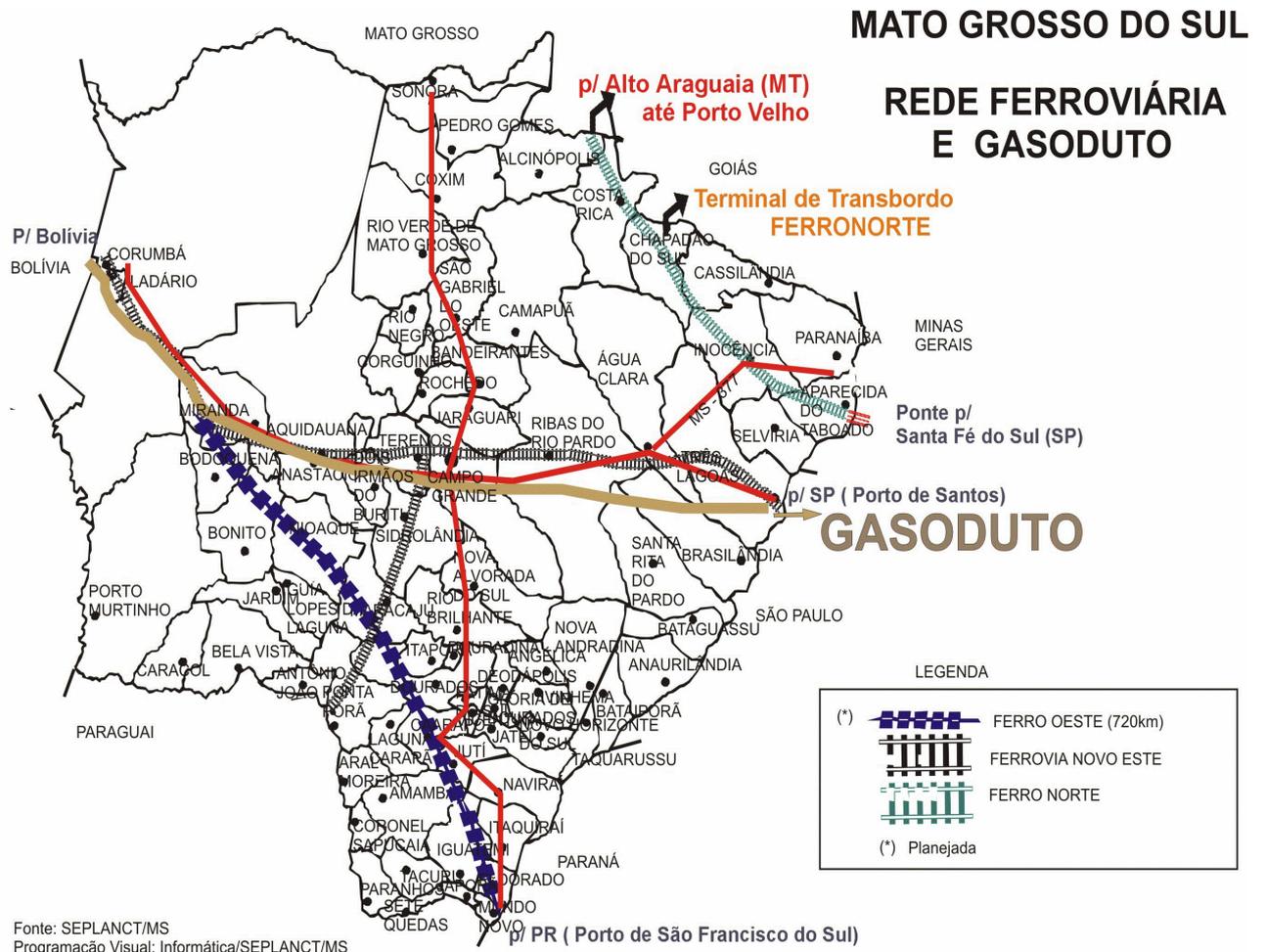
Mapa 4: Rodovias, ferrovias e hidrovias de MS





Fonte: Ministério dos Transportes

Mapa 5: Ferrovias e Gasoduto



Aliados aos planos desenvolvimentistas na região, mas não específicos para a região, pois o contexto era nacional no caso do plano energético com a construção do complexo hidrelétrico no rio Tietê e Paraná, o Gasoduto Bolívia-Brasil, Hidrovia Tietê-Paraná, elucida os grandes impactos sócio-ambientais, em especial, ressalta-se a

perda da identidade local ou o que denominamos de desterritorialização de comunidades inteiras e a necessidade de novos territórios formados a partir das territorialidades engendradas endógenas e exógenas a realidade da região e dos locais mais diretamente afetados, como exemplo as populações ribeirinhas e a comunidade indígena autóctone.

Haesbaert (2006) enfatiza que:

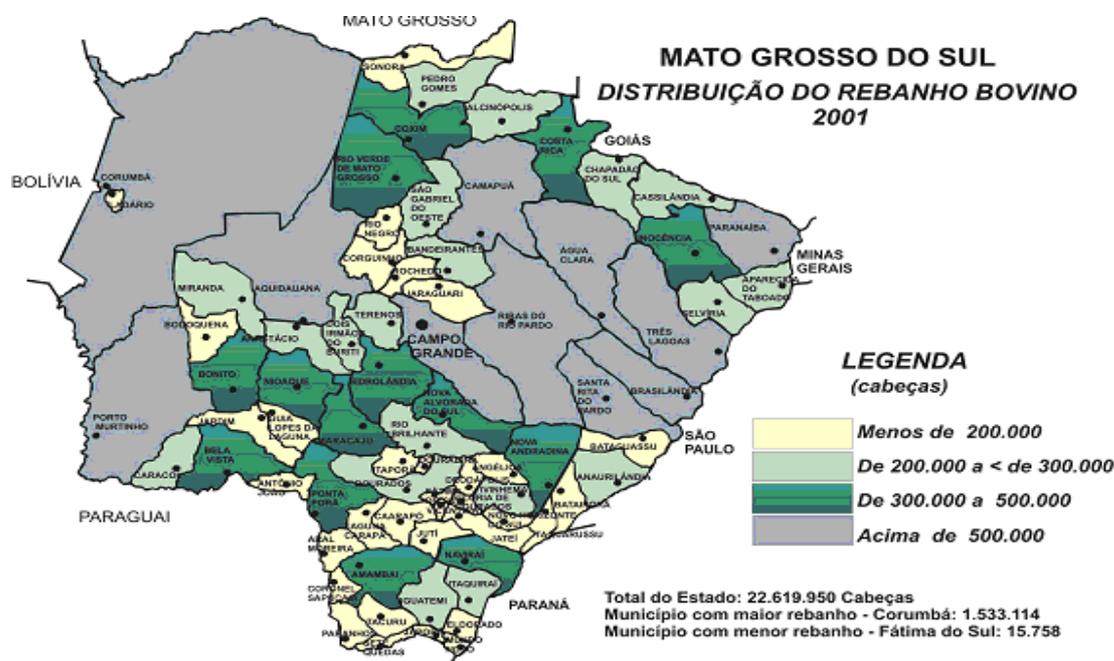
O que importa mais do que perceber as diferenças entre um movimento “territorializador” e outro “desterritorializador”, é situar historicamente os sentidos profundamente distintos de uma territorialidade típica ou tradicional, “primitiva”, muito concreta, e uma territorialidade mais abstrata, “sobrecodificada”, imposta pelo Estado e, posteriormente, também, pelo modo de produção capitalista. (HAESBAERT, 2006, p. 196)

E ainda quando Haesbaert cita Deleuze e Guattari (2006):

[...] esse Estado produz territorialidades que não destrói completamente a territorialidade tradicional das comunidades “primitivas”, mas se apropria delas e integra-as como “peça ou órgãos de produção” na nova máquina despótica. Trata-se assim de uma des-re-territorialização complexa, que ao mesmo tempo que destrói as territorialidades prévias, reincorpora-as e produz uma nova forma territorial de organização social. (HAESBAERT, 2006, p. 196-7)

Nessa contextualização da região do Bolsão, cabe-nos ressaltar que a economia pautada na exploração da pecuária extensiva e leiteira decorreu do avanço tecnológico, que permitiu o aproveitamento do cerrado para a agricultura, como ocorre de forma mais significativa em Chapadão do Sul.

Mapa 06: Distribuição do Rebanho Bovino 2001



Fonte: SEPLANCT/MS

A urbanização das cidades pertencentes ao Bolsão Sul-Matogrossense sempre esteve ligada aos ciclos de desenvolvimento⁴, crescimento desordenado e com significativas conseqüências sócio-ambientais.

Os ciclos de povoamento se expressam no percentual da população urbana presente nos municípios correspondente a 83,69% dos habitantes da região (IPLAN, 2001), o que reforça as argumentações do parágrafo anterior.

A população residente nos municípios da região se apresenta de forma bem diversificada, como podemos observar na tabela abaixo, onde o processo de povoamento se deu de forma a privilegiar alguns municípios e pela estagnação dos índices da população residente em outras, o que demonstra as contradições existentes entre eles e no contexto da região, que impõe papéis hierarquizados e relações de dependência.

⁴ Planos desenvolvimentistas do Governo Federal, como forma de potencializar as regiões.

Quadro 1: População residente – ano base 2007

Município	População Total
Água Clara	13183
Anaurilandia	8380
Aparecida do Taboado	19819
Bataguassu	18687
Brasilandia	12136
Cassilândia	20916
Chapadão do Sul	16193
Inocência	7342
Paranaíba	38969
Santa Rita do Pardo	7162
Selvíria	6413
Três Lagoas	85914

Fonte: IBGE, 2007 (organização própria)

Atualmente a região tem apresentado dinamização da industrialização aliada à ampliação da agricultura e pecuária que figuram como atividades tradicionais na região, com destaque para os municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado, o que impulsiona a economia e criado novas perspectivas e novas atividades no contexto de desenvolvimento local e regional conforme demonstra quadro abaixo:

Quadro 3: Arrecadação de ICMS por atividade econômica (R\$1,00)**Aparecida do Taboado**

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006
Total	8.555.804,91	9.126.069,48	13.299.497,62	13.878.858,96	16.514.076,99
Comércio	918.817,15	1.042.955,70	1.160.990,44	1.662.786,26	2.079.226,89
Indústria	336.946,91	423.005,76	912.728,70	1.039.566,45	1.728.429,54
Pecuária	4.448.656,66	4.696.704,00	8.013.010,90	7.518.198,34	6.987.526,37
Agricultura	1.344.847,22	1.137.457,51	1.712.784,79	2.201.211,86	4.346.185,19
Serviços	4.864,21	22.486,42	42.618,53	54.433,50	24.687,09
Eventuais	1.501.672,76	1.803.460,09	1.457.364,26	1.402.662,55	1.348.021,91

Selvíria

Total	3.607.694,64	4.024.480,32	7.851.251,52	11.905.971,70	8.136.439,18
Comércio	88.306,07	121.513,45	146.675,32	153.331,17	143.344,70
Indústria	10.214,34	10.129,66	36.130,93	123.717,80	169.255,56
Pecuária	2.983.902,60	3.174.049,97	4.108.897,61	4.041.140,55	5.094.389,01
Agricultura	76.998,54	124.972,10	2.698.087,44	6.938.181,74	2.431.604,72
Serviços	-	-	-	-	-
Eventuais	448.273,09	593.815,14	861.460,22	649.600,44	297.845,19
Três Lagoas					
Total	44.717.590,38	62.248.823,07	83.760.869,14	95.392.291,62	107.780.380,74
Comércio	10.636.515,82	11.180.138,65	14.072.218,91	19.333.532,32	20.875.962,58
Indústria	3.986.401,31	4.660.824,51	6.716.889,81	7.840.353,07	14.299.456,34
Pecuária	12.092.715,30	13.547.517,44	17.041.954,22	19.995.684,13	21.037.851,91
Agricultura	6.129.831,54	14.513.160,40	18.870.876,82	21.585.033,50	25.622.188,40
Serviços	7.987.118,98	12.532.410,65	17.606.061,12	17.612.836,62	19.281.061,59
Eventuais	3.885.007,43	5.814.771,42	9.452.868,26	9.024.851,98	6.663.859,92
Brasilândia			Continuação Quadro 3		
Total	8.606.201,74	8.656.158,20	11.333.937,92	11.203.689,53	11.736.670,82
Comércio	372.581,70	450.443,83	544.424,24	655.249,80	857.555,42
Indústria	18.797,61	20.916,36	20.834,01	37.250,77	43.898,22
Pecuária	6.456.066,33	6.737.853,81	8.642.833,17	9.763.507,61	10.340.745,41
Agricultura	65.281,10	200.957,82	120.333,18	150.867,66	81.743,24
Serviços	1.728,29	43.746,48	39.154,66	30.839,11	33.408,89
Eventuais	1.691.746,71	1.202.239,90	1.966.358,66	565.974,58	379.319,64
Santa Rita do Pardo					
Total	4.498.382,53	2.585.231,86	4.976.570,85	5.780.505,98	5.755.071,51
Comércio	116.790,28	159.089,84	189.794,80	237.611,95	187.600,65
Indústria	16.506,64	5.785,04	7.215,43	8.459,92	8.671,85
Pecuária	3.859.574,48	1.910.925,41	3.753.809,36	4.912.806,80	5.244.120,30
Agricultura	492.656,95	509.431,57	1.025.751,26	617.582,57	254.451,93
Serviços	-	-	-	-	-
Eventuais	12.854,18	-	-	4.044,74	60.226,78
Bataguassu					
Total	11.410.646,47	16.438.557,8	20.012.269,19	17.633.344,94	17.621.909,40
Comércio	1.156.089,83	3.155.243,02	4.308.095,83	4.943.832,03	5.660.640,36
Indústria	151.410,07	147.087,22	234.491,71	1.148.680,75	1.918.561,13
Pecuária	6.197.624,13	7.248.845,75	8.628.074,38	6.501.807,79	6.039.167,48
Agricultura	877.619,50	1.860.354,27	1.944.367,90	3.020.434,11	2.103.915,46
Serviços	10.357,95	4.503,17	26.376,63	24.185,54	78.347,25
Eventuais	3.017.544,99	4.022.524,44	4.870.862,74	1.994.404,72	1.821.277,72
Anaurilândia					
Total	2.327.242,70	1.800.578,20	2.534.585,61	3.166.351,65	3.845.167,10
Comércio	154.132,58	198.905,73	190.549,50	290.482,20	330.453,99
Indústria	14.038,82	16.258,60	16.045,23	44.719,99	85.111,63
Pecuária	1.993.819,56	1.448.561,09	2.240.236,08	2.662.519,45	3.269.310,93
Agricultura	109.787,60	99.462,30	48.471,51	121.730,02	109.309,26
Serviços	-	138,00	-	32,06	164,53
Eventuais	55.464,14	3.252,48	39.283,29	46.867,93	50.816,76

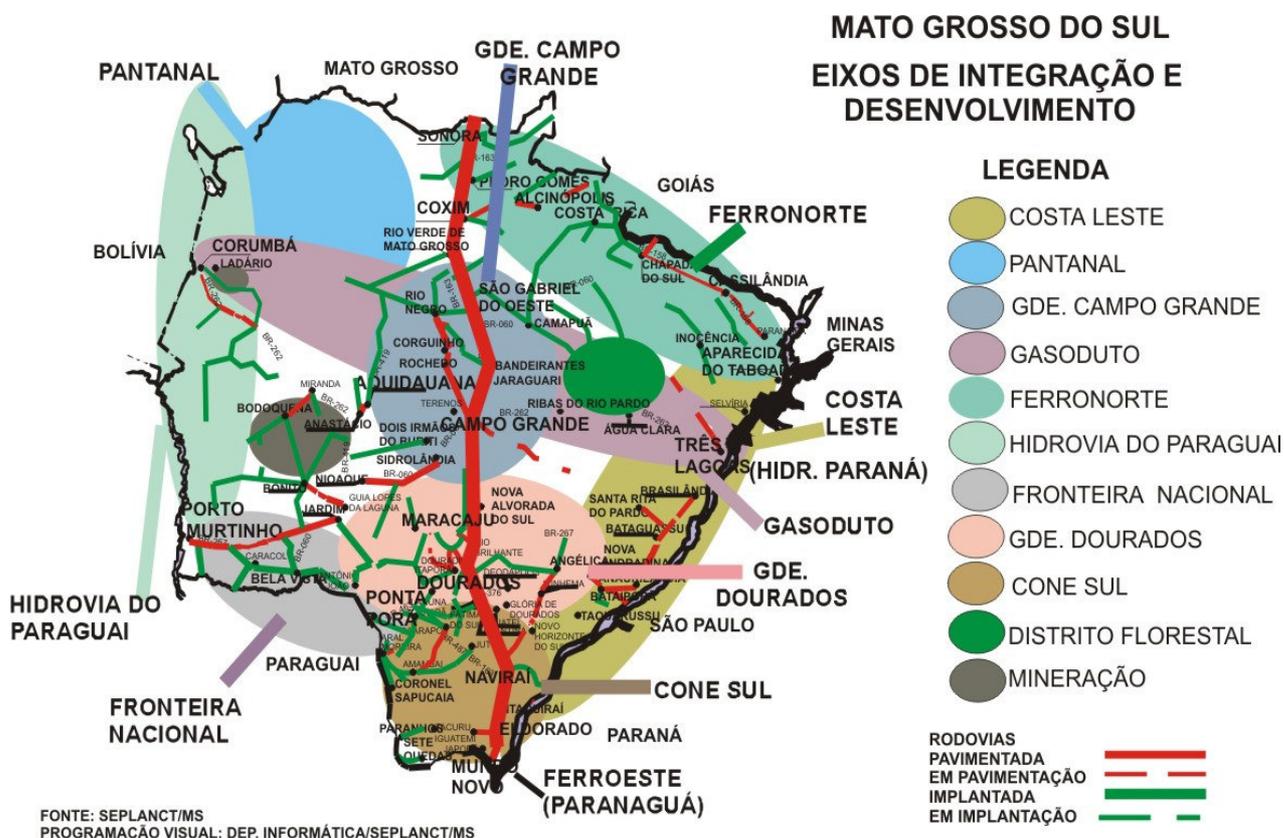
Fonte: SEPLANCT/MS (organização própria)

Surge, por parte novamente do Estado, novas perspectivas para o desenvolvimento econômico da região e se pautando nas expectativas da

industrialização e no fenômeno econômico e social que a atividade turística apresenta no contexto nacional, internacional e em alguns pontos do Estado de Mato Grosso do Sul.

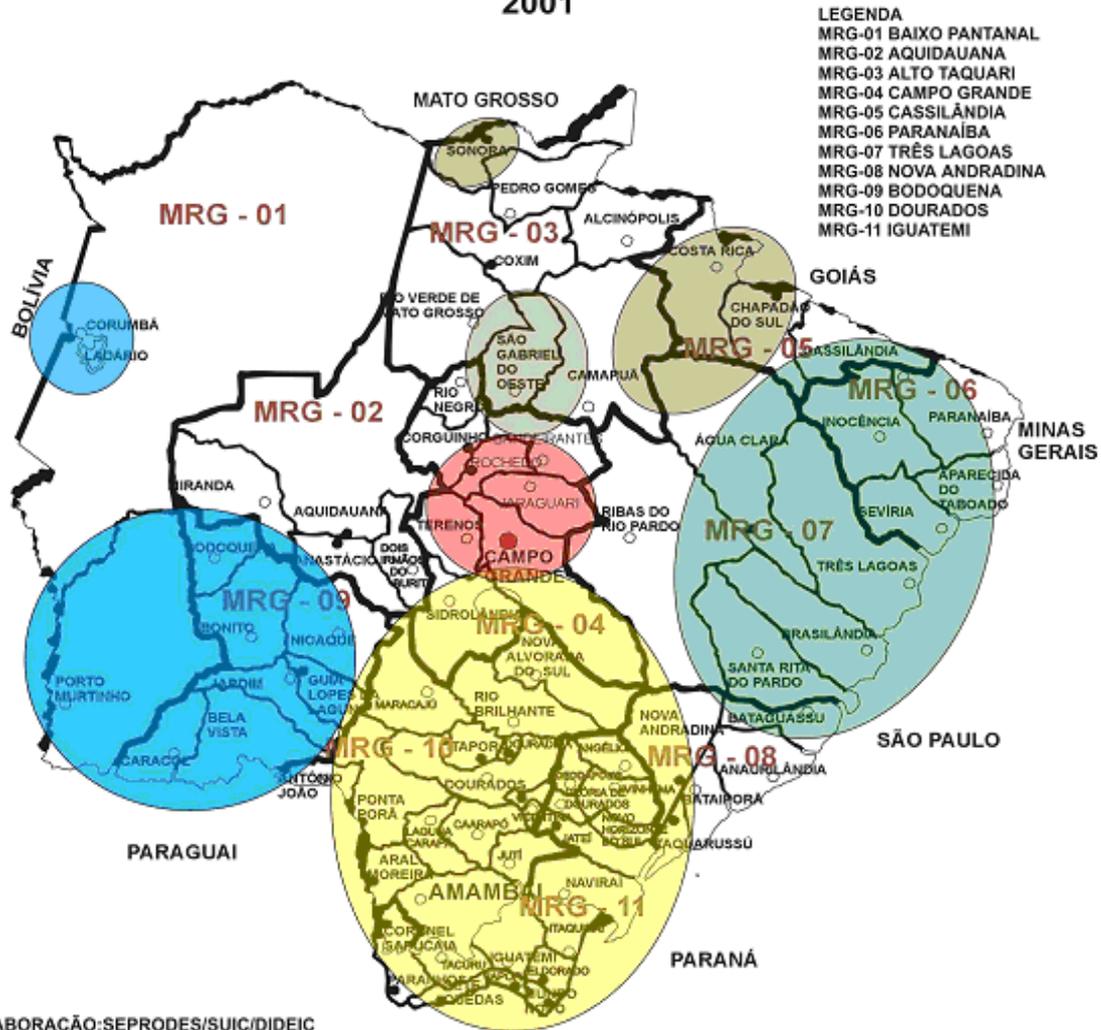
E conforme demonstrado nos mapas a seguir, eixos de integração e desenvolvimento, onde qualifica determinadas áreas do estado e especifica a sua funcionalidade. Seguindo o mapa da potencialidade produtiva que reforça a reflexão anterior quanto às novas nuances econômicas em especial pela atividade turística, com a ampliação das infra-estruturas urbanas e conseqüentemente turísticas como hotéis, restaurantes, pousadas e aqueles que atendem também ao turismo como agências bancárias, postos de combustível, locadores de veículos e outros. Formando uma cadeia produtiva que indiretamente atende o turismo e potencializa a viabilidade de novos empreendimentos voltados ao turismo.

Mapa 7: Eixos de Integração e Desenvolvimento



Mapa 8: Situação Produtiva potencial de MS, 2001

2001



ELABORAÇÃO: SEPRODES/SUIC/DIDEIC
 PROGRAMAÇÃO VISUAL: DEP. INFORMÁTICA/SEPLANCT/MS

- PÓLO MINERO-SIDERÚRGICO - SETOR SUDOESTE - Agroindústria frigorífica e Láctea, Indústria de calcário dolomítico, de turismo e pesca, extração de rochas ornamentais, Ind. De cerâmica, Ind. de artefatos de cimento.
- PÓLO MINERO-SIDERÚRGICO - SETOR SUDOESTE (CORUMBÁ) - Agroindústria frigorífica e Láctea, Indústria minero-siderúrgica, cimento e calcário, de turismo ecológico e de pesca, Ind. De refrigerantes.
- PÓLO DE CAMPO GRANDE - Agro-indústria frigorífica e Láctea, Ind. de Alimentos, têxtil e confecções, metalúrgica, de material plástico, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo refinado), beneficiadora de arroz gráfica, bens de capital, bebidas e refrigerantes, compensados e chapas de madeiras, turismo de eventos, ração animal, sementes de pastagens e cereais, embalagens e ind. De café.
- PÓLO SUL - Agro-indústria frigorífica e Láctea, Ind. de Alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo bruto), bebidas, ração animal, sementes de pastagens e cereais, embalagem, erva-mate, fiação de algodão, açúcar e álcool, beneficiamento de trigo, gráfica e Ind. De pescado.
- PÓLO DO BOLSÃO - Agro-indústria frigorífica e Láctea, Ind. de Alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo bruto), embalagem, Ind. açúcar e álcool, beneficiamento de algodão, gráfica, Ind. de pescado, derivados de plásticos, metalúrgica e siderurgia (ferro-gusa e alumínio), turismo, Ind. de calçados e Ind. De café.
- PÓLO DO NORTE - Agroindústria e Láctea, Ind. de Cerâmica, Ind de alimentos, beneficiadora de algodão, rações, metalúrgica, Ind. De açúcar e álcool.

1.2 PONTENCIALIDADES TURÍSTICAS PRESENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

Ao caracterizar-mos a região do Bolsão Sul-matogrossense em especial aos municípios que a compõem nos cabe reportarmos e reforçar, as potencialidades presentes nestes territórios, ao entendermos recursos como a matéria prima do turismo e que segundo Barreto (2003, p. 49), dividem-se em dois grandes grupos: “[...] naturais (que já existiam na natureza antes da intervenção do homem) e culturais (criados pelo homem, seja a partir da natureza, seja de qualquer outra atividade humana)”.

Assim sendo, pontuamos a região em seu contexto local municipal, considerando o entendimento de Coriolano (2005), sendo uma escala menor que podem ser ainda reduzidas às comunidades, bairros etc.

No aspecto histórico-cultural que envolve o patrimônio se observa a necessidade de legitimação, pois seu processo engloba as especificidades, mas se encontra sufocada pelo processo de globalização, cabendo ainda ressaltar que em âmbito local a materialidade histórica está presente em edifícios, igrejas, praças e manifestações culturais que ocorrem através dos eventos.

As manifestações ocorrem de forma pontual e seu enfraquecimento é nítido perante as novas relações sociais decorrentes do processo de desenvolvimento científico, tecnológico da globalização.

Portanto, não objetivamos aqui o levantamento dessas potencialidades, sendo o foco a análise a dinâmica do processo de regionalização e os elementos envolvidos, considerando os recursos naturais como merecedores de nossa menção, tendo em vista que esteve e está sempre em evidência, principalmente pela funcionalidade ou funcionalidades que exercem no contexto local, regional, estadual e nacional, como e o caso dos recursos hídricos, que, como percebemos assume novas funcionalidades através da intervenção do homem, das firmas e instituições. Sobre esse ponto refletimos que as potencialidades residem sobre área privada como o caso de fazendas e sítios.

Assim sendo, apresentamos de forma descritiva, alguns recursos presentes nos municípios com potencialidades reais de desenvolvimento do turismo.

- **município de Água Clara:** pertencente a região, denominada Alto Sucuriú, possui terras ótimas para a agricultura, às margens do rio Sucuriú existem numerosas pedreiras. O município é banhado por três rios: Rio Verde, Rio São Domingos e Rio Sucuriú, que figuram seus principais recursos.

- Cachoeira Rio Verde

- Barragem do Córrego Água Clara

- Água Santa – nascente

- Rio Verde

- **município de Anaurilândia:** o acesso é possível pelas BR 163 e BR 267, são nascentes no município os rios Três Barras e Quiterói, o Ribeirão Quiterozinho, os córregos Lagoa Grande, Machado e Cateto.

- Balneário municipal

- Barraginha - Fazenda Quiterói

- Rio Barraginha

- Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta

Figura 1: Barraginha da Fazenda Quiterói – Anaurilândia



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 2: Fazenda Santo Antônio - Anaurilândia



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 3: Rio Barraginha - Anaurilândia



Fonte: PDTUR/MS, 1998

- **município de Aparecida do Taboado:** o acesso pela BR 262 e 158, pertence à Bacia Hidrográfica do Paraná, Sub-bacia dos rios Pântanos e da Quitéria. São nascentes no município vários córregos e ribeirões, entre eles o Ribeirão Formoso.

- Balneário Lago Azul – Rio Paraná
- Reservatório da Hidrelétrica Ilha Solteira – CESP
- Biquinha
- Paróquia Nossa Senhora Aparecida
- Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná

Figura 4: Rio Paraná Aparecida do Taboado



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 5: Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná - Aparecida do Taboado



Fonte: PM de Aparecida do Taboado/MS, 2007

- **município de Bataguassu:** acesso pelas BR 163 e BR 267, limita-se ao Norte e Nordeste com Santa Rita do Pardo; ao Sul e Sudoeste com Anaurilândia; a Leste e Sudoeste com o Estado de São Paulo; a Oeste, Nova Andradina e a Noroeste, Ribas do Rio Pardo. Pertence a Bacia Hidrográfica: Paraná e a Sub-Bacia: Rio Pardo e Ivinhema, tendo como principais rios: Aranha, Paraná e Pardo

- Rio Paraná/Rio Pardo
- Ponte Maurício Joppert
- Festa de Nossa Senhora dos Navegantes
- Porto XV de Novembro

Figura 6: Balneário Toca do Peixe – Bataguassu



Fonte: PM de BAtaguassu/MS, 2007

- **município de Brasilândia:** com acesso pela BR 262, limita-se ao Norte com Água Clara; ao Sul e Oeste com Santa Rita do Pardo; a Leste com Três Lagoas e o Estado de São Paulo. Brasilândia pertence à Bacia Hidrográfica do Paraná, Sub-bacia dos Rios Verde e Taquarussu. Os principais cursos d'água do município são: os rios Taquarussu, Verde e Paraná, são nascentes do município os seguintes cursos d'água: Córrego Café, Flávio, Sapé, Formoso e Paredão. Seus ribeirões são: Barreirinho, Serrote, Água Limpa, Gerivá, Peleda, Invejoso e do Meio.

- Fazenda Cisalpina - reserva ecológica da CESP
- Fazenda Califórnia
- Fazenda São Cristóvão - Paredão das Araras
- Aldeia Indígena Ofayé Xavante
- Reassentamento Pedra Bonita
- Cisalpina Ruínas

Figura 7: Lago do Rio Verde – Brasilândia



Fonte: PDTUR/MS, 1998

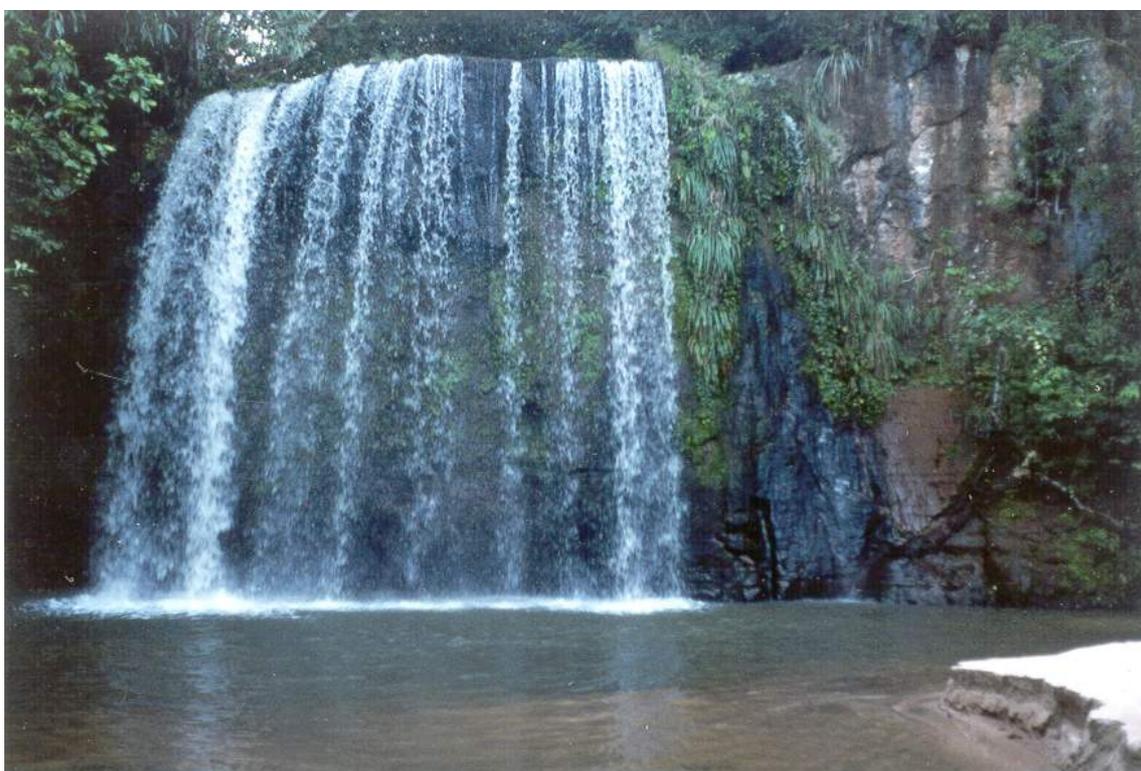
Figura 8: Ponte Pedro Pedrossian - Brasilândia



Fonte: PDTUR/MS, 1998

- **município de Inocência:** com acesso pela BR 163, limita-se ao Norte com Cassilândia; ao Sul com Selvíria; a Leste com Aparecida do Taboado e Paranaíba; e a Oeste com Três Lagoas e Paranaíba (área não contínua). Inocência pertence à Bacia Hidrográfica do Paraná, Sub-bacia do Rio Sucuriú, Rio da Quitéria e Rio Pântano. Os principais cursos d'água do município são os rios: Sucuriú, da Quitéria, das Morangas, São José, São Mateus, São Pedro e Pântano.

Figura 9: Cachoeira do Córrego Lageado - Inocência:



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 10: Cachoeira do Córrego Indaiá



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 11: Rio Moranga - Inocência



Fonte: PDTUR/MS, 1998

- **município de Paranaíba:** com acesso pela BR 262, faz divisa ao Norte com o Estado de Goiás; ao Sul com Aparecida do Taboado; a Leste com o Estado de Minas Gerais; e a Oeste com Cassilândia e Inocência. Paranaíba pertence à Bacia Hidrográfica do Paraná e Sub-bacia do Paranaíba. Os principais cursos d'água são os rios Aporé ou do Peixe, Barreiros, Ariranha, Santana, da Quitéria e Paranaíba.

- Prainha do Dê

- Represa da Ilha Solteira

- Ponte do Rio Paranaíba

Figura 12: Prainha do Dê – Paranaíba



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 13: Prainha do Dê - Paranaíba



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 14: Fazenda Bela Vista – Paranaíba



Fonte: PDTUR/MS, 1998

- **município de Santa Rita do Pardo**: com acesso pela BR 262 e MS 338, limita-se ao Norte com Brasilândia; ao Sul com Bataguassu; a Leste com o Estado de São Paulo; e a Oeste com Ribas do Rio Pardo. Santa Rita do Pardo pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e Sub-bacias do Pardo e Taquarussu. Seus principais cursos d'água são os rios Taquarussu, Pardo e Paraná.

- Cachoeira Grande
- Cachoeira da Luz
- Cachoeira Sr. Neno
- Fazenda Buritizal
- Áreas rurais ribeirinhas do Lago Porto Primavera
- Córrego Corixo – Área de Lazer Pública/Cesp
- Cachoeira da Fazenda União

Figura 15: Cachoeira da Luz – Santa Rita do Pardo



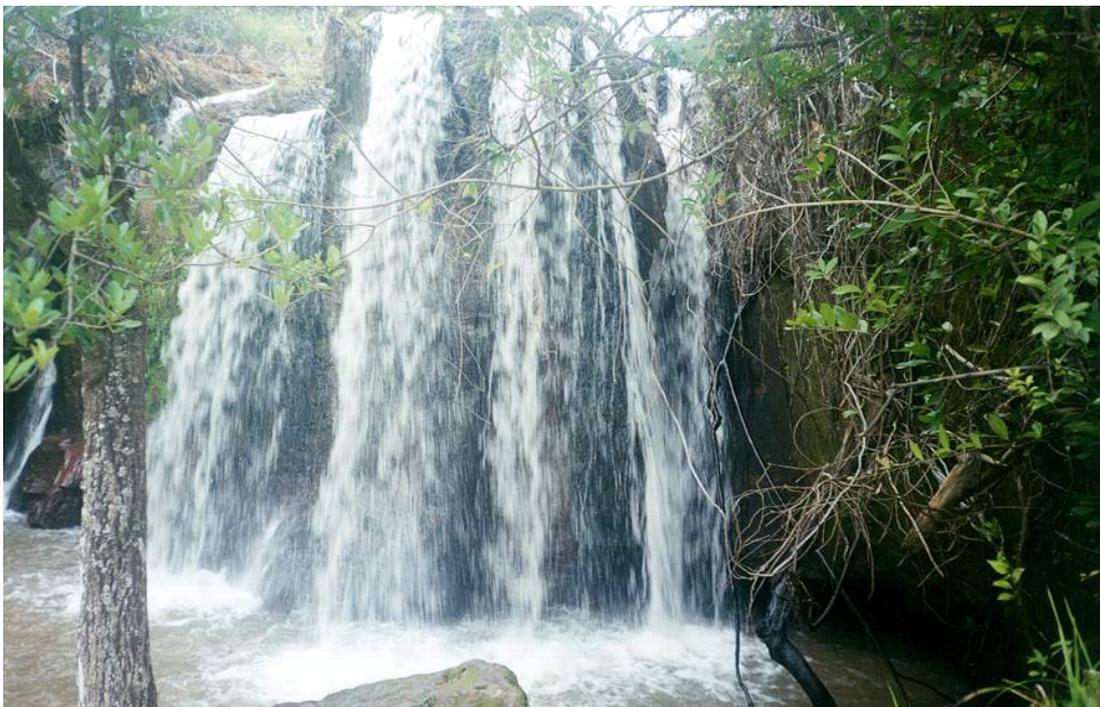
Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 16: Cachoeira do Rio Grande – Santa Rita do Pardo



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 17: Cachoeira do Sr. Neno – Santa Rita do Pardo



Fonte PDTUR/MS, 1998

- **município Selvíria:** com acesso pelas BRs 262 e 158, pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e Sub-bacia do Sucuriú. Seus principais cursos d'água são os rios: Pântano, Sucuriú e Paraná.

- Parque Vicente Ferreira Lima

- Praia Rio Paraná

- Salto da Laranja - Rio Sucuriú

- Hidrelétrica Ilha Solteira

Figura 18: Prainha de Selvíria



Fonte PDTUR/MS, 1998

- **município de Três Lagoas:** com acesso pela BR 262, limita-se ao Norte com Inocência; ao Sul com Brasilândia; a Noroeste com Selvíria e Rio Pardo; a Leste com Selvíria e o Estado de São Paulo e Oeste com o município de Água Clara. Três Lagoas possui os distritos de: Arapuá, Garcia, Ilha Comprida e Guadalupe do Alto do Paraná. A bacia hidrográfica do município é o Rio Paraná e as Sub-bacias são: Rio Verde e Rio Sucuriú. Os atrativos turísticos são: o lago da Barragem da Ilha Solteira de Jupiá, com

praia e local para pesca; o balneário municipal; a Casa do Artesão e a Igreja de Santo Antônio.

Figura 19: Lago da Usina Souza Dias – Jupiá – Três Lagoas



Fonte: PMTL/MS, 2007

Figura 20: Usina Hidrelétrica Souza Dias – Jupiá Três Lagoas



Fonte: PMTL/MS, 2007

Figura 21: Rio Sucuriú – Três Lagoas



Fonte: PDTUR/MS, 1998

Figura 22: Porto Marina – Três Lagoas



Fonte: PMTL/MS, 2007

1.3 OS MUNICÍPIOS E A ATIVIDADE TURÍSTICA

Com a instalação das Usinas (Souza Dias e Porto Primavera) e seus respectivos reservatórios, novas possibilidades de utilização dos recursos hídricos entraram em cena, mas em consequência os impactos sócio-ambientais foram significativos, um exemplo foi a comunidade ribeirinha que sofreu com todo o processo, e a atividade pesqueira reduzida por limites de segurança das usinas, bem como por imposições ambientais reduzidas aos pescadores profissionais.

Concomitante se observa o loteamento desordenado das margens dos rios para a construção de ranchos⁵, em especial nos municípios de Três Lagoas e Aparecida do Taboado, com atração de investidores externos, mas não de forma expressiva e não para a exploração da atividade turística, mas sim, como área de lazer.

⁵ Configura-se como segunda residência, área de recreação, lazer e convívio social com amigos e parentes.

A omissão da gestão pública se faz presente no processo de loteamento das margens dos rios e na decadência dos balneários públicos, aliados as limitações locais de lazer e recreação em que apresentam através de espaços insuficientes em precárias condições de uso e com as seqüelas da falta de planejamento urbano e de controle do uso do solo.

Os eventos locais e regionais, também não se apresentavam de forma abrangente, ficando reduzidos a eventos pontuais e descontínuos, carecendo de planejamento e do estabelecimento de um calendário regional de eventos, o que por sua não agregava valores e atrativos para a atividade turística.

Os municípios da região apresentavam no contexto histórico inúmeros problemas decorrentes da falta de planejamento estratégico e direcionamento das ações públicas a nível local e regional, ações e financiamentos não efetivos ao seu desenvolvimento, estes problemas foram elucidados no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bolsão, o qual merece ser elucidado neste momento, elaborado como Planejamento Estratégico para os próximos 20 anos, através da potencialização regional, lançado no ano de 2000, configurando uma tentativa de unificar os planos e políticas setoriais, consistindo na criação de um portfólio de oportunidades e investimentos políticos e privados, com objetivos estratégicos e macro-prioridades, buscando retratar as reais necessidades da população do Mato Grosso do Sul.

Entendendo através de sua metodologia o conceito de desenvolvimento local sustentável como:

[...] o conceito de desenvolvimento local sustentável é entendido como um processo endógeno de melhoria de qualidade de vida e da equidade social, de aumento da eficiência econômica e conservação ambiental, sendo resultante da organização e da participação dos atores sociais na elaboração de um futuro comum. (PRDS/Bolsão, p. 7)

Com um desenho de opções e estratégias de curto, médio e longo prazo, tendo como cenário o Mato Grosso do Sul em 2020, considera-se as dimensões social, econômica, ambiental, gerencial e de domínio de informação e conhecimento, as quais subsidiaram o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável (PRDS) das regiões do

Mato Grosso do Sul que compreende as regiões: Alto Pantanal, Sudoeste, Norte, Central, Grande Dourados, Leste, Sul Fronteira e a Região do Bolsão (objeto de interesse dessa pesquisa), envolvendo os municípios: Chapadão do Sul, Cassilândia, Água Clara, Inocência, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Selvíria, Três Lagoas e Brasilândia.

Configura um marco político para o desenvolvimento regional no Estado, apresentando a necessidade de união de esforços das políticas públicas e da sociedade, mas, não avança conforme planejado, pois o engajamento da elaboração não ocorre na sua execução, apesar de considerar as estratégias e projetos propostos, cada política pública passa a trilhar e elaborar sua própria estratégia de desenvolvimento, levando em consideração em especial os interesses do mercado nacional e internacional, bem como os interesses do capital privado presentes nas regiões.

O plano compreende 26 desafios a serem superados no processo de desenvolvimento sustentável, o que corrobora com as afirmações anteriores, sobre as problemáticas vivenciadas pela região.

Os problemas ou desafios constantes no plano possuem intrínseca relação com a atividade turística, e, portanto merecem nossa consideração, uma vez que retratam a realidade vivenciada pelos municípios no contexto da implantação do PDTUR/MS e que não tiveram merecida análise.

Os problemas detectados e explicitados no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável abrangem:

- 1) ociosidade e emigração da juventude;
- 2) ampliação da delinquência infantil;
- 3) êxodo rural;
- 4) baixa competitividade agropecuária;
- 5) pouco incentivo agropecuário;
- 6) degradação ambiental;**
- 7) Analfabetismo;
- 8) precariedade no setor de comunicação;**
- 9) crescente endividamento dos produtores rurais;
- 10) desemprego
- 11) deficiência na infra-estrutura educacional;
- 12) baixa oferta de cursos do ensino superior;
- 13) má qualidade das estradas municipais e vicinais;
- 14) desestruturação familiar;

- 15) baixa arrecadação de tributos;
- 16) déficit habitacional;
- 17) incentivos fiscais insuficientes para a dinamização das indústrias e turismo;**
- 18) estrutura física insuficiente e inadequada para eventos esportivos e culturais;
- 19) problemas ambientais e de saúde;
- 20) baixa capacitação de profissionais;
- 21) descompromisso de grande parte dos políticos da região com a sociedade;
- 22) pouca agregação de valor a produção local;
- 23) precariedade do sistema de saneamento básico;
- 24) deficiência de equipamentos e de profissionais na área médico hospitalar;
- 25) Segurança pública;
- 26) ações sociais fragmentadas. (PRDS, 2000, pp. 34-35) grifo meu.

A partir da década de 90 quando se inicia a elaboração de planos e ações estratégicas de desenvolvimento e o turismo desponta de forma significativa no cenário nacional e internacional como fator propulsor de desenvolvimento, e como alternativa para as comunidades que se apresentam com economias estagnadas, é que se verifica a discussão do turismo e a movimentação das esferas Estadual e Municipais em relação à temática, envolvendo a região.

A carência de dados e estudos relativos à atividade turística na região, tanto da iniciativa privada como do poder público prejudicam a retórica da temática e sua análise, verifica-se, portanto que alguns planejamentos e planos ressaltam as potencialidades, conforme retratamos anteriormente e apresentam as problemáticas existentes, reforçando a existência da atividade como integrante do terceiro setor, ou seja, na área de serviços, não apresentando dados diretos da atividade.

O exposto corrobora e amplia a discussão sobre a atividade turística existentes nos municípios e conseqüentemente na região, conforme descrito anteriormente, a falta de estudos relativos à atividade e sobre seu desmembramento, ocasiona equívocos que são nitidamente observados pelos alunos⁶ no momento do diagnóstico proposto pelo Estado para subsidiar o PDTUR/MS – Plano de Desenvolvimento Turístico e Sustentável de Mato Grosso do Sul, que segue a

⁶ Alunos do Curso de Turismo das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS, que realizaram o diagnóstico nos municípios desta região.

metodologia e o formulário da EMBRATUR, apenas compreende o levantamento dos equipamentos, serviços, produtos e infra-estrutura, não em sua totalidade como nos coloca Barreto (2003):

Quando falamos em infra-estrutura turística, referimo-nos ao conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória, do fenômeno turístico. A infra-estrutura turística de um núcleo abrange a infra-estrutura de acesso, a infra-estrutura urbana básica, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos. (BARRETO, 2003, p. 48)

Ainda neste contexto, a autora (*id ibid*) enfatiza que: “A soma e o inter-relacionamento desses elementos será a infra-estrutura que a cidade possui para o turismo.”

Os fatores econômicos predominantes e as relações sociais existentes, bem como o dinamismo do cotidiano não são abordados e pouco discutidos, os dados abaixo correspondem aos levantamentos realizados nos municípios da região e apresentados no Relatório do Inventário de Equipamentos Turísticos da Costa Leste de MS (Anexo 01), no momento de sua implantação, do qual transcrevemos as recomendações neles contidas sobre cada município e sempre numa visão de futuro e não do que existe realmente em relação direta a atividade turística.

Conforme análise geral presente no relatório as colocações acima são reafirmadas quando: “O diagnóstico foi realizado em locais e empreendimentos em pleno funcionamento e que possuem condições de oferecerem produtos e serviços turísticos como alimentação e bebidas, hospedagem, lazer, entretenimento e compras.”

- Município de Anaurilândia:

- O Balneário Municipal em construção quando em funcionamento aumentará a oferta de lazer e entretenimento, porém é necessário incentivar a iniciativa privada a criar novos produtos de lazer e entretenimento.
- A pouca ocupação turística assim como o estágio inicial da atividade no setor deve ser observada como um fator favorável no atual estágio da região. O processo poderá iniciar com o acompanhamento de consultores especializados, favorecendo o direcionamento da atividade conforme planejamento adequado.

- É necessário a comunidade discutir com o poder público – Executivo e Legislativo – como será o processo e legislar sobre a questão antes do processo iniciar;
- Para isso recomendamos o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho, pois aumentaria a cooperação entre a comunidade, empresários e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal.
- Um curso sobre a utilização dos recursos Naturais seria útil. A capacitação de Monitores para a pesca seria um grande incentivo ao aperfeiçoamento da atividade que já é exercida.
- Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos; (UNIPAR)

- Município de Bataguassu:

- A presença de equipamentos que oferecem serviços de lazer e o entretenimento como a Pousada Kym, Rancho Favaretto e a Toca do Peixe trazem uma perspectiva favorável à formatação de “Produtos Turísticos” em sua essência. Foi verificado a ausência do agrupamento dos atrativos, produtos e serviços sobretudo voltados à pesca esportiva (ao nosso ver um produto já oferecido no município). Falta pouco para o produto ser ofertado de forma organizada por um preço determinado e oferecido em agências.
- Um curso sobre formatação de produtos voltado para a pesca esportiva seria útil. A capacitação de Monitores para a Pesca seria um grande incentivo ao aperfeiçoamento da atividade que já é exercida.
- Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, barman, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;
- O fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho aumentaria a cooperação entre os equipamentos e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal. (UNIPAR)

- Município de Batayporã:

- A pouca ocupação turística assim como o estágio inicial da atividade no setor deve ser observada como um fator favorável no atual estágio da região. O processo poderá iniciar com o acompanhamento de consultores especializados, favorecendo o direcionamento da atividade conforme planejamento adequado.
- É necessário a comunidade discutir com o poder público – Executivo e Legislativo – como será o processo e legislar sobre a questão antes do processo iniciar;
- Para isso recomendamos o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho, pois aumentaria a cooperação entre a comunidade, empresários e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal.
- É necessário um diagnóstico aprofundado sobre os motivos que impedem o desenvolvimento das atividades das fazendas Lagoa Preta e Búfalo Bill para providências no sentido de viabilizar os empreendimentos assim como incentivá-las para compor com a Fazenda Primavera um roteiro de turismo rural no município (seria o único em toda a região);
- A realização de um curso ou seminário sobre turismo rural talvez despertasse novas perspectivas para a utilização da atividade no município;
- Recomendamos o incentivo na busca de recursos para o fortalecimento do Cento de Memória Jindrich Trachta devido a sua importância para o roteiro cultural da região;
- A capacitação de Monitores Ambientais seria uma importante ferramenta na recepção de grupos em atrativos;
- Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;
- Os cursos que não encontrarem demanda no município deverão ter atenção do Executivo Municipal e dos empresários para a realização de parcerias com o município de Bataguassu para a realização de ações conjuntas. (UNIPAR)

- Município de Brasilândia:

- A pouca ocupação turística assim como o estágio inicial da atividade no setor deve ser observada como um fator favorável no atual estágio da região. O processo poderá iniciar com o acompanhamento

de consultores especializados, favorecendo o direcionamento da atividade conforme planejamento adequado;

- É necessário a comunidade discutir com o poder público – Executivo e Legislativo – como será o processo e legislar sobre a questão antes do processo iniciar;

- Para isso recomendamos o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho, pois aumentaria a cooperação entre a comunidade, empresários e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal;

- O Instituto Cisalpina deverá fazer parte do Conselho Municipal de Turismo devido a sua importância como organização não governamental capaz de captar recursos e desenvolver projetos no Plano Municipal de Turismo;

- Deve haver incentivo para empresas de lazer e entretenimento como a Toca do Peixe devido à sua importância em oferecer atividades que oferecem sustentação aos equipamentos de hospedagem e alimentação;

- A capacitação de Monitores Ambientais seria uma importante ferramenta na recepção de grupos em atrativos como a Toca do Peixe e em Áreas como a Reserva Cisalpina;

- Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;

- Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;

- Os cursos que não encontrarem demanda no município deverão ter atenção do Executivo Municipal e dos empresários para a realização de parcerias com o município de Três Lagoas para a realização de ações conjuntas. (UNIPAR)

- Município de Santa Rita do Pardo:

- A pequena ocupação turística assim como a pouca atividade no setor deve ser observada como um fator favorável no atual estágio da região. O processo poderá iniciar com o acompanhamento de consultores especializados, favorecendo o direcionamento da atividade conforme planejamento adequado.

- É necessário a comunidade discutir com o poder público – Executivo e Legislativo – como será o processo e legislar sobre a questão antes do processo iniciar;

- Para isso recomendamos o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho, pois aumentaria a cooperação entre a comunidade, empresários e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal.

- ❑ Os recursos naturais devem ser cuidadosamente preservados enquanto ocorre a sensibilização dos empresários sobre a importância de serem realizados projetos para a exploração racional dos mesmos;
- ❑ É importante a capacitação de algumas pessoas da comunidade com perfil para atuarem como Monitores Ambientais;
- ❑ Esportes como Rapel e Canyoning poderão compor os primeiros passeios monitorados nas cachoeiras, necessitando um estudo profundo sobre a viabilidade da atividade;
- ❑ Recomendamos que os proprietários dos recursos naturais de expressão façam um curso de utilização dos recursos naturais como fontes para o turismo;
- ❑ Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, recepcionista de hotéis e pousadas, gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo melhorariam a qualidade dos serviços prestados. Devido a existência de pequena demanda, recomendamos que seja feita parceria com a Prefeitura de Bataguassu e com os empresários locais para viabilizar a participação nos cursos oferecidos neste município. (UNIPAR)

- Município de Três Lagoas:

- ❑ A ocupação no Rio Sucuriú necessita ser repensada para ser corrigida com planejamento adequado;
- ❑ Os serviços urbanos como coleta de lixo e tratamento de esgoto precisam atender as áreas com ocupação turística;
- ❑ A ocupação do Jupιά deve ser discutida, adequada e legalizada o que trará segurança aos investidores;
- ❑ Recomendamos a realização de um curso gratuito para formação de Monitores de Pesca, havendo seleção dos alunos de acordo com o perfil;
- ❑ Um curso sobre formatação de produtos voltado para a pesca esportiva seria útil.
- ❑ Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, barman, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- ❑ Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;
- ❑ O fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho aumentaria a cooperação entre os equipamentos e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal. (UNIPAR)

As recomendações expressam a vulnerabilidade dos municípios frente a atividade turística e cabe-nos enfatizar que a atividade turística no âmbito dos

municípios não corresponde a sua existência efetiva e nos leva a reafirmação de que o turismo existente não apresenta subsídios de análise. A falta de dados e a precariedade do que se apresentam em termos de infra-estrutura turística, nos leva a indagar como e qual tipo de turismo se apresenta e se desenvolve nestes municípios, diante do que se materializa em termos de objetos e ações? E qual o entendimento do significado do turismo e suas relações que permeiam o ideário dos atores envolvidos.

É nessa premissa e levando em consideração as políticas, planos de intervenção e atores envolvidos que se desmembram os próximos capítulos.

CAPÍTULO II

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO

2.1 O DESMEMBRAMENTO DAS POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL

O turismo figura no mundo como uma atividade econômica promissora e vai se consolidando como gerador de divisas e com discurso de muitos como uma atividade distribuidora de rendas, de geração de empregos, que propicia a qualidade de vida, aliado a sua interdependência com as demais atividades econômicas, beneficia os demais setores econômicos, proporcionando a sustentabilidade através da preservação do patrimônio cultural, natural, o que merece cuidado especial de análise e entendimento principalmente pelos profissionais diretamente ligados na discussão da atividade.

Diante do papel que o turismo vem obtendo ao longo da história e do significativo papel na construção e re (construção), dos territórios, passou a ser alvo imprescindível das políticas públicas para tanto, é necessário uma reflexão sobre o desenvolver histórico das políticas do turismo no Brasil, para identificarmos seu desmembramento nas esferas estaduais e municipais, bem como suas conseqüências no processo de desenvolvimento da atividade.

Observa-se ao longo da história política e econômica brasileira uma ausência da dimensão espacial e uma descontinuidade da sua aplicabilidade no âmbito das demais esferas de governo quer seja na Estadual e Municipal, a falta de espacialidade restringe sua efetividade, eliminando os resultados positivos, esta observação se faz em relação também as demais políticas públicas.

No Brasil inegavelmente a atividade turística ganhou espaço, como ocorre também em âmbito mundial, mesmo apresentando como mola propulsora de consumo a demanda interna e de forma gradativa vêm ganhando espaço nos roteiros internacionais.

Entender essa evolução perpassa no entendimento do significado de políticas públicas de turismo no Brasil, para refletir seu entendimento buscamos fundamentação em Cruz (2001), uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidades ao pleno desenvolvimento da atividade num dado território.

E ainda segundo Beni (1998, p. 99): “Política de turismo é o conjunto de fatores condicionantes e diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo no país [...]”.

A política de turismo configura como uma política setorial, como as demais existentes em nosso país, como por exemplo, as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, infra-estrutura, instituídas pelo poder público considerando a política governamental em questão, ainda com características descontínuas no que compreende sua efetividade, pois segue a estrutura dos mandatos governamentais que podem ser de 4 ou 8 anos.

Demonstra o papel do poder público como principal responsável na elaboração das políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo, com a função de gestão, que compreende planejamento, regulação e ordenamento das ações públicas e privadas ligadas a atividade.

Segundo Ferraz apud Cruz (1991) o Estado atua de diversas formas, que se agrupam em:

- participação: quando o Estado além de planejador atua como executor de atividades econômicas dentro do turismo, como por exemplo, na exploração de hotéis, companhias aéreas, etc., o que comumente se observa e que o autor acima descreve que em nosso país, apresenta-se de forma pouco expressiva, evidenciando na política

pública de turismo a influência neoliberal que está presente e vem se fortalecendo em todas as áreas, setores e políticas públicas do país;

- indução: onde o Estado assume o papel de ordenador, com atuação de orientação, planos de incentivos, instigando outras políticas públicas no sentido dos incentivos poderem ser além de financeiros, também de infra-estrutura.

E por último não menos importante e do qual devemos analisar de forma crítica é a modalidade de controle, Ferraz *op. cit.* enfoca que esse é o papel regulador do Estado no estabelecimento de leis, normas que devem ser seguidas pela iniciativa privada no desenvolvimento da atividade, no caso em tela do turismo.

A reflexão sobre o papel do Estado no controle se fragiliza, pois a atividade turística figura como uma forte atividade capitalista em todo mundo, ligada diretamente ao desenvolvimento econômico, movimentando bens e serviços e divisas em grande escala, no âmbito da iniciativa privada que está compreendida pelos empreendimentos diretos e indiretos, equipamentos, serviços e produtos turísticos.

Tendo assim marcado a trajetória das políticas nacionais, forte influência dos interesses da iniciativa privada e certa soberania no ordenamento dos territórios, no Brasil, observa-se que em relação ao turismo sua discussão se apresenta de forma mais nítida a partir da década de 60. Até a década de 80 o contexto das políticas públicas do turismo foi marcado pela visão centralizadora, autoritária e setorializada, com a finalidade de equilibrar o desenvolvimento das regiões, ordenar o crescimento das cidades e o uso do solo.

Os planos e programas cujo caráter centralizador predominava, atendiam aos interesses corporativos e sua aplicação imposta de “cima para baixo”, não apresentava correlação com as realidades locais e regionais, levando-os ao fracasso, inclusive nas regiões que a atividade turística já apresentava considerável desenvolvimento, como por exemplo, as áreas de litoral, sudeste e nordeste, a indução do desenvolvimento gerou conseqüências sociais e ambientais desastrosas, atingindo diretamente a população local. Alguns autores enfatizam os pontos negativos dos planos e programas desenvolvidos nas décadas de 70 e 80, em vez de oferecerem subsídios para o desenvolvimento qualitativo e durável das localidades, os projetos de

turismo provocaram o aparecimento de problemas sociais e ambientais de toda a ordem.

O PLANTUR – Plano Nacional de Turismo foi criado em 1992, instituído pelo Governo Federal, apesar de suas considerações sobre o meio ambiente, cultura e proteção do patrimônio histórico cultural⁷, manteve a visão dos planos e planejamentos anteriores, o que culminou em diversas críticas e dentre elas ressalta-se a de Rodrigues (1996, p. 151), quando enfoca que:

[...] o Plantur não expressa uma política objetiva, clara e consistente. Muito pelo contrário, no estabelecimento de suas metas prioritárias, nos seus programas e subprogramas, observa-se uma nítida falta de coerência e de articulação tanto intra como intersetorial. (RODRIGUES, 1996, p. 151).

Na evolução histórica das políticas públicas, a política nacional do turismo busca atenuar os desníveis regionais através de ações estratégicas como os planos energéticos, de infra-estrutura, incentivos, em relação ao turismo das regiões Norte e Nordeste, o que não reverte o fato dessas políticas e planos ignorarem todos os elementos que engendram as complexas relações existentes nos territórios.

Os direcionamentos políticos nacionais se apresentam com focos em destinos regionais especializados, ou seja, com funcionalidades turísticas limitadas que reflete a indução de investimentos e a falta de articulação com outras políticas setoriais.

A criação do PLANTUR (Plano Nacional de Turismo) diante do que foi exposto e devido a situação política do país não teve sua aplicabilidade de forma efetiva e positiva, ressalta-se que a evolução da política nacional do turismo mesmo que de forma estrita e questionável, segue as transformações da estrutura administrativa federal.

As ações da PLANTUR a partir de 1996 buscam a descentralização da gestão do turismo em todo o território nacional, com as iniciativas de fortalecimento das administrações Estaduais e Municipais através do desenvolvimento do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo).

⁷ A abordagem do meio ambiente e patrimônio cultural, foram decorrentes das imposições de organismos internacionais de financiamento, BID e Bird.

O PNMT entra em cena como um plano estratégico que envolve todos os municípios brasileiros para a organização da gestão do turismo com base no desenvolvimento local, um modelo de gestão da atividade turística baseado em instrumentais operacionais da OMT (Organização Mundial do Turismo) “adaptados” a realidade brasileira.

Na sua concepção o programa apresenta um modelo de gestão turística simplificado e uniformizado para o envolvimento de Estados e Municípios, com enfoque na participação popular e formação de equipe técnica para operacionalização.

O programa apresenta apelo de desenvolvimento do turismo local e de forma sustentável, apesar de sua estrutura metodológica, observa-se novamente que o plano não era a política, e seguindo os pressupostos e considerações anteriores também subestima a realidade brasileira e as suas complexas redes de relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações que acontecem onde o plano tem seu foco de ação direta que é o espaço urbano.

A regionalização como previa o Programa Nacional de Municipalização do Turismo possui uma metodologia que compreende diretrizes, ordenamento, normatização e regulação; informação e comunicação; articulação; envolvimento comunitário; capacitação; incentivo e financiamento; infra-estrutura; promoção e comercialização, salientando que a aplicabilidade deste processo esbarra na complexidade e por que não dizer na rotatividade dos gestores e técnicos presentes nos órgãos de gestão municipal e mesmo da iniciativa privada cujo capital direciona sua mobilidade e necessidades, arraigados de interesses que muitas vezes esquecem as análises da dinâmica espacial e dos elementos constitutivos do espaço conforme apresentado por Milton Santos⁸ e passam à sustentação de ações que não condizem com a realidade existente. Cruz, (2001, p 34), aponta que “a história das políticas urbanas no Brasil, envolve concepções errôneas, omissão e participação equivocada do poder público (...)”.

Como o enfoque do Departamento de Relações Institucionais da EMBRATUR, com a proposta de Municipalização do Turismo lançado em 1994 onde

⁸ Para Milton Santos o espaço é constituído por elementos que fundem-se e se confundem como: homens, firmas, instituições, meio ecológico e infra-estruturas.

preconiza uma política de descentralização das ações voltadas ao incremento do turismo, baseado no planejamento territorial, para a efetiva gestão da atividade turística e do Programa de Regionalização (2004):

O Programa de Regionalização do Turismo é uma proposta de gestão do turismo de forma descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões. Propõe transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada. (EMBRATUR, 2004)

Segundo a EMBRATUR a regionalização do Turismo apresenta-se na noção do território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e de se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe – ambiente, natureza, cultura e recursos – vistos como externalidade. E não como componentes de um mesmo sistema de objetos e sistema de ações.

A falta de recursos, bem como a seqüência de troca de governo na esfera federal e estadual, deixou as iniciativas do programa, ou melhor, ações sem finalização e uma grande frustração. As gestões municipais que ainda não apresentavam autonomia e efetividade mesmo porque as realidades locais são específicas, além de cada local ter sua política de governo o que gerou avanços e retrocessos.

Essa ação centrada na unidade municipal remete ao questionamento, de como as gestões municipais após o PNMT? Quais municípios apresentam regular funcionamento da gestão turística? Quais possuem Conselho Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Turismo, Plano Municipal de Turismo, o C.P.F, necessários para que a política pública seja inserida nos discursos e práticas dos governos estaduais e municipais, conforme discussão nos itens seqüenciais?

A questão da descentralização segue presente no PNT 2003-2007, na busca do fortalecimento de Estados e Municípios, mas ainda carecendo da abordagem do território no que compreende o planejamento, figura a abordagem econômica, tendo como objetivos desenvolver produtos turísticos e estimular o seu consumo.

A abordagem regional é preponderante no PNT 2003-2007, trabalhando no contexto dos macro-programas⁹, que coincide com as macro-regiões políticas administrativas, em que se observa a predominância da região no sentido apenas político-administrativo, limitando sua utilização no planejamento e gestão do território, pois ignora suas diferentes escalas geográficas e as relações nela existentes.

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 “Uma viagem de Inclusão”, mantém a busca pelo fortalecimento da regionalização do turismo, enfoca a sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional e na implementação do Programa de regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Nota-se ao descortinar as políticas públicas nacionais do turismo nenhum ou insignificante controle no seu desenvolvimento, e sempre quando afeta ou causa transtornos, ou quando atinge uma importância econômica e de mercado, mesmo que sob perspectivas a longo prazo ou meramente utopia. Há duas vertentes antagônicas sendo elas: sua visão comercial, como alternativa as econômicas locais e regionais, e como estratégia para o desenvolvimento sustentável.

As políticas públicas como se apresentam geram confusões de interpretação, sempre no sentido de reduzi-las a mero planejamento. Cabe, portanto, enfatizar que a política pública além de apresentar uma visão aprofundada em uma escala macro, deve apresentar objetivos claros, estratégias, diretrizes em longo prazo.

Os planejamentos ocorrem através de programas e planos que são pontuais e apoiados em definições políticas que em sua maioria possuem limites claros do tempo de execução e investimento direcionado a curto prazo. Existe uma intrínseca relação das políticas de turismo com os valores sócio-culturais, políticos, institucionais que pesam no momento de sua elaboração.

A discussão, portanto nos leva a seguinte reflexão, que a concepção, ou seja, o planejar da atividade turística a luz da política pública tem avançado significativamente e aprofundando a visão social, o que se deve discutir é a sua elaboração e aplicabilidade, comprometidas pela falta de unanimidade e entendimento, pelo direcionamento equivocado das gestões estaduais e municipais que não

⁹ Macro Programa 3 – Infra-estrutura (Programa de Desenvolvimento Regional), com enfoque a implementação do Prodetur Nordeste II, Sul, Centro, Proecotur Amazônia, Programa Pantanal; projetos financiados pelo Banco Internacional de Desenvolvimento, (PNT 2003-2007, p. 36)

conseguem acompanhar os desmembramentos da política do turismo devido a falta de infra-estrutura de gestão e ausência de financiamentos.

2.2 MATO GROSSO DO SUL E AS AÇÕES POLÍTICAS DE TURISMO

O Estado de Mato Grosso do Sul não diferencia do contexto nacional nas estratégias de políticas públicas e no desenvolver de planos e programas visando o seu desenvolvimento. Alvo dos planos setoriais do Governo Federal em especial os de transporte, minas e energia, devido a sua localização e fronteiras políticas. Planos e ações que sempre condizem com interesses exógenos ao Estado, que acabam incorporando o ideário das argumentações que se fundamentam e justificam o engajamento dos políticos locais, sem muitos questionamentos.

No caso do turismo, observa-se que sempre esteve presente nas discussões e discursos políticos, principalmente pelos recursos naturais como exemplo as bacias hidrográficas e o Pantanal, este sim alvo de ações, planos e programas focados no turismo, mesmo que em sua maioria equivocados e com comprometimentos sócio-ambientais.

Ao longo da trajetória histórica política de MS, o turismo enquanto ação política, esteve ligado a várias políticas públicas como salientamos a seguir, e delas originalmente se observa o arcabouço de legislações a ele diretamente ligado. (ANEXO 2):

- 1979: após a separação do estado, vincula-se o Turismo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul, através da instituição da TURISUL – Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e em seguida pela MS-TUR em 1980;
- 1990: passa a fazer parte da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo;
- 1992: integra a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul – CODEMS;

- 1996: insere-se na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- 1999: passa para a Secretaria de Estado de Produção e do Desenvolvimento Sustentável – SEPRODES;
- 2000: integra a Secretaria de meio Ambiente, Cultura e Turismo – SEMACT;
- 2001: é instituída a FUNDTUR/MS – Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, ligada à administração direta, mas com personalidade jurídica de direitos públicos;
- 2006: até os dias atuais mantém-se na estrutura administrativa da SEPROTUR/MS – Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, onde também está ligado o FUNDTUR-MS, convergindo às ações de turismo do Estado para a SEPROTUR/MS.

A ligação a outras secretarias de governo, de forma não prioritária com o status de Secretaria de Estado deixa claro que o interesse ficou relegado à segundo plano devido a prioridade de ações e a importância na agenda da gestão político-administrativa do Estado, que diante da falta de regulamentação e estudos direcionados à atividade turística, sempre fomentou a atividade para região do Pantanal.

Em relação aos estudos acadêmicos e aos investimentos e potencialização da atividade turística, predomina a região do Pantanal como indutora do desenvolvimento da atividade no Estado e principalmente para venda dos produtos turísticos no mercado interno e externo.

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da Superintendência de Turismo ligada a SEPRODES – Secretaria de Estado de Produção e Desenvolvimento Sustentável, concomitante ao desenvolvimento das PRDS, implementa o Plano de Desenvolvimento Turístico e Sustentável (PDTUR-MS) no período de 1998 a 2001, em parceria com a EMBRATUR, SEBRAE/MS e SENAC-MS, e estende às Universidades públicas e privadas, municípios como base as diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, conforme já discutido anteriormente no contexto das ações da esfera federal.

Utilizando como metodologia regional, o PDTUR/MS, dividiu-se o Estado em 7 Macro Regiões Turísticas (MRT) visando, “[...] promover uma oferta de produtos

turísticos diversificados, bem como oportunizar o desenvolvimento integrado da atividade turística, oferecendo ao mercado um destino regional [...].”

Quadro 4: Macro Regiões Turísticas (MRT) de MS



Fonte: PDTUR/MS, 1998

O PDTUR apresenta como objetivo principal:

[...] estabelecer as orientações para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Municípios, através do fortalecimento de sua função turística, conduzindo-o de maneira a minimizar seus efeitos prejudiciais e maximizar seus benefícios para a sociedade local e regional (PDTUR, 1998, p. 14).

O que predomina, no entanto é o conceito de desenvolvimento econômico, fragmentado, sinônimo de crescimento do PIB, conforme previsto no próprio PDTUR:

O ordenamento das ações de cada município e/ou região promoverá a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, através do fortalecimento de suas funções turísticas, de maneira a minimizar os efeitos prejudiciais ao meio ambiente e maximizar seus benefícios para a economia e a sociedade local, dando uniformidade às ações, programas e projetos de forma integrada, eliminando os riscos de duplicação das ações. (PDTUR, 1998, p. 05)

Salientando que conforme nos coloca Rodrigues, (1997, p.10):

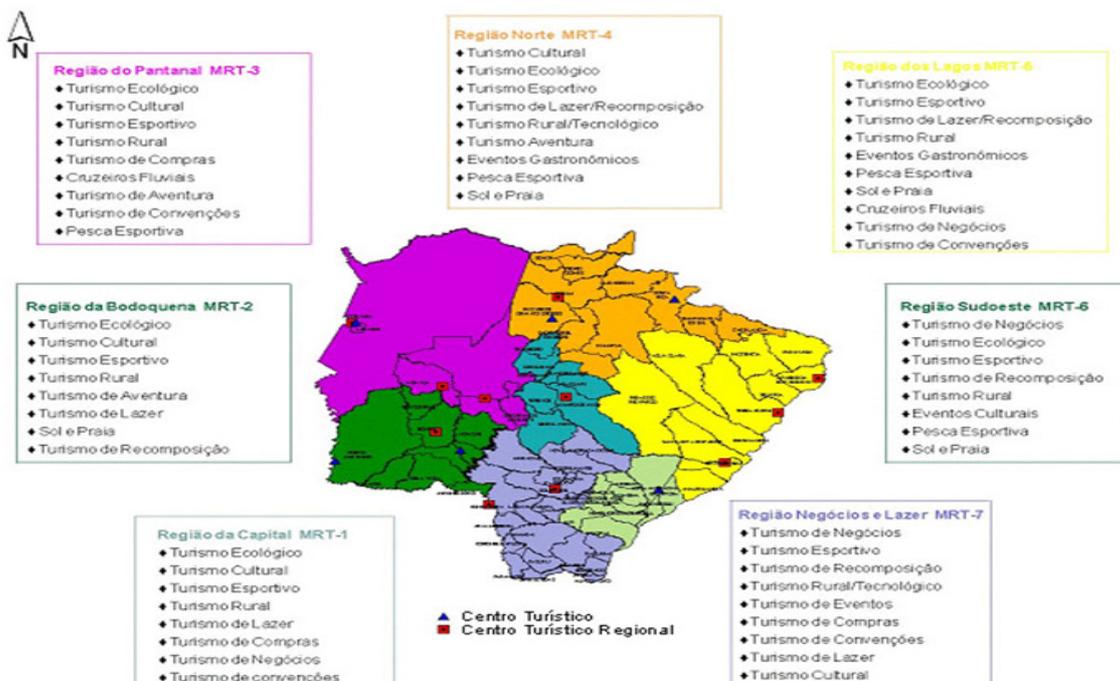
[...] o vocabulário desenvolvimento não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, nem tampouco regular a distribuição da riqueza e lembra ainda que “a economia não é tudo sem eficácia social”, pois o crescimento do PIB não pode ser tomado como referencial único para definir o “desenvolvimento”. (RODRIGUES, 1997 p.10)

Contradizendo também com o que Souza apud Portuguese, (2002, p. 31) pressupõe sobre desenvolvimento:

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade com um valor social. (SOUZA apud PORTUGUEZ, 2002, p. 31)

Seguindo o panorama das potencialidades diagnosticadas em cada região, estabeleceu-se regionalmente as vocações turísticas, conforme segue:

Mapa 9 : Vocações e potencialidades turísticas regionais



Fonte: PDTUR/MS, 1998

O Plano de Desenvolvimento Turístico e Sustentável alicerça seus objetivos em 03 blocos:

- Objetivos econômicos:

- 1) Gerar novos empregos
- 2) Aumentar a renda intra-regional
- 3) Fortalecer as finanças do poder público

- Objetivos sociais:

- 1) Ampliar as oportunidades de acesso à recreação da população
- 2) Preservar o resgate e patrimônio cultural da cidade e das comunidades tradicionais

- Objetivos Ambientais

- 1) garantir a manutenção dos ecossistemas do Estado
- 2) Preservar os elementos mais significativos do sistema natural
- 3) Evitar uma ocupação desorganizada das áreas de interesse turístico
- 4) Preservar e recuperar a paisagem urbana e rural

Os objetivos estão em concordância com as suas diretrizes de desenvolvimento sustentável, o que não fica claro no plano é a intersetorialidade e a participação local visto que a preocupação do plano deveria ser em relação às comunidades que não vivenciam e nem compreendem os desdobramentos da atividade turística, nem ela em si, pois trata-se de uma atividade que requer reflexões e debates, pois ocasiona transformações no ambiente em que vivem e as transformações podem ser positivas ou negativas.

Em sua apresentação, o PDTUR/MS se refere a atividade turística como a terceira grande atividade natural, citando a pecuária e agricultura como antecessoras no processo de desenvolvimento econômico do Estado, enfatizando as potencialidades do mesmo em relação à atividade turística.

Outro aspecto do PDTUR/MS é sua concepção pautada na ótica do desenvolvimento do Estado de forma generalista, "O Plano de Desenvolvimento

Turístico Sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul – PDTUR-MS foi concebido sob a ótica do desenvolvimento do Estado como um todo.” (PDTUR/MS, 1998, p, 7), não considerando as divergências regionais já existentes e sua problemática, principalmente não considerando a intersetorialidade com outras políticas públicas, que pelo tempo de execução conhecem os desafios e as dificuldades de execução dos planos e programas nos municípios e regiões, o que nos leva a discordar da sistemática de aplicação do plano, uma vez que não condiz com a realidade.

Rodrigues (1999) aponta para a seguinte reflexão:

No Brasil, onde existem ainda expressivas reservas ecológicas nas regiões Norte e Centro-Oeste, os projetos são justificados com base no chamado *turismo sustentável* que pretende respeitar o ambiente, atenuar os desequilíbrios regionais (como se este fato não fosse determinado pelo capitalismo hegemônico), assegurar a distribuição de renda e a melhor qualidade de vida às populações envolvidas – palavras do discurso oficial. Também o meio ecológico é responsável pela ocorrência de paisagens notáveis, muito valorizadas no ideologismo do turismo ecológico, que se pretende implementar nas unidades de conservação como estratégias de proteção ao patrimônio natural – proposta no mínimo romântica - , a não ser que as comunidades locais, diretamente envolvidas no processo, desafiem os agentes hegemônicos e imponham “irracionalidades”, ou seja, “contra-finalidades”, fazendo valer seus interesses, reforçando as “horizontalidades”. Santos, 1994³: 94 e 55. (RODRIGUES, 1999, p. 70-71)

A implantação do PDTUR/MS figura como um marco a discussão política da atividade em âmbito estadual, seguida da Instituição da FUNDTUR/MS, Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, em novembro de 2001, com a finalidade de fomentar, incentivar e promover serviços e atividades voltados para a identificação, seleção e divulgação de oportunidades de investimentos em turismo, a exploração econômica dos recursos turísticos do estado e a indução ao desenvolvimento e implantação de serviços de infra-estrutura de interesse turístico (Decreto 10552, art. 1.º, lei 2.307/01).

Evidencia também que o desenvolver da política de turismo antecede a instituição e funcionamento do Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul que ocorre somente em 2003. Sabedores que para a efetividade das políticas públicas necessário faz a disponibilização de recursos, o que ocorre somente quando existe em forma de lei, a dotação orçamentária e a locação de recursos para o desenvolvimento das atividades propostas de forma específica, além de permitir através

do Fundo o acompanhamento, a fiscalização e a proposição de ações através do Conselho Estadual, que é formado pela sociedade e Estado.

Observa-se no roteiro das políticas públicas um esforço para legitimar a atividade turística como uma atividade essencial para o desenvolvimento econômico do Estado, a criação dos planos regionalizados PDTUR/MS e sua “sucessão” pelo PATUR/MS/2003-2006, nomes diferentes para objetivos comuns que compreendem o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, seguindo novamente a vertente da PNT / 2003-2006.

A reflexão que se faz em relação à política de turismo presente no Estado de Mato Grosso do Sul é sua vinculação aos fatores econômicos e a cadeia produtiva do estado, ficando sua estruturação política transferida como num jogo a diversos órgãos da esfera estadual cujos interesses variam, bem como o foco de suas ações.

As políticas de turismo desenvolvidas pelo Governo Estadual apresentam uma interface com as políticas nacionais, o que compreende dizer que sua aplicabilidade também apresenta as mesmas divergências metodológicas, pois centra a sua efetividade nas bases econômicas, de infra-estrutura, sem considerar as relações sócio-culturais enraizadas nos territórios.

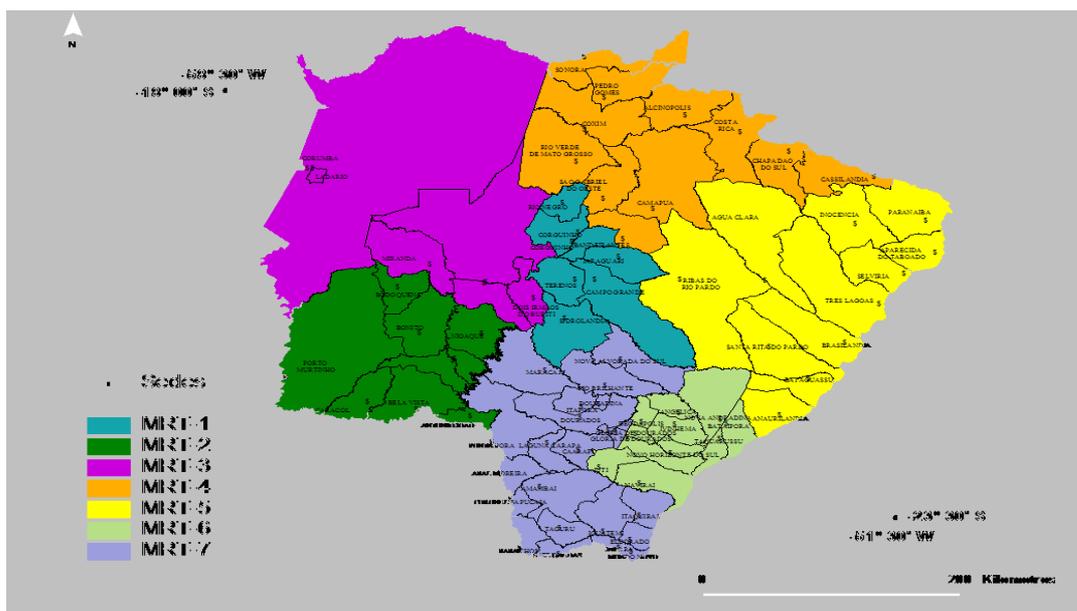
CAPÍTULO III

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DA COSTA LESTE DE MS

3.1 A FORMAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MS E O PDTUR

Em março de 2002, o SEBRAE e a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul realizaram em parceria com o município de Aparecida do Taboado o “I Seminário de Turismo e Cultura do Alto Paraná”, ação indicada pelo PDTUR MS – Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, que dividiu o estado em 7 Macro Regiões, estando a porção leste na Macro Região 5 composta por 11 municípios: Paranaíba, Inocência, Selvíria, Aparecida do Taboado, Três Lagoas, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Bataguassu e Anaurilândia.

Mapa 10 : Divisão do PDTUR/MS Macro Regiões



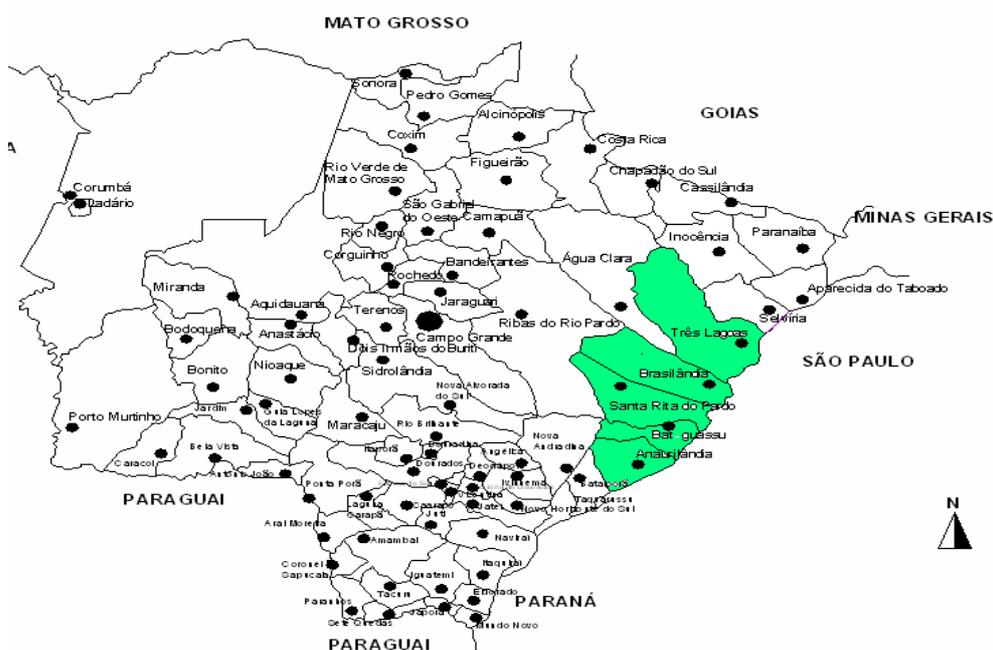
Fonte: PDTUR/MS, 1998.

Na ocasião, pela primeira vez, os gestores municipais de turismo e cultura se conheceram e puderam discutir os problemas comuns que todos atravessavam. Momento esse que decidiu as primeiras linhas sobre o processo de regionalização da Costa Leste de MS, com o agendamento de uma seqüência de reuniões mensais, uma em cada município.

O programa de regionalização da Costa Leste – MS iniciou sua concepção através de representantes dos municípios envolvidos, por parcerias como: (SEBRAE, SENAC, Fundação do Turismo e Ministério da Integração Nacional), tendo como eixo norteador o PDTUR/MS, alguns representantes da iniciativa privada dos municípios que possuíam interesses com o que se entendia e se entende por atividade turística.

Sucessivas reuniões foram realizadas contando com a presença de vários municípios destacando a participação de cinco: Brasilândia, Três Lagoas, Bataguassu, Santa Rita do Pardo e Anaurilândia. A forma de constituição oficial mais discutida é a criação de uma associação formada pelos gestores de turismo e cultura dos municípios agregando-lhe a função de gestão do processo de regionalização.

Mapa 11: Municípios engajados no processo de regionalização da Costa Leste de MS na concepção



Fonte: SEPLANCT/MS (organização própria)

Nesse período foi formado um esboço do Estatuto da futura Associação, assim como a confecção da logomarca da Região Turística, considerado pelos partícipes do processo como fundamental, o que antecedeu qualquer outra ação de identificação e antes mesmo da consolidação legal da região.

Figura 23: Logomarca da Região Turística da Costa Leste de MS



Fonte: Câmara Técnica da Costa Leste de MS

Em 13 de fevereiro de 2003, na 8ª Reunião da Câmara Técnica de Turismo Costa Leste de MS, no município de Brasilândia, houve a seguinte pauta: calendário de eventos; levantamento dos Produtos Turísticos – (AEMS); definição da Logomarca; Participação no Fórum Permanente de Turismo do MS; Aprovação do Estatuto.

Simultaneamente foi realizado o I Primeiro Seminário de Sensibilização da Comunidade de Brasilândia.

Nesta reunião foi discutida e refletida sobre a semelhança entre os municípios participantes da Região Turística, dos membros da Costa Leste com a formação da UNIPAR – União dos Municípios do Alto Paraná¹⁰, composta pelos municípios de Brasilândia, Bataguassu, Anaurilândia, Santa Rita do Pardo, Três Lagoas e Batayporã, único que ainda não participava das reuniões da Costa Leste de MS e por sua vez pertencia a outra Macro região¹¹ dentro dos padrões estabelecidos pelo PDTUR e também pela divisão administrativa do Estado.

Sendo esta uma instituição dirigida pelos Prefeitos e que tinham como principal objetivo a negociação de compensações pelos prejuízos do alagamento da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, houve um consenso entre os participantes da Costa Leste em não formalizarem uma nova Associação, e sim, solicitar permissão aos Prefeitos para criação uma estrutura (Câmara Técnica de Turismo) dentro da Associação dos Municípios do Alto Paraná.

A sugestão foi feita ao Dr. Issam Fares, na época Presidente da UNIPAR sendo a proposta aceita e constituída. A partir daí, a câmara técnica do turismo, legitimou a estrutura organizacional da região Turística da Costa Leste de MS.

Em 06 de março de 2003 ocorreu a 9ª Reunião Técnica da Costa Leste de MS simultaneamente à reunião entre os Prefeitos da UNIPAR – Associação dos Municípios do Alto Paraná em Três Lagoas, sendo deliberada a inclusão da Câmara Técnica de Turismo Costa Leste de MS oficialmente dentro da estrutura da UNIPAR, assim como a dotação orçamentária para a Câmara Técnica proveniente de parte dos recursos do “Programa de Geração de Renda”, financiado pela CESP e administrado pelas Prefeituras Municipais.

O antigo esboço de Estatuto foi então alterado para um Regimento Interno que previa a constituição de uma Diretoria composta por Presidente e Vice, Tesoureiro

¹⁰ Outra regionalização decorrente de interesses homogêneos e pautados pelo poder público enquanto gestor local.

¹¹ Município pertencente a Macro Região 6 do PDTUR.

e Segundo Tesoureiro, Secretário e Segundo Secretário. A pedido dos Prefeitos, Batayporã passa a integrar a Câmara Técnica somando seis municípios.

A função da entidade Câmara Técnica da Costa Leste é de promover o desenvolvimento e a integração dos municípios pertencentes à Costa Leste de Mato Grosso do Sul, tendo como estratégia o turismo sustentável, além de identificar e discutir problemas dos municípios, a fim de captações de recursos para a melhoria de infra-estrutura e capacitação e apoiar os parceiros no desenvolvimento do turismo na região.

Compreendendo o que está contido no Art.4 do referido regimento:

Art. 4º - A Câmara Técnica de Turismo Costa Leste de MS tem por finalidade o crescimento e o desenvolvimento do turismo sustentável na região através de:

- a) Incremento de programas e roteiros turísticos integrados envolvendo toda sua área de abrangência;
- b) Programas de fomento a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental;
- c) Sensibilização das comunidades envolvidas sobre a importância do desenvolvimento da atividade turística;
- d) Planejamento e execução de projetos que visem a sustentabilidade regional;
- e) Estimular e desenvolver movimentos reivindicatórios de caráter regional ou local junto aos poderes constituídos e, de todos os órgãos da administração direta ou indireta, em todas as esferas do poder, bem como junto às instituições, fundações, pessoas jurídicas de direitos públicos ou privados. (UNIPAR, 2003, s.p.)

Em 20, 21 e 22 de março de 2003 ocorreu o planejamento e realização em parceria com o SEBRAE/MS do curso Recursos Naturais: Fontes para o Turismo em Três Lagoas. Cerca de 30 pessoas foram capacitadas para o planejamento de atividades de entretenimento e lazer com a utilização dos recursos da natureza.

Uma das ações de divulgação da região foi a Participação do Stand de artesanato da Costa Leste de MS na I Feira do Arraiolo de Brasilândia, com trabalhos dos seis municípios da Costa Leste de MS.

E em 19 de maio de 2003, houve o Lançamento do Calendário de Eventos da Costa Leste de MS, a primeira publicação regional do gênero no Estado de MS. O Calendário de Eventos contou com a parceria da Câmara Técnica, do SEBRAE/MS, do Hotel OT de Três Lagoas, da Local Marketing Turístico, Rede Prudentão de Postos de Combustível de Bataguassu, Hotel e Pesqueiro Samambaia de Anaurilândia, Hotel Alvorada de Brasilândia, e Hotel e Restaurante Alvorada de Santa Rita do Pardo.

Em agosto de 2003 ocorreu uma reunião da Câmara Técnica com representantes do Ministério da Integração Nacional, Governo do Estado de MS e SEBRAE/MS para apresentação do Projeto do Plano de Marketing Turístico da Costa Leste de MS (ANEXO 3), no processo de Arranjos Produtivos Locais do Ministério da Integração Nacional. Participaram desse processo 11 Arranjos Produtivos do estado e foram selecionados três, entre eles o Arranjo de Turismo Costa Leste de MS.

O plano de marketing teve como principal justificativa que a Costa Leste de MS é uma região detentora de grande potencial turístico.

A abundância de recursos hídricos oferecidos pela Bacia do Rio Paraná e seus afluentes, o ambiente rural, a riqueza da fauna e flora do cerrado compõem um conjunto de cenários de belezas naturais que retratam com fidelidade a riqueza natural do Mato Grosso do Sul. (SEBRAE/MS, 2003, s.p)

E ainda alicerça a sua concepção sob a seguinte ótica:

A região também possui um contexto histórico que marca a colonização da porção leste de nosso estado, com monumentos e tradições exclusivas como a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada em Bataguassu há mais de cinquenta anos, ou a Igreja de Santo Antônio, primeira igreja de Três Lagoas, monumento de 1914 tombado pelo Patrimônio Histórico, entre tantos. As potencialidades existentes passaram a construir um fluxo também impulsionado pelo turismo de negócios e pelos turistas que trafegam pela região com destino ao Pantanal e Bonito. Todos estes fatores associados as obras compensatórias pelo impacto da Usina Sérgio Mota, assim como as ações realizadas até então pela Câmara Técnica de Turismo, criaram um ambiente de prosperidade ao desenvolvimento da atividade turística na região. Embora o turismo seja uma vocação real de desenvolvimento sustentável, percebemos que os produtos turísticos são oferecidos de maneira independente, com pouca presença de agenciamento e operações turísticas devido, sobretudo à ausência de um roteiro

integrando os atrativos da região. O planejamento de um roteiro, assim como sua apresentação ao público através de um Plano de Marketing Turístico, seria a sustentação necessária para a orientação do mercado consumidor para o novo destino turístico colocado no mercado, viabilizando a integração do roteiro às agências e operadoras localizadas nos centros emissores (principalmente o oeste paulista), criando um cenário favorável à novos investimentos e contratações no setor. (SEBRAE/MS, 2003, s.p)

Pautados no esforço de efetivar a Costa Leste de MS como uma significativa rota turística dentro do estado e na tentativa do engajamento e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos dentro do contexto regional, passou-se, a busca pelo planejamento e realização de diagnósticos dos produtos turísticos da Costa Leste de MS, coordenado pela Diretoria da Câmara Técnica e financiado pelo SEBRAE/MS.

Knafou *apud* Rodrigues (2001), em relação ao diagnóstico afirma que:

Tudo o que precede visa somente colocar nos devidos campos, permitindo análises e, eventualmente, trazer soluções. Porque é muito evidente que não se trata de negar a existência de disfunções dos espaços turísticos e, em particular, dos lugares ligados ao grande número. Mas não é fazendo maus diagnósticos em nome de julgamentos de natureza moral que se prepara a solução de problemas. (KNAFOU *apud* RODRIGUES, 2001, p. 69)

O diagnóstico possibilitou uma visão sobre os equipamentos turísticos existentes na região, a infra-estrutura, qualificação profissional, dificuldades e perspectivas, além de dados estatísticos, demonstrando a partir desse enfoque a visão de cima para baixo e não como nos mostra Rodrigues (1999):

No caso do estudo do espaço do turismo significa abordar a função dos elementos da oferta e da demanda no diagnóstico, de fundamental importância, que antecede qualquer intervenção explicada pelos planos e programas do planejamento, visto por *Milton Santos* como instrumento de uma “racionalidade perversa” [...]. Do ponto de vista técnico, consiste em avaliar todos os recursos disponíveis e os que se pretende implementar, tendo como parâmetro a demanda atual, futura e potencial, e sua sazonalidade. (RODRIGUES, 1999, p. 73)

Nesse contexto Rodrigues (1999) coloca que:

O acesso ao conhecimento é relevante para a atração de capitais, influenciando de maneira decisiva a adoção de novas necessidades,

alterando-se hábitos de consumo. Nesse particular, o mito do eterno retorno será reforçado pela mídia que vem incentivando de forma bastante agressiva [...]. (RODRIGUES, 1999, p. 18)

Lencioni (2003), também contradiz essa forma de conhecimento da realidade e nos apresenta como deveria ser este procedimento:

O procedimento de investigação procura ultrapassar o nível sócio econômico, buscando compreender como o homem se coloca em relação à região e, a partir disso, procura analisar os aspectos estrutural e funcional e subjetivo da região. O primeiro relativo ao modo da organização dos elementos que constituem a região; o segundo diz respeito a dinâmica regional; e o terceiro, discute a relação do aspecto estrutural e funcional como aspecto subjetivo; como por exemplo, a relação das imagens mentais que os homens constroem acerca do espaço vivido, da região. (LENCIONI, 2003, p. 156)

E mais uma vez Santos *apud* Bezzi (2004), nos diz que:

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno. (SANTOS *apud* BEZZI, 2004, p. 193).

Como uma política pública vigente de fortalecimento de iniciativas locais e regionais entendidas como os equipamentos e serviços existentes e voltadas para o turismo, em 26 de dezembro de 2003 ocorreu a Publicação do Extrato de Convênio entre a União através do Ministério da Integração Nacional e o SEBRAE/MS como interveniente do Projeto de *Marketing* Turístico da Costa Leste de MS no valor de R\$118.862,00. A publicação garantiu recurso disponibilizado-o no início de 2004.

A mobilização decorreu de forma estratégica para construção do diagnóstico dos produtos e serviços turísticos dos municípios envolvidos, na regionalização da Costa Leste, a partir do que se estabelecia e se tinha anteriormente direcionado no PDTUR, possibilitando a abertura de crédito do FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO, e a disponibilização de recursos para a elaboração do plano de marketing para região, o que se percebe é a ótica na qual se

estabelece o processo, com cunho econômico e político, dinâmico ligado diretamente à reprodução do capital e das relações de produção.

A divulgação priorizou a utilização de outdoors nas rodovias de acesso aos municípios envolvidos no processo de regionalização, bem como a confecção de material informativo, *banners*, cartazes, *folders*, adesivos, camisetas, e um selo para a comercialização do artesanato, criando assim a parte visual do que compreende a Região Turística da Costa Leste de MS.

Sequencialmente o processo de regionalização turística da Costa Leste de MS, continuou através dos mesmos atores apresentados anteriormente, contando com novos fatores políticos-administrativos como a mudança das administrações municipais em 2005 com a eleição de novos prefeitos e, conseqüentemente, novos planos de governo e novos agentes e gestores locais, para tratarem do processo, ora já tão complexo de regionalizar ou criar novos arranjos regionais dentro de regiões anteriormente constituídas e, que de certa forma, não agregam no seu cotidiano, ou melhor, dizendo não há materialidade, criando e segmentando assim o território para uma nova territorialidade que é a atividade turística, atividade esta que deve ser discutida em termos de existência, aplicação e de classificação para os municípios da região.

A falta de efetividade da região Turística da Costa Leste de MS, leva-nos ao campo das contradições, entre os próprios atores envolvidos, Castro *apud* Bezzi (2004), elucida que:

As “regiões políticas”, delineadas por intermédio político administrativo, se não são significativas de um tipo específico de identidade territorial, são importantes por revelar condições e situações particulares de relações entre espaço e política, num plano mais geral, e relações entre poder central e território, num plano mais restrito. (CASTRO *apud* BEZZI, 2004, p. 215)

Neste sentido, faz-se necessário entender a região de acordo com os pressupostos teóricos da geografia, para analisar o processo da Região Turística da Costa Leste de MS.

Segundo Corrêa (1990):

A região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. (CORRÊA, 1990, p. 45).

E conforme Coriolano (2005, P. 130), “A região é determinada não apenas por suas características físicas, mas também depende das organizações e da gestão do desenvolvimento.

Nesse contexto, Silva *apud* Coriolano (2005), enfatiza que:

[...] as regiões e os lugares não querem ser identificados somente pela existência de características particulares e recursos passivos como, por exemplo: meio ambiente, recursos naturais, produção agrícola, e industrial, sistemas de cidades e patrimônio histórico, como tradicionalmente acontecia com a teoria das vantagens comparativas, de localização e diferenciação regional. Cada vez mais os lugares e as regiões querem ser conhecidos pelos recursos ativos, dinamicamente construídos pela organização sócio-territorial, pelas políticas e formas próprias da gestão do desenvolvimento local e regional, envolvendo e integrando diferentes setores, atuando em contextos abrangentes e competitivos. (SILVA *apud* CORIOLANO, SILVA, 2005, p. 130).

É interessante observar e refletir sobre como se iniciou o processo de regionalização da Costa Leste, através de uma ação política de desenvolvimento, pautada em um modelo pronto de desenvolvimento proposto pelo Estado, aproveitando para focar o que trata Silva (2005) a existência de novos territórios não depende apenas de quem está dentro, mas também de atores externos, como percebemos neste contexto de regionalização, e acatado por gestores municipais de turismo, que até então não viam alternativas ou oportunidades de inserir a discussão sobre a atividade turística na pauta das administrações municipais, vendo, portanto a oportunidade e parcerias significativas como a Fundação Estadual do Turismo e o SEBRAE; além do Ministério da Integração Nacional, cujos interesses se apresentam distintos do Turismo, mas com o viés do desenvolvimento econômico.

Corrêa (1990) acrescenta que:

O conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. Mas precisamente, no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza

implica existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante, utilizando-se o conceito de diferenciação de área e as subseqüentes divisões regionais, visando ação e controle sobre território militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante. (CORRÊA, 1990, p. 47)

Reforçando essas idéias é importante destacar o que Santos *apud* Bezzi (2004) nos coloca sobre a complexidade de entender região:

Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos. (SANTOS *apud* BEZZI, 2004, p. 192)

E ainda, quando enfoca que: “(...) região é o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado”. (SANTOS *apud* BEZZI, 2004, p. 193).

Com o apoio do SEBRAE/MS e Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, e da Câmara Técnica da Costa Leste de MS, se descortinaram inúmeras ações, pontuais na tentativa de efetivação do turismo na região, a intensificação das participações da região nos eventos de turismo realizados dentro e fora do Estado, a busca pelo engajamento dos setores de comércio e serviço, artesanato e infraestrutura, em especial, as diretamente ligadas à atividade turística.

Sem considerar a vulnerabilidade do turismo na região, buscou-se, e ainda hoje, isso está presente nas discussões, a montagem de roteiros turísticos regionalizados, mas cabe aqui reportarmos, que este discurso decorre da política pública vigente, que pauta o desenvolvimento do turismo através de Plano de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, em que estão figurados as linhas de financiamento disponíveis pelo setor, ou seja, se não for a nível regional não há financiamento para a área do turismo.

Mesmo sobre essa premissa de financiamento, não se observa o engajamento dos municípios quanto à região turística da Costa Leste de MS.

3.2 OS ATORES ENVOLVIDOS E EXCLUÍDOS DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO

O momento da formação da Região Turística da Costa Leste de MS, compreende um momento histórico em que, a maioria dos municípios, agregados ao processo, apresentavam e apresentam economia estagnada ou em estagnação devido às mesmas serem objetivamente ligadas à pecuária de corte ou leiteira, seguida do setor de comércio e no caso de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado com o setor industrial em desenvolvimento decorrente ao processo de incentivos fiscais, novamente um processo de interferência de políticas voltadas ao desenvolvimento, sendo o Estado, responsável direto.

Para entender a dinâmica do processo de regionalização, torna-se fundamental identificar e explicitar o papel dos atores envolvidos, direta e indiretamente no processo, a identificação possibilita também analisar as perspectivas da região Turística da Costa Leste de MS.

Inicialmente, destacamos a participação do Estado, através da Fundação de Turismo de MS, no processo de regionalização da Costa Leste de MS, não necessariamente no arranjo territorial que ora se apresenta, mas com o que se estabeleceu no PDTUR/MS, para os 11 municípios, já anteriormente citados. Conforme já ressaltado no capítulo 2, cuja sistemática não agrega a realidade local.

Observa-se que o papel de organizar e criar condições para o desenvolvimento do turismo “pertence” ao Estado, no entanto, instigados pela iniciativa privada, ou seja, as grandes detentoras de capital acabam por atender a esses interesses, esquecendo dos demais elementos e mesmo da dinâmica espacial que antecede o turismo, sendo que o fator econômico, o dinheiro é o importante agente transformador, exatamente o que se observa durante o processo de regionalização da Costa Leste de MS, pois o que predomina em todo processo é o interesse do capital.

Nessa direção Cruz (2001) considera que:

As políticas nacionais de turismo no Brasil, do ponto de vista de sua aplicabilidade, restringem-se, até muito recentemente, a aspectos parciais da atividade, os pólos turísticos que se criaram no país foram fruto muito mais de movimentos espontâneos, de escala local e/ou regional, que de um plano nacional como pretendia o PLANTUR, de 1969. (CRUZ, 2001, p, 30)

O desenvolvimento da atividade turística é comumente impulsionado por políticas estratégicas nas três esferas de governo. De acordo com Corrêa (1990) é o Estado agente de regionalização, pois surge dentro do contexto dominante.

Para Lipietz *apud* Bezzi (2004):

É importante salientar o papel do Estado no gerenciamento da crise regional. Entende-se que o Estado tem duas atribuições fundamentais (...). A Primeira seria remover as barreiras ao desenvolvimento do capitalismo, destruindo o sistema anterior; a segunda, a de inaugurar uma nova apropriação legal do espaço. Para tal propósito, utilizar-se-ia o planejamento espacial de infra-estrutura (forçando uma mudança na lei de valor do espaço) e a imposição de uma lógica capitalista avançada ao espaço legal. Nesse contexto, a permanência de modos de produção distintos em um mesmo espaço dependeria da capacidade e competência do Estado em proporcionar o avanço do capitalismo monopolista por meio de uma nova divisão do trabalho e, pela intervenção política e social, evitar a manifestação de conflitos garantindo, ao mesmo tempo, a modernização e o controle social. (LIPIETZ *apud* BEZZI, 2004, p. 186).

Sobre o papel do Estado¹² Castro *apud* Cruz, (2001, p.31), enfatiza que:

[...] para os agentes do governo, responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas, as atividades turísticas são boas porque geram emprego, renda e contribuem para o processo de desenvolvimento, que afinal, constitui o compromisso primeiro da *public choice*. (CASTRO *apud* CRUZ, 2001, p. 31)

No caso em tela, observa-se que o direcionamento compreende muito mais o interesse de governo enquanto gestor, do que propriamente voltado aos reais interesses da população, principalmente quando carrega considerável apelo de marketing, o que ocorre devido a obrigatoriedade do Estado na execução de políticas públicas e pela cobrança em dar respostas à população, ao seguimento no caso do

¹² Entendem-se aqui como as instâncias públicas executivas municipais, estaduais e federal.

turismo, no que compreende o desenvolvimento de ações na área pública, como por exemplo, o favoritismo de investimentos e ações para algumas Regiões do Estado e aqui citamos o Pantanal, em detrimento de outras regiões, esquecidas, relegadas a própria sorte.

No âmbito municipal, analisamos duas situações sendo a primeira relacionada aos prefeitos municipais, não especificamente pelo interesse no desenvolvimento do turismo, mas pelo apelo dos seus respectivos gestores municipais de turismo, que viram na regionalização da Costa Leste, a possibilidade de promover as políticas públicas locais, tomaram para si, a responsabilidade da execução das propostas do PDTUR/MS, seguindo o arranjo da Costa Leste de MS. Em relação ao engajamento, o mesmo não ocorreu de forma homogênea, ora por falta de recursos das administrações, ora por falta de interesse no turismo, pela predominância de outras atividades econômicas, causando o enfraquecimento dos mesmos e, em especial, a sua retirada do processo, que por sua vez, também responde pelo enfraquecimento do processo de regionalização.

A institucionalização do processo de Regionalização Turística da Costa Leste de MS, figura-se na busca de parcerias com entidades privadas cujos objetos se assimilam e se complementam no sentido de obter benefícios no envolvimento do processo, destaca-se entre esses atores o SEBRAE, que se coloca como articulador no processo, para Rodrigues (1999):

As políticas de turismo, estabelecidas no bojo das instituições, sempre orquestradas pela política econômica vigente, hoje em macroescala, para o mercado globalizado, indiferente às características dos lugares, contemplam as elites hegemônicas do capitalismo mundial, expressando-se por “verticalidades” alheias aos interesses locais. (RODRIGUES, 1999, p. 68)

Sobre o papel do SEBRAE, destaca-se que o mesmo se configura em uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte, voltada para o fomento e difusão de programas e projetos que visam a promoção e o fortalecimento das micros e pequenas empresas.

O que analisamos ser a Região Turística da Costa Leste de MS para o SEBRAE, é um território de oportunidades e de aplicabilidades de seus programas e

projetos, que de certa forma, encontram-se suggestionados no PDTUR/MS, em que o SEBRAE figura como co-autor.

O sucesso de algumas regiões, dentro do próprio Estado corrobora com a visão desenvolvimentista e desperta o interesse e envolvimento de múltiplos atores, internos ou externos no processo, esquecendo-se, muitas vezes, como no caso em tela, das redes sociais locais que estão presentes e enraizadas no território, induzidas ou induzindo suas territorialidades.

A divergência ou interesses divergentes entre as territorialidades e dentro delas, deixou e deixa claro que o discurso do desenvolvimento turístico pautado pelos gestores de turismo, Fundação do Turismo e SEBRAE não corresponde ao ideário vivido na cotidianidade dos municípios, não sendo, portanto motivo de recuo frente à regionalização da Costa Leste de MS.

As instituições de ensino superior também presentes neste contexto, dentro de suas limitações financeiras e técnicas, apresentaram contribuições, mas não de forma efetiva, principalmente por serem chamadas a participarem do processo em sua execução e não do seu planejamento, quando se mobilizou para a criação da região, o PDTUR/MS já ditava os direcionamentos do desenvolvimento do turismo no estado, numerando suas potencialidades de execução.

O envolvimento da UNIPAR – União dos Municípios do Alto Paraná decorreu somente da necessidade de legalização da Região Turística da Costa Leste, no intuito de viabilizar recursos para suas ações. Destaca-se que o interesse da UNIPAR nunca foi relacionado ao turismo, e sim, à luta pelas compensações da CESP em relação aos impactos, e essa união decorre deste interesse específico, ressalta-se que com a parceria da UNIPAR também novos municípios foram chamados ao processo de regionalização como o caso de Batayporã.

A iniciativa privada local representada pelos comerciantes, representantes de empreendimentos, rede hoteleira, bares e restaurantes, também foi chamada no momento da consolidação da Costa Leste, participações pontuais, principalmente quando detectada a possibilidade de investimentos pelo FCO e perspectivas no investimento em infra-estrutura.

Alguns segmentos como o caso do artesanato, mostraram-se presentes, devido ao interesse do SEBRAE e seu apoio no desenvolvimento desse segmento específico. As ações resultaram em Três Lagoas, a formação da associação dos artesãos, não necessariamente voltados ao turismo, mas como geração de renda.

No que compreende o envolvimento e a participação popular, ou seja, o engajamento da comunidade no processo, questionando a forma como isso se processa na realidade, pois historicamente o que observamos é a população apenas como coadjuvante do processo, ou seja, presente apenas no desenvolvimento das ações propriamente ditas, sem pensarem compreendem a população residente, receptiva e que daria o suporte a funcionalidade do processo de turistificação da região.

Lencioni (2003) aborda que:

Uma divisão administrativa, cujo fracionamento é realizado por pessoas que não vivem no lugar, elaborada pela administração pública, é diferente de uma divisão feita por pessoas que vivem nesse espaço. Essas pessoas podem construir recortes variados que talvez não correspondam a regionalização elaborada pela administração pública. Em suma, a divisão regional, dizendo respeito ao espaço vivido, relaciona-se à percepção que as pessoas têm do espaço e ao seu entendimento de pertencer a uma rede de lugares. (LENCIONI, 2003, p. 155)

O agravante foi detectar que a população local desconhece a realidade do turismo, sua percepção compreende o que se ouviu falar ou correspondente a viagem em relação a Região Turística da Costa Leste de MS. A pesquisa realizada junto à 100 acadêmicos das Faculdades Integradas de Três Lagoas/AEMS, no ano de 2007, detectou que 95% dos acadêmicos desconhecem a existência da região e ao ela não agregam nenhuma atividade turística específica, o que configura um indicativo da alienação da população em relação a região e ao turismo.

No processo figurado pela territorialidade dos gestores municipais do turismo e pelo Estado através da Fundação Estadual de Turismo e do SEBRAE, a população e as relações sociais não tiveram expressiva participação, sendo colocadas a parte do processo, como se não existissem, contrariando o que nos coloca Rodrigues (1999, p. 66) que a população como elementos constitutivos do espaço, homens e mulheres como seres individuais e sociais, que correspondem no turismo à demanda turística, à

população residente e a todos os indivíduos responsáveis pelo funcionamento de outros elementos que constituem o espaço como as firmas e instituições.

A necessidade de qualidade nos serviços e produtos oferecidos no turismo é indiscutível, mas somente será alcançada, se houver preparação das comunidades locais, entidades públicas, privadas e empresários. Como resultado maior dessa parceria, ocorrerá o fortalecimento das diferentes entidades que atuam no setor turístico. (PDTUR, 1998, p. 05)

A população local se aliena também no processo de apropriação dos recursos naturais e “produtos turísticos” existentes, pois os rios que figuram como principal potencial tem seu acesso restrito pela privatização de suas margens com os loteamentos e ranchos, bem como pela ausência de balneários públicos, quando existentes como no caso de Selvíria, o mal estado de conservação e vias de acessibilidade restringem usufruto do mesmo.

Destacamos que a participação da população é fundamental para a efetivação das ações relativas ao turismo e a regionalização, como pensar em desenvolver o turismo na premissa do local e regional, sem que a população residente tenha participação. Experiências anteriores demonstram sérios conflitos entre a população local e a visitante, bem como a exclusão ou distanciamento do turismo, havendo a segregação turística, corroborando com essa colocação Souza apud Rodrigues destaca:

Se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos sócio-espaciais de seu município, o turismo (e outras atividades) dificilmente corresponderá às suas expectativas e casarão com os seus interesses, dificilmente, portanto, o turismo, tenderá a trazer o desenvolvimento sócio-espacial duradouro. (SOUZA *apud* RODRIGUES, 1997, p. 20)

O que sucinta a discussão da forma de se pensar o turismo alienando-o como enfatiza Luchiari *et al* (2000);

Reproduzir nos lugares turísticos as formas que alimentam o individualismo e o empreedimentismo econômico é submeter o lugar e suas populações à lógica totalizadora dos projetos racionais, verticais,

de cima para baixo. É excluir, nas formas reproduzidas, os usos e as funções sociais pré-existentes. (LUCHIARI *et. al.*, 2000, p.12)

Portanto, o cotidiano foi deixado de lado, descartado como uma “peça de xadrez em xeque”, literalmente falando. O modo de vida na cidade, as formas de apropriação dos habitantes não foram considerados no processo, parafraseando Oliveira Neto (2005), o entendimento da vida cotidiana, técnica e espaço, são assuntos indispensáveis para compreender as relações entre os homens, entendendo, portanto o cotidiano como Lefebvre *apud* Oliveira Neto (2005) nos apresenta:

[...] o cotidiano é o alimento, o vestuário, a casa ou a habitação, a vizinhança, a rua, os arredores, os móveis, isto é, tudo aquilo que pode ser chamado de cultura material, mas não se limita somente a isso. O cotidiano seria, também, o econômico, o psicológico, o sociológico, enfim objetos e domínios particulares atingíveis por métodos e diligências específicas. (LEFEBVRE *apud* OLIVEIRA NETO, 2005, p. 33)

O cotidiano abarca os anseios e as reais necessidades das pessoas, portanto figura como objeto de análise não apenas necessário como fundamental do território, não haverá nenhum entendimento completo ou proposição sem analisar as relações do cotidiano. A participação da população conforme colocado anteriormente não deve figurar apenas por números estatísticos, mas por expectativas e entendimentos do cotidiano, ou seja, a realidade materializada e a realidade vivida.

3.3 ANÁLISE E PERSPECTIVA DA REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MS

O Turismo é uma atividade econômica bastante progressiva na contemporaneidade, uma dinâmica que se expressa na vida social e no território, envolvendo pessoas nos espaços naturais e produzidos, apropria-se das relações de

trabalho do mundo capitalista em especial nesse contexto pós-industrial, em que se ressalta o tempo como primordial e o consumo do lazer.

[...] não há como afastar a análise do turismo do mundo da produção e das contradições do modelo produtivo vigente. [...] O Turismo é uma fenômeno dos tempos modernos, portanto, relativamente recente. Surgiu quando o homem descobriu o prazer de viajar, quando a viagem deixou de ser necessidade e peso e passou a ser forma de buscar a sonhada felicidade. O conceito de turismo, embora tenha aflorado no século XVII, na Inglaterra, foi somente no século XIX que se instaurou como idéia moderna, sendo que suas principais teorias datam do pós-2ª Guerra Mundial. (CORIOLANO, 2005, p. 42)

O turismo se tornou nas últimas décadas uma atividade econômica e social, a dinâmica da atividade se expressa na vida social e nos territórios, influenciando na construção e desconstrução de espaços e territórios.

Conforme Rodrigues (1999) nos coloca:

O turismo na sua enorme complexidade reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de um fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamentos e áreas de atração (receptoras). É nestas que se manifesta materialmente o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá de forma mais acentuada o consumo do espaço. (RODRIGUES, 1999, p. 42-43)

Despontando como uma atividade econômica que movimenta um significativo percentual de recursos financeiros, pautado numa pseudo-sustentabilidade, e também político, social e cultural, o turismo ganhou destaque nas últimas décadas, sendo considerado por muitos autores e estudiosos como um fenômeno capaz de minimizar os efeitos negativos e perversos do capital que com o passar do tempo apenas reforçou as diferenças e desigualdades sociais, e por suas crises, papel esse conferido anteriormente ao processo de industrialização, o papel de “bom moço” ou “salvador da pátria” deve ser visto com muito cuidado pelos estudiosos, principalmente quando a discussão passa para âmbitos delimitados como o território: regional e o local.

Knafou *apud* Rodrigues (2001) faz uma reflexão interessante sobre o processo de sub e superavaliação do turismo quando em essência o turismo é

totalmente dependente das estruturas existentes, que não lhe são diretamente relacionadas.

Cabe, portanto alçarmos a reflexão sobre a regionalização ora objeto de estudo, abrindo alternativas para um processo de análise e desenvolvimento espacial, Coriolano (2005) conceitua a regionalização como: “[...] uma estratégia geopolítica de compartimentar espaços para trabalhá-lo em porções menores e alcançar objetivos mais imediatos”. (CORIOLANO, 2005, p 30)

O território passa a ser elemento ativo, peça chave que ajuda a entender o processo de expansão do capital, o território passa a lógica de atuação do capital, lógica de fluxos (território rede) e a lógica do território de superfície.

A Região da Costa Leste de MS, objeto de análise figura sobre a territorialidade do dinheiro ditado em especial pelas territorialidades das instituições, uma vez que o Estado enquanto gestor político apresenta alternativas de reordenamento do território através da utilização do PDTUR/MS, com o objetivo de regionalizar tendo como foco a atividade turística que se apresenta como uma forte alternativa ao desenvolvimento tanto local como regional, pelas potencialidades existentes e por sua ascensão mundial.

Segundo o que estabelece as diretrizes do PDTUR, observamos seu direcionamento elitista ao turismo esquecendo do contexto das territorialidades engendradas no processo dinâmico do território, conforme segue:

A formulação do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, denominado de PDTUR-MS, tem como base as diretrizes do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, o crescente e importante papel que o turismo vem exercendo em favor da conservação ambiental, da sua capacidade democrática de proporcionar oportunidades de negócios e da melhoria da qualidade de vida que a atividade turística pode promover. (PDTUR, 1998, p. 05)

O papel hoje destinado à atividade turística abrange muito mais do que simplesmente atender as necessidades de lazer e recreação, é uma atividade que nasceu da necessidade do capital, e para atender a suas expectativas, por que não dizer amortecer suas crises, tem um papel transformador do espaço e essa materialidade por ele imposta a cada dia mais cria e recria espaços diversificados,

conforme coloca Rodrigues, (2001), cria-se, portanto novas concepções de região como o caso da Costa Leste de MS.

Conforme Banducci (2002), a atividade turística é complexa, muito mais do que os estudos hoje realizados tentam demonstrar, uma vez envolve quantidade significativa de pessoas e localidades, afetando diretamente as comunidades em especial pelas questões de divisas econômicas, figurando a complexidades de ser apreendido.

A Região Turística da Costa Leste de MS, em nosso entendimento começa sua história do fim para o começo, a proposta de desenvolvimento regional através do turismo, sem identificar o turismo existente nos municípios e as dinâmicas a ele engendradas.

Cabe-nos, portanto identificar que o turismo não antecede as formações dos municípios envolvidos na Costa Leste de MS, como observamos eles apresentam características econômicas, sociais e ambientais, das quais a atividade turística ainda não se apropriou do espaço geográfico, não podendo ser considerada como indutora do desenvolvimento, mas como uma possibilidade a médio e longo prazo, lembrando que esse fato desconsiderado no contexto da regionalização levou a equívocos.

Um dos equívocos dos quais ressaltamos e o plano de marketing, da Região Turística da Costa Leste de MS, no momento de sua efetivação, sem atentar para os fatores negativos decorrentes da divulgação de áreas ainda não consideradas essencialmente turística, despreparadas em todos os sentidos, equipamentos, serviços, produtos, e comunidade local. Levando-nos a questionarmos, que regionalização é essa?; a que e a quem ela serve?; até onde ela irá chegar e qual será sua materialidade?; o que de fato deverá acontecer no cotidiano das pessoas?.

Ao tempo em que as instituições¹³ lutam por alavancar as discussões e implantar a qualquer preço o turismo e mesmo a regionalização, com a criação de um plano de marketing da Costa Leste, instrumentos legais de regulamentação local do turismo não são legitimados até hoje, destacando-se os conselhos municipais de

¹³ Formadas pela Fundação de Cultura e Turismo de MS, SEBRAE e Gestores Municipais, apoiados pelo Ministério do Turismo.

turismo, a criação dos Fundos Municipais de Turismo, com dotação orçamentária e alocação de recursos, a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Turísticos, condizentes com os Planos Plurianuais Orçamentários e com os Planos Diretores locais, e a efetiva participação da população local nas discussões acerca da atividade turística.

Coriolano (2005) mostra em suas reflexões que:

A sociedade enfrenta a partilha desse processo hegemônico de forma subordinada, e, embora sendo maioria, tem sempre menor poder de decisão, apesar de exercer pressão política em determinados momentos. (CORIOLANO, 2005, p. 144)

As necessidades locais e regionais somente poderão ser respeitadas se a gestão do território incluir a efetiva participação da população local, como é o entendimento de Becker apud Rodrigues, (2001, p. 30):

[...] processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento através da discussão direta, onde as normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se assim o poder local como base do desenvolvimento. (BECKER apud RODRIGUES, 2001, p.30)

Os municípios inseridos no processo de regionalização da Costa Leste de MS, não figuram enquanto contraditórios ao processo de regionalização ou mesmo a implantação de micro regiões, o que chama a atenção é justamente a forma como isso se posta diante dos nossos olhos, dentro de nosso território, não condizentes com a realidade em que estamos vivenciando e nem mesmo com as políticas públicas em desenvolvimento nos município.

A institucionalização de regiões não é um fator negativo quando entendido que existe uma rede de cooperação e interesse mutuo entre os partícipes, o que não se observa no caso da Costa Leste de MS, que agrega parceiros pura e simplesmente como números, sem considerar as divergências entre os municípios componentes e as contradições de interesses entre o *trade*, e as administrações municipais.

Para sua efetividade, não basta o comprometimento dos gestores locais de turismo, não existe funcionalidade, ou melhor, dizendo materialidade na política pública de turismo, pois não se efetiva em nenhum município participante os Conselhos, Planos e Fundos, e é impossível desenvolver ações ou políticas de qualquer natureza sem recursos financeiros.

Como nos coloca CRUZ (2001):

[...] apreender qual o papel que cabe ao turismo no ordenamento e reordenamento de territórios para seu uso requer a consideração de inúmeras variáveis que compõem o imenso jogo de relações do qual o turismo representa apenas uma parte. (CRUZ, 2001, p. 27)

Os gestores municipais ao serem questionados sobre o envolvimento e perspectivas da atividade turística local e regional, apontam dificuldades políticas, pela não priorização de ações ligadas à atividade turística na esfera local, diante de outras políticas consideradas prioritárias quais sejam: saúde, educação, infra-estrutura entre outras e pelas atividades econômicas já existentes ou em ascensão como o caso da industrialização.

A falta de estrutura e de quadro técnico nos órgãos gestores, também são citados como fatores limitadores para o turismo.

As diferenças econômicas, sociais, políticas, como já discutidas anteriormente, revelam a hierarquia entre os municípios e a predominância de interdependência, não positiva no sentido de complementaridade e solidariedade, como requer os roteiros turísticos, mas sim, prevalecendo o interesse dos municípios maiores, como o caso de Três Lagoas.

A Região Turística da Costa Leste de MS, ou a Região do Bolsão ou qualquer outro arranjo territorial, compreende necessariamente os municípios a eles agregados, assim considera-se que o turismo antes de ocorrer na região, deve materializar-se nos municípios. Nessa premissa consideramos que o turismo apresenta-se ainda de forma pouco significativa, mas existe, muitas vezes, impulsionado por outros motivos como o caso dos negócios ou eventos, o que compreende aqui ressaltar

é justamente as distorções entre o que é a atividade turística e o realmente ocorre nos municípios.

Como por exemplo, a industrialização, no caso do município de Três Lagoas, que atinge também municípios vizinhos, não com a mesma velocidade e com materialidades diferentes.

O desenvolvimento econômico ocasionado pela industrialização, atinge também as infra-estruturas, equipamentos e serviços, que também atendem ao turismo, como hotéis, restaurantes, bares.

Benevides (2001, p. 165), corrobora com esta afirmação quando elucida que:

[...] o comércio e os serviços tem sua estruturação e dinamismo induzidos pelo que se passa na indústria, ou seja, seu comportamento e características estão fortemente influenciados pela dinâmica industrial. (BENEVIDES, 2001, p. 165)

E comumente confunde esse desenvolvimento como sendo resultado da atividade turística e ainda os meios de comunicação e os gestores locais reforçam essa afirmação, utilizando no caso de Três Lagoas, o crescimento do setor hoteleiro e de restaurantes, não atentando, para o fato de que ao passo que novos hotéis vão surgindo, muitos foram transformados em alojamentos, e outros apresentam um significativo percentual de suas unidades habitacionais sendo utilizadas como moradia, descaracterizando sua função.

O que nos chama a atenção para as dinâmicas das relações existentes sobre o território, e para a vulnerabilidade que se apresenta enquanto desenvolvimento turístico, uma vez que se faz sobre uma demanda, instável e com tempo determinado, não especificamente uma demanda turística, sem correlacioná-la aos produtos turísticos e aos atrativos existentes, no caso dos trabalhadores que se encontram nos municípios e correspondem a demanda acima citada.

CRUZ (2007) faz uma crítica a forma de entender e tratar o turismo em especial às estatísticas de fluxos, que consideram, embarque e desembarque.

Outro fator presente e contraditório na região compreende o que se considera deslocamento turístico, e nesse ponto CRUZ (1997, p. 4), nos coloca que “[...]”

os deslocamentos espaciais de indivíduos são considerados por organismos oficiais como “deslocamentos turísticos”, desde que não impliquem em uma permanência no destino superior a um ano, nem em remuneração no local da estada temporária”.

Nesse entendimento, reforçamos o fato de que o desenvolvimento presente dos equipamentos e serviços hoje existentes, não correspondem ao turismo, e sim, a dinâmica espacial local decorrente do processo de industrialização.

Para tanto, reforçamos o erro de entendimento quando do processo de industrialização do município de Três Lagoas, momento este atual vivenciado e propagado pela mídia, em que se considera demanda turística os trabalhadores oriundos de outras localidades que chegam ao município e aqui se instalam por período determinado, gerando um equívoco de interpretação sobre o que consideramos turista.

A falta de pesquisa e estudos diretamente ligados à atividade turística e sua existência tanto nos municípios como na região, já salientados anteriormente, comprometem as proposições, gerando equívocos que podem comprometer a efetividade das ações e também gerar riscos à comunidade.

Reforçamos a tese de que a realidade foi fragmentada não abrangendo sua totalidade o que reporta os erros e distorções que refletem em ações pontuais sem efetividade no espaço, como se essa territorialidade formada pelos gestores municipais de turismo, começasse a se enfraquecer devido à visão restrita do que a atividade em si representa não somente a essa territorialidade, mas no âmbito do território e em relação às demais territorialidades existentes.

Observa-se atualmente os atores, Estado e Instituições, bem como os gestores municipais, um distanciamento à proposta da região Turística da Costa Leste de MS, o que demonstra a sua fragilidade e ainda se expressa na participação efetiva dos municípios, Três Lagoas, Aparecida do Taboado, Bataguassu, ainda que no site da região se apresentam apenas 02 municípios Três Lagoas e Aparecida do Taboado como roteiro de turismo.

Lefebvre (1999, p.30) afirma que:

Não se separa uma sociedade em peças sem perder alguma coisa: o “todo”, o que resta dele ou o que permite a essa sociedade funcionar como um todo sem cair aos pedaços. Segundo suas próprias categorias, essa sociedade não é mais uma sociedade. Isso permite talvez descobrir um mal-estar, mas só deixa conhecê-lo ao se referir a um outro expediente, a uma outra análise. O problema, tanto para a sociedade quanto para elementos sociais tão importantes quanto a Cidade, é evitar as metáforas organicistas sem perder de vista o conjunto e, ainda, sem esquecer as distorções, lacunas, rachaduras e buracos. (LEFEBVRE, 1999, p.30)

De acordo com Oliveira *apud* Bezzi (2004):

Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (OLIVEIRA *apud* BEZZI, 2004, p. 189).

Na proposta prevista através do PDTUR/MS, observa-se a coerência no processo de regionalização através do turismo e das ações dele emanadas, o que devemos refletir é o entendimento local do Plano e a sua aplicabilidade, que se compromete em especial por ter sido elaborado com base em diagnósticos que em sua maioria, não retratam a realidade local e nem mesmo sucintam as suas contradições.

Para que os municípios possam desenvolver seu potencial turístico, usufruindo de benefícios econômicos, sociais e ambientais, através da ampliação do mercado de trabalho, e o melhoramento da infra-estrutura básica e de lazer, é necessário, um planejamento adequado e coerente com a realidade de cada região. (PDTUR, 1998, p. 05)

Não devemos perder de vista o questionamento, referente à citação acima, interesse e planejamento de quem, o turismo se apropria do que já está materializado, mas se subentende que figura como um agente transformador, revitalizador, com interesse de quem e para quem? Eis a pergunta, pois quais foram e são as expectativas locais em relação à atividade turística? Em uma análise detalhada esse foi um fator não explorado pelos planejadores no momento da concepção, pois ainda refletem que:

A necessidade de qualidade nos serviços e produtos oferecidos no turismo, é indiscutível, mas somente será alcançada, se houver preparação das comunidades locais, entidades públicas, privadas e empresários. Como resultado maior dessa parceria, ocorrerá o fortalecimento das diferentes entidades que atuam no setor turístico. (PDTUR, 1998, p. 05)

Raffestin *apud* Bezzi (2004, p. 221) enfoca, no entanto que:

É certo que o estado persegue uma lógica da unidade e da uniformidade, mas por isso mesmo substitui a diversidade pela generalidade, o que significa que a regra torna puro instrumento de ordem em vez de ser um instrumento de regulação. De fato, há uma antinomia entre a vontade e a ação do estado, de um lado, e a aspiração a uma vida regional, de outro. (RAFFESTIN *apud* BEZZI, 2004, p.221)

Assim sendo, resta-nos a análise de que tudo o que foi desenvolvido em termos de efetivação da Costa Leste de MS, de nada significará se o foco direcional não for alterado e passarmos a ver o território e as territorialidades, através dos elementos constitutivos, e sem esquecer de que eles se entrelaçam, fundem-se e se confundem na realidade local e regional, não perdendo de vista também a concepção do capital como grande responsável pelo processo, as implicações e contradições dele emanadas, e as reflexões sobre os limites existentes nas dinâmicas locais, ressaltando assim o território planejado, o território existente e o território possível dentro do processo de regionalização tendo como motivador o turismo, tendo como referência Bozzano (2000).

Considerando a dinâmica espacial, decorrente de relações sociais locais, em que a atividade turística não constitui o principal elemento, pelo contrário, em se tratando de atividade econômica, ainda prevalecem outras atividades, sendo elas a agricultura e a indústria, e o setor de serviços decorre não da atividade turística, mas sim, da agricultura, comércio e indústria.

A perspectiva em relação à Região Costa Leste de MS, diante das considerações anterior figura na sua estagnação, em que mesmo contrariando a lógica das políticas públicas de turismo vigente sobre o fomento e implementação das regiões, o que se observa, foi um processo de regionalização sem materialidade, ou seja,

pertencente ao ideário de desenvolvimento, acima das dinâmicas e relações existentes nos municípios, que compreendem o *lócus* das ações, pois região como se apresenta até o momento compreende apenas a delimitação geográfica, que não efetiva a criação de “territórios turísticos” perpassa pela mudança na escala, compreendendo, portanto as proposições contidas no capítulo seguinte, em que enfocamos o desenvolvimento do turismo com base no local.

CAPÍTULO IV

4 DIRETRIZES PARA EFETIVAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA COM BASE LOCAL

4.1 ENTENDENDO TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O turismo é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais [...] inscrevendo-se materialmente cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados. (RODRIGUES, 2001, p. 17)

O turismo compreende uma atividade econômica, cuja essência se carrega de ideologismo, se apresentando de forma antagônica e contraditória sobre os locais, aqui entendidos como municípios.

Ao longo da história, observa-se que estas contradições decorrem da visão imediatista que compreende sua implantação, todo custo e sobre territórios despreparados, o que nos direciona enquanto geógrafos a necessidade de uma análise da atividade, considerando-a como detentora de possibilidades, transformação e desenvolvimento, ressaltando todos os aspectos estruturais a ela ligados, principalmente no caso em tela, de sua possível apropriação dos sistemas de objetos e sistemas de ações existentes nos municípios.

Considerando ainda a trajetória das políticas públicas de turismo presentes nas três esferas de governo em especial o objeto de análise deste trabalho, com enfoque generalista, devemos pautar o entendimento da atividade turística como fator de desenvolvimento local, em especial por entender o turismo conforme enfoca Rodrigues(2001):

[...] é um fenômeno complexo, designada por distintas expressões uma instituição social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços -, uma “indústria”, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços. (RODRIGUES, 2001, p. 17)

Mas e antes de tudo ele não se materializa na região, no Estado, ele se expressa em sua concepção sobre o local, sobre o município e se apropria das suas redes de relações internas e externas, potencializando, criando, recriando. Nesse sentido a proposta do local como vetor de desenvolvimento da atividade turística se justifica e antecede a necessidade de criar uma região turística a qual ainda não se tem em escala real a sua efetividade. Gerando controvérsias e confusões em especial o que se entende por turismo, potencial e produto, além de que as relações materializadas nos municípios decorrem da dinâmica social ali existentes e não necessariamente ou especificamente pelo turismo.

Diante dos levantamentos e análise do processo de regionalização turística da Costa Leste de MS, inúmeros foram os questionamentos sobre a forma com que o local, aqui entendido como município era tratado e como se apresentava enquanto principal *locus* das ações propostas pelo poder público e pela iniciativa privada, e por vezes, a resposta era sua completa alienação.

Como observamos, o processo decorreu de uma estratégia hierarquizada de vontades imediatistas e que não condizem com as realidades locais, de “cima para baixo” sem considerar verdadeiramente a realidade, pois a utilização de diagnósticos quantitativos pautados na infra-estrutura e equipamentos não corresponde à realidade local e nem de longe serve como parâmetro para entendermos os anseios da população local.

Para tanto, reportamo-nos à base conceitual e metodológica do desenvolvimento local, criticado por muitos autores dos quais não enfocamos neste trabalho, ressaltamos o posicionamento de Rodrigues e Santos em relação a sua aplicabilidade.

Faz-se necessário, reforçar que o entendimento de desenvolvimento aqui proposto não decorre do desenvolvimento econômico pura e simplesmente, formando

pelo crescimento econômico e pela modernização tecnológica, conceito este que conforme elucidado anteriormente, marcou e marca nossas políticas públicas e está presente no ideário das firmas e instituições.

Para Rodrigues (1997) torna-se imprescindível, o entendimento de desenvolvimento a partir do processo de superação de problemas como um todo, em todos os setores e relações existentes.

Desse modo Souza (1997) propõe que:

[...] para quem de fato quiser levar a sério a convicção de que o termo desenvolvimento no essencial, é devidamente despido de sua carga ideológica conservadora (etnocêntrica e capitalistófila), deve designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna para seus membros, mais justa e legítima. (SOUZA, 1997, p.18)

Ainda segundo o autor, existe uma confusão entre o que se entende por desenvolvimento, pois aqueles que se beneficiam da ideologia do desenvolvimento dominante, encobrem a realidade capitalista em que “se eles ganham, muitos perdem”, mascarando a essência do que se deve considerar como desenvolvimento.

Muitos autores consideram que o desenvolvimento com base local, compreende a criação de resistências à economia hegemônica com a manifestação ou materialização e fortalecimento dos interesses do local, frente às influências exógenas e também à globalização em seus aspectos alienantes.

Rodrigues citando Santos enfoca que a proposição do desenvolvimento local significa:

Propor o desenvolvimento com base local significa contrariar a racionalidade econômica hegemônica vigente e fortalecer o que Milton Santos designa por “contrafinalidades”, que são localmente geradas, ou seja, pensar no “teatro do cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”. (RODRIGUES, 1997, p. 93)

Consideramos, portanto, o desenvolvimento do turismo proposto pelas políticas públicas, nacionais, estaduais e municipais, verificados em especial no caso da Região Turística da Costa Leste de MS, pautados no desenvolvimento regional,

deve ser repensado em uma escala geográfica menor, ou seja, a partir do local. Fazendo o caminho inverso não o regional para o local, mas, do local para o regional, vejamos:

- tradicionalmente os municípios da região turística da Costa Leste de MS não desenvolvem a atividade turística, se a desenvolvem as carências de estudos e análises como focado anteriormente não conseguem quantificá-las e correlacioná-las ao que se considera desenvolvimento, e reside o primeiro questionamento, qual município desenvolve efetivamente o turismo, e o apreende como impulsionador de desenvolvimento?;

- pelo que se observa, o processo de regionalização não agregou e continua não agregando uniformidade de interesses, o que demonstra a instabilidade dos municípios, refletidos na sua participação, o que nos leva ao questionamento o que de fato os municípios entendem por turismo?

- a realidade das relações e interesses locais sempre estiveram distantes do processo de regionalização, o que fere o princípio da participação democrática e gera conflitos desnecessários e resistências negativas ao processo em âmbito local.

Desse modo, é dado o aporte teórico-metodológico, reforçamos que não é intuito desse trabalho desenvolver planos e programas, mas sim, focar as diretrizes necessárias para a formulação de uma política pública voltada para a atividade turística entendendo que a materialidade das relações se expressam no local, a partir daí consideramos o desenvolvimento local agregando a atividade turística.

4.2. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL

Propor diretrizes para o desenvolvimento do Turismo local, dentro do contexto político das ações vigentes, torna-se um desafio, e para muitos compreende ideologia e romantismo, a nosso ver significa potencializar o local e a partir de suas reais expectativas e possibilidades, desenvolver o turismo.

Um processo local que correlacione a atividade turística como vetor de desenvolvimento local, por sua dinâmica e capacidade de envolver diversos segmentos,

descentralizar renda e produção, distribuindo melhor seus benefícios e responsabilidades.

O processo de regionalização da Costa Leste de MS, não atingiu as expectativas por não considerar prioritariamente o local e o conjunto de suas relações.

Para Santos (1996, p.107), a escala local é fundamental em qualquer análise de produção do espaço, pois:

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação sócio-espacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades. (SANTOS, 1996, p. 107)

Apesar da indução do processo de regionalização, elucidamos que as potencialidades existentes nos municípios pautam-se em especial no domínio privado (fazendas) e localizam-se em áreas rurais, com predominância hoje do cultivo de eucalipto em escala industrial.

Desse modo, tratar do turismo em âmbito local, torna-se um desafio, uma vez que diferentemente do que se observa na literatura, o turismo não figura como efetivo na economia local.

Para elucidar, apresentamos inicialmente alguns desafios que merecem consideração frente à proposta do desenvolvimento do turismo no local:

- Desafios políticos, ideológicos e conceituais:

Considerando o que existe em relação às políticas públicas e ao papel do Estado, acreditando que mesmo diante do seu enfraquecimento e da influência do capital, figura como o principal agente ordenador e organizador do território, portanto figura o desafio de contrapor o que se estabelece de diretriz nacional e estadual de desenvolvimento regional para o fortalecimento do local, em uma postura de articulação e valorização das especificidades locais, atendendo aos reais anseios da população e às relações dela decorrentes.

Atentar para o papel do turismo e sua importância na pauta de discussões e em especial no compreende a investimentos e recursos.

Em relação ao Estado ainda compreende elucidar seu papel como agente articulador das políticas públicas existentes vinculando não somente ações conjuntas, mas esforço simultâneo com o propósito de desenvolvimento local, o levantamento da real situação em que se encontra o território.

Em relação à base conceitual, corresponde a difícil tarefa de conceituar turismo, turista e, conseqüentemente, analisar quali-quantitativamente sua existência e suas perspectivas, pois as existentes são superficiais e generalistas como o que compreende o PDTUR/MS.

Ainda sobre a base conceitual existe um desafio, as instituições de ensino em todos os níveis de levar a discussão sobre o turismo para as salas de aula, fazendo-se uma reflexão conceitual e de entendimento de sua manifestação no cotidiano, além de proporcionar sensibilizações, mobilizações voltadas a comunidade local.

- Desafios legais e socioeconômicos:

Outro desafio é entender que as relações sociais e econômicas já estão estabelecidas no local e decorrem da configuração econômica ao longo do processo histórico de formação e desenvolvimento dos municípios, portanto, deve ser considerada a luz de suas implicações sobre e não somente da atividade turística, mas das demais atividades econômicas.

Entender que dinâmicas espaciais existentes compreendem as atividades econômicas vigentes e que no momento figuram como os principais impulsionadores do desenvolvimento econômico e, portanto correspondem aos anseios de emprego, renda, melhoria de qualidade de vida, mais próximos e palpáveis do que a atividade turística.

Em relação aos aspectos legais compreendem a legislação de uso de solo e ambiental existentes nos locais e que perpassam por entenderem e levantarem os problemas ambientais existentes, para que não ocorram proposições equivocadas quanto a sua utilização, como o que ocorre em relação aos loteamentos das margens dos rios.

- Desafio histórico, cultural e ético:

Entender a realidade vivenciada a partir dos pressupostos históricos e de sua materialidade, uma vez que se observa nos cenários locais, alienação em relação aos aspectos históricos o que compreende o patrimônio cultural, pouco considerado nas políticas públicas, inclusive na proposição exógena de desenvolvimento de artesanato, manifestações culturais, que em sua maioria compreendem artificialidades.

O desafio é gerar resistência ao processo de globalização a partir do fortalecimento da cultura e identidade local, ressaltando as especificidades da população na sua complexa rede de relações culturais, sociais e éticas, não no sentido de contrapor o processo de globalização, mas de fortalecimento local.

- Desafios de participação individual e coletiva:

O que compreende um grande desafio frente ao desenvolvimento do turismo com base local, figura no engajamento da população no processo de levantamento, proposição e execução da mesma, diante dos processos históricos, a população sempre esteve a margem, o que requer, portanto esforço em especial do poder público, mas também da abertura de todos os atores envolvidos, pois esta abertura compreende a receptividade das instituições e firmas em relação aos anseios da população local, que compreendem o alicerce para a efetivação da atividade turística, e a população local do receptivo.

Diante dos complexos desafios propomos entender os espaços locais conforme os pressupostos teóricos-metodológicos propostos por Santos *apud* Rodrigues (1999), em especial através de suas categorias de análise, ou seja, abordando o espaço/território como um conjunto de sistemas de objetos e de ações, através das categorias de análise que compreendem.

As formas, segundo Santos *apud* Rodrigues (1999), referem-se a concretude do espaço, aquilo que se encontra materializado, e que se expressa os sistemas de

objetos, para a atividade turística a forma tem papel fundamental, por compreender o aspecto visual.

A função corresponde à funcionalidade espacial, que reflete os sistemas de ações, ou melhor, dizendo, as relações sociais, econômicas, culturais, ideológicas, presentes no território, para tanto em sua execução prevalece uma análise sincrônica, onde a partir daí se compreende a funcionalidade de cada local e suas especificidades.

Esta funcionalidade sempre esteve ligada à economia, restrita aos desenvolvimentos econômicos, o estudo dos processos espaciais visam a compreensão de sua evolução, capitando as interferências e o seu dinamismo, na tentativa de explicar o que hoje se apresenta materializado, gerando a funcionalidade, e também com possibilidade de realizar um prognóstico do que deverá ainda ocorrer em relação ao futuro.

Pensar no desenvolvimento com base no local nos leva a necessidade de focar a questão da sustentabilidade, não como justiça social, ou como de minimizar impactos ambientais, ou em conciliar desenvolvimento e recursos naturais, mas como um compromisso “ético-político”, que conforme Berszty *in* Cruz, (2007, p. 17), “[...] traz consigo a necessidade de repensar os paradigmas que sustentam nossa sociedade capitalista globalizada [...]”.

A abordagem proposta se apresenta complexa, mas contrapõe o que se apresenta nos dias atuais em relação à busca por entender e propor diretrizes para o desenvolvimento dos territórios, uma vez que em sua maioria superficiais, não conseguem abordar com efetividade as relações e sua materialização no território, implicando em ações aleatórias e altamente impactantes social e ambientalmente falando.

A partir dos pressupostos acima descritos, cabe-nos a proposição das seguintes diretrizes:

Diretriz 1: articular a rede de parceiros, colaboradores e aportar recursos ao processo, envolvendo também as demais políticas públicas;

Diretriz 2: analisar a atividade turística existente de forma quali-quantitativa, definindo os atores envolvidos no processo e sua materialidade;

Diretriz 3: identificar as potencialidades marginais, ou seja artesanais, culturais, folclóricas e eventos, potencializando inicialmente para atender a demanda da população residente;

Diretriz 4: identificar a partir do local as potencialidades e manifestações sociais, econômicas, culturais e ambientais;

Diretriz 5: sensibilizar a população local e a iniciativa privada, principalmente onde estão localizadas as potencialidades, sobre a atividade turística, lazer e recreação;

Diretriz 6: ampliar a participação da população em todas as ações ligadas a atividade turística, levantamento, planejamento e execução.

Diretriz 7: promover as iniciativas culturais locais, transformando-as em oportunidades de promoção e benefícios a população local;

Diretriz 8: propor o desenvolvimento do turismo a partir das especificidades locais, considerando os anseios da população, suas potencialidades e possibilidades;

Diretriz 9: considerar os problemas ambientais e estruturais urbanos e rurais existentes e correlacionados ao turismo, evitando equívocos e alienações.

Todas as diretrizes focam em especial uma ação compartilhada, em que os atores não são homogêneos, mas o interesse converge para o mesmo foco, qual seja do desenvolvimento local.

A lógica do tempo deve superar o imediatismo e a lógica temporal condicionada ao calendário eleitoral, o que reforça a necessidade de efetivar os Conselhos Municipais, sendo estes responsáveis diretos pela continuidade das

propostas e também do interesse primeiro que é o desenvolvimento da atividade no local, entendendo a atividade turística como um meio e não um fim ao desenvolvimento.

Reforça-se o pressuposto de a Região Turística da Costa Leste de MS, alcançará sua efetividade quando a atividade turística apresentar-se de forma efetiva na dinâmica do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] as regiões e os lugares não querem mais ser identificados somente pela existência de características particulares e recursos passivos como, por exemplo: meio ambiente, recursos naturais, produção agrícola, e industrial, sistemas de cidades e patrimônio histórico, como tradicionalmente acontecia com a teoria das vantagens comparativas, de localização e diferenciação regional. Cada vez mais os lugares e as regiões querem ser conhecidos pelos recursos ativos, dinamicamente construídos pela organização sócio-territorial, pelas políticas e formas próprias da gestão de desenvolvimento local e regional, atuando em contextos abrangentes e competitivos. (SILVA, *apud* CORIOLANO, 2005, p. 130)

Analisar a dinâmica do processo de formação da Região Turística da Costa Leste de MS, a partir dos conceitos teóricos-metodológicos da ciência geográfica, permitiu entender o porquê da mesma não ter efetividade e não conseguir atingir os pressupostos que lhe deram origem.

O primeiro ponto a destacar é delimitar territorialmente a região, tendo em vista os diversos arranjos espaciais existentes e envolvendo os municípios, estes que por sua vez se apresentam aos arranjos com interesses diferentes, como citamos o caso da UNIPAR, do IBGE e do PDTUR/MS.

A dificuldade apenas se agrava quando entendemos a dinâmica econômica engendrada nos municípios, tendo tradicionalmente sua atividade econômica pautada na pecuária e no comércio, seguidos pelo setor de serviços e atualmente agricultura e indústria, como propulsoras do desenvolvimento econômico. Demonstrados no quadro de arrecadação de ICMS, nítido se percebe que os arranjos decorrem dessas atividades.

Tentar situar o turismo nos meandros das atividades econômicas existentes e pontuá-lo como parte do desenvolvimento local torna-se inviável, pois não há registros, estudos e análises específicas, apenas correlacionadas aos deslocamentos de pessoas, os quais nos remetem a dados meramente estatísticos e que não

compreendem a realidade necessária para definirmos a existência ou não do turismo na região.

Assim sendo e diante dos levantamentos realizados no decorrer deste trabalho, observou-se que, durante a elaboração do PDTUR/MS que configura em uma política pública estadual de desenvolvimento da atividade turística, a sua sustentação ficou sobre as potencialidades locais, a qual se ressalta neste trabalho, e as perspectivas de desenvolvimento da atividade, agregando a existência do turismo pelo fato de alguns municípios apresentarem infra-estrutura e alguns atrativos em funcionamento, aliados a algumas expressões culturais e folclóricas existentes e com manifestações locais através de eventos.

A região possui um dinamismo peculiar no desenvolvimento da infra-estrutura urbana, principalmente por sua localização e divisas territoriais com importantes pólos de desenvolvimento, mas se destaca o município de Três Lagoas em todas as análises, infra-estrutura, equipamentos, serviços, economia, o que nos leva a interdependência dos demais municípios, em que figura em todas as políticas públicas, como capital do Bólsão.

Neste ponto, salientamos que não há entre os municípios uma rede de solidariedade, e sim, uma interdependência dos municípios em relação a esta cidade pólo, o que prevalece são os interesses locais e não necessariamente a visão da região, por exemplo, o desenvolvimento industrial de Três Lagoas e as dinâmicas não reflete diretamente aos demais municípios, apenas como um fator que agrega a região, índices de arrecadação, o que não expressa o desenvolvimento econômico uniforme, pois cada local se apresenta de maneira peculiar.

A estagnação da atividade pecuária e das economias municipais, apresentando índices desfavoráveis de desenvolvimento social, aliados a perspectiva de desenvolvimento e a necessidade do poder público e de algumas instituições proporem diretrizes ao desenvolvimento da região Turística da Costa Leste de MS, foram primordiais para alavancar no ideário dos gestores locais de turismo, que a formação de uma região turística impulsionaria a atividade, dando maior visibilidade e, conseqüentemente, colocando-a na pauta das administrações municipais.

A forma como o processo de regionalização foi apresentado, seguindo as diretrizes políticas nacional e estadual e sua aplicabilidade e os interesses exógenos, sem considerar as relações sociais existentes nos municípios e principalmente a baixa participação dos atores locais, e ressalta-se a população local, foram e são preponderantes para indicar a estagnação do processo de regionalização.

A falta de materialidade do turismo nos municípios também deve ser mencionada como um fator de desmotivação ao processo de regionalização. Uma vez que, o ideário dos gestores municipais de turismo, não foram suficientes para fomentar o turismo nos municípios, cujo interesse dos prefeitos, sempre estiveram voltados para as atividades econômicas tradicionais, sem incentivo a atividade do turismo.

A ausência de efetivação do turismo enquanto política pública é observada em todos os municípios da região, em que a existência dos conselhos e fundos municipais, não passa do papel, os planos locais de desenvolvimento turísticos não passam de algumas ações pontuais e pouco expressivas, colaborando para que as propostas de desenvolvimento da região, se apresente de forma exógena.

A preocupação na formação da região turística da Costa Leste de MS, sempre foi o regional, esquecendo-se, portanto que a região, só se materializa e se alicerça no local e que sua materialidade só poderá acontecer à medida que a mesma conseguir espaço enquanto política pública, com recursos financeiros para alicerçar as ações, caso contrário, continuará a mercê da vontade dos governantes locais para que possa ser desenvolvida e continuará disputando espaço de forma desigual com as demais políticas públicas e relegadas a segundo plano.

Diante do exposto, leva-nos ao entendimento de que a atividade turística existente, naquele momento e ainda hoje não são os impulsionadores das relações sociais e da produção espacial, sendo esta existente pela dinâmica da população local, impulsionada pelo desenvolvimento das atividades econômicas em cada município.

Também consideramos que o que existe na dinâmica local, enquanto potencialidades e diante das infra-estruturas urbanas, equipamentos e serviços e das relações sociais apresentados nos municípios, até mesmo as contradições e as situações marginais do processo produtivo, podem ser apropriados pela atividade turística, desde que sejam sanados alguns pontos, os quais, já mostrados

anteriormente, visão de desenvolvimento do local para o regional; direcionamento do poder público local na organização e ordenamento da atividade; efetividade da participação popular durante o processo; intersectorialidade entre as políticas públicas, - consonância de interesses entre os atores envolvidos, priorização de potencialização de ações nas áreas em conflito, principalmente econômicos e sociais.

Cabe ainda ressaltarmos que nesse processo de valorização do local e a sua apropriação pela atividade turística deve estar destituída do mito de que a mesma não traz consigo conflitos, pois está inserida na base de produção capitalista, a qual nossa velha conhecida, sustenta-se na divergência, na contradição e na hierarquia. O local deve representar uma força de resistência não no sentido de impedir o processo de globalização crescente da atualidade, mas como uma forma de fortalecimento da identidade local e de valorização das especificidades.

Citamos Max-Neef *apud* Rodrigues (1997, p. 59), para fortalecer a afirmativa anterior:

Integrar la realización armónica de necesidades humanas em el proceso de desarrollo significa la oportunidad de que las personas puedan vivir esse desarrollo desde sus comienzos, dando origen así a um desarrollo sano, autodependiente y participativo, capaz de crear los fundamentos para un orden em el qual se pueda conciliar el crecimiento económico, la solidaridad social u el crecimiento de las personas y de toda la persona.

Através do envolvimento dos atores locais e dentro da realidade cotidiana, sem criar ilusões ou apologias, a atividade turística poderá se desenvolver localmente e impulsionar o desenvolvimento regional através de redes de solidariedade e de interesses correlatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de. Imperialismo e fragmentação do espaço. **3.ed. São Paulo: Contexto, 1991.**

ANDRADE, J. V. Turismo: Fundamentos e dimensões. **Gráfica Yangraf: São Paulo, 1999.**

BAHL, M. (Org.) Turismo: **enfoques teóricos e práticos.** São Paulo: Roca, 2003.

BANDUCCI, A. Introdução: **porque o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente.** *In: O preço da Riqueza, São Paulo: Unesp, 1995.*

_____. Planejamento e organização em turismo. **8. ed. Campinas-SP: Papirus, 2003.**

_____. Turismo e identidade local: **uma visão antropológica.** São Paulo: Papirus, 2002.

_____. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. **Campinas/SP: Papirus, 2003.**

BENNI, M. C Políticas e estratégia de desenvolvimento regional: Planejamento integrado do turismo. *In. RODRIGUES, A. B. (org). Turismo e desenvolvimento local.* São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Globalização do Turismo:** megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003

_____. **Análise Estrutural do Turismo.** São Paulo: editora Senac SP, 1998.

_____. **Análise Estrutural do Turismo.** São Paulo: editora Senac SP, 2003.

BEZERRA, M. F. **Planejamento e gestão em turismo.** São Paulo: Roca, 2003.

BEZZI, M. L. **Região:** uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2004.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In: CORREA, R. L., ROSENDAHL, Z. (org). Geografia Cultural: um século (3).* Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BORDO, A. A. *et al.* **As diferentes abordagens do conceito de território.** Trabalho de Conclusão de Disciplina do mestrado. Pós Graduação FCT/UNESP, 2004.

BOZZANO, H. **Territórios reais, territórios pensados, territórios posibles:** aportes para uma Teoria Territorial del Ambiente. Buenos Aires: ed. Espacio, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. Departamento de Relações Institucionais. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil** Brasília, 2004. [acessado em 30/09/2006]. Disponível em <http://www.turismo.gov.br>

_____. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, metas e Programas (2003-2007) – PNT.** Ministério do Turismo: Brasília, 2003.

CASTRO, I. E. de, GOMES, P.C. da, CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização espacial.** 3.ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A rede urbana.** São Paulo: Atica, 1989

_____. **O espaço urbano.** 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORIOLANO, L. N. M. T. & SILVA S.C.B. de M. **Turismo e Geografia: abordagens críticas.** Fortaleza: ed. UECE, 2005

COSTA, W. M. da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil.** 4.ed. São Paulo: Contexto, 1995.

_____, **Geografia Política e Geopolítica.** São Paulo: Hucitec, 1992.

CRUZ, R. de C.. **Política de Turismo e Território.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Introdução à Geografia do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. **Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares.** São Paulo: Roca, 2007.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) [acessado em 30 de set. 2004]. Disponível em <http://www.embratur.gov.br>

FUNDTUR/MS, Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, **Plano de Ação Para o Turismo de Mato Grosso do Sul, 2003-2006.** Campo Grande: FUNDTUR, 2003.

GASTAL, S. (Org.) *et al.* **Turismo investigação crítica.** São Paulo: Contexto, 2003.

GOELDNER, C. R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias.** 8. ed. Porto Alegre: 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: bertrand Brasil, 2006.

_____. Territórios, territórios. *In: Conceções de território para entender a territorialização*. Programa de Pós Graduação em geografia-UFF/AGB: Niterói, 2002.

YAZIGI, E. Y. (org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística – um novo nexu entre o lugar e o mundo. *In: SERRANO, C., BRUHNS, H. T. & LUCHIARI, M. T. D. P. (org). Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

LEITE JUNIOR, P. P. **O valor social do turismo**. São Paulo: Contexto, 2007.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. (trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur)

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991. (trad. Alcides João de Barros).

_____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. (trad. Sergio Martins)

MARCATOS, M. de A. & LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. **Atlas Multirreferencial**. Campo Grande: s.ed., 1990.

_____. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável: Bolsão**. Campo Grande/MS, s.ed.

MORETTI, E. C. **Paraíso Visível e real oculto: atividade turística no pantanal**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2006.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. **A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de julho**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2005.

PERCE, D. G. , **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aaleph, 2003 (trad. Saulo Krieger)

PDTUR – **Plano de Desenvolvimento turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, projeto de Implantação**, Campo Grande, SEBRAE-MS, Superintendência de Turismo do Mato Grosso do Sul, 1998.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993 (tradução de Maria Cecília França).

REJOWSKI, M. & BENNY, K. Turismo contemporâneo: **desenvolvimento, estratégia e gestão.** São Paulo: Atlas, 2003.

RODRIGUES, A. B (Org) Turismo e desenvolvimento local. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Turismo e Geografia: **reflexões teóricas e enfoques regionais.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Turismo e Espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. V. M. Turismo e planejamento sustentável: **A proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. **Turismo no Brasil:** análise e tendências. Barueri/SP: Manole, 2002

SANTOS, M. **Território e Sociedade.** 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *et al* (Org) . **Território:** globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1996.

_____. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: editora Hucitec-Educ, 1994.

_____. **Técnica espaço tempo** – globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O dinheiro e o território. *In* **Território e Territórios.** Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF/AGB – Niterói, 2002.

SIQUEIRA, T. W. , SIFFERT FILHO, N. F. **Desenvolvimento Regional do Brasil:** tendências e novas perspectivas. Revista do BNDS. V. 8, n16, p: 79-118. Rio de Janeiro: dez. 2001

SILVA, J. C. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. *IN.* RIBEIRO, M. A. (Org.) **Território e Prostituição na Metrópole Carioca.** Rio de Janeiro: Ed. Fluminense, 2004.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. (trad. Eduardo de Almeida Navarro)

SOUZA, A. M. & CORRÊA, M. V. M.. **Turismo:** conceitos, definições e siglas. Manaus: Editora Valer, 2000.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. *In*: RODRIGUES, A. B (Org) **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001

Revistas:

BENKO, G. **A Recomposição dos espaços**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, N. 2, p. 7-12, Mar 2001.

BARQUERO, A. V. **Surgimiento y transformación de *clusters* y *milieus* em los procesos de desarrollo**. Revista Eure. Vol. XXXII, nº95, p. 75-92, Santiago de Chile, May 2006.

CARAVACA, I. Et Al. **Innovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial**. Revista Eure. Vol. XXXI, nº94, p. 5-24, Santiago de Chile, Diciembre 2005.

MAILLAT, D. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol 3, N. 4, p. 9-16, Mar 2002.

VEIGA, J. E. **A face territorial do desenvolvimento**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.

MASTER PLAN – **As Regiões e os Eixos de Desenvolvimento**. AGDTP, 1996.

Sites Pesquisados:

www.ms.gov.br

www.embratur.gov.br

<http://www.ministeriodoturismo.gov.br>

<http://www.seprotur.ms.gov.br>

<http://www.semec.ms.gov.br>

www.costalestems.com.br

ANEXO 1

RELATÓRIO DO INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA COSTA LESTE DE MS

Objetivo: Verificar as condições e propor melhorias aos equipamentos turísticos da Costa Leste de MS.

Introdução: O projeto foi realizado pela UNIPAR MS – Associação dos Municípios do Alto Paraná através de sua Câmara Técnica de Turismo com a parceria do SEBRAE MS, AEMS – Associação de Ensino de Mato Grosso do Sul e das Prefeituras Municipais da região.

O levantamento das informações foi realizado através de uma pesquisa de campo com as seguintes características:

Quadro de Responsabilidades

Responsabilidade	UNIPAR (Cota Leste/MS)	SEBRAE MS	AEMS	Prefeituras Municipais
Elaboração do diagnóstico	X	X		
Pesquisa de Campo (RH)			X	
Transporte (Van)		X		
Alimentação e Hospedagem				X
Elaboração do Relatório	X			

Quadro de Investimentos

Etapa	Quant	Unitário	Total	Financiador
Locação Van	1	1.100,00	1.100,00	SEBRAE
Hospedagem Brasilândia	5	25,00	125,00	PM Brasilândia
Alimentação Brasilândia	10	8,00	80,00	PM Brasilândia
Hospedagem Bataguassu	10	25,00	250,00	PM Bataguassu
Alimentação Bataguassu	20	8,00	160,00	PM Bataguassu
Hospedagem Santa Rita do Pardo	5	25,00	125,00	PM Santa Rita do Pardo
Alimentação Santa Rita do Pardo	10	8,00	80,00	PM Santa Rita do Pardo
Hospedagem Anaurilândia	5	25,00	125,00	PM Anaurilândia
Alimentação Anaurilândia	10	8,00	80,00	PM Anaurilândia
Hospedagem Batayporã	10	25,00	250,00	PM Batayporã
Alimentação Batayporã	20	8,00	160,00	PM Batayporã
Hospedagem Três Lagoas	0	0,00	0,00	0,00

Alimentação Três Lagoas	0	0,00	0,00	0,00
-------------------------	---	------	------	------

O levantamento foi realizado em hotéis, pousadas, fazendas, casas de artesanatos, restaurantes, bares, postos de combustíveis (onde oferecia o serviço de restaurante e hotel) tudo que relacionava com atendimento direto aos turistas.

Análise Geral

O diagnóstico foi realizado em locais e empreendimentos em pleno funcionamento e que possuem condições de oferecerem produtos e serviços turísticos como alimentação e bebidas, hospedagem, lazer, entretenimento e compras.

Recomendamos a realização de um Seminário de Turismo em cada município com palestras sobre a sensibilização das comunidades e sobre as linhas de financiamento para a atividade, inclusive o FCO, pouco difundido entre os empresários da região.

Recomendamos que todas as prefeituras se esforcem na realização das oficinas de Gestão que irão ocorrer em todos os municípios, no sentido de se obter uma grande adesão sobretudo dos empresários e representantes da sociedade civil organizada para o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo, assim como na criação de Fundos que deverão ser administrados pelos Conselhos. Dessa forma esperamos obter a união de esforços na condução das políticas municipais de turismo que seguirá as tendências da política regional.

Análise por Município:

1 – Anaurilândia

Números:

- 14 Equipamentos sendo:
 - **1 Pousada;**
 - 2 Locais de Compras e visitação Turística;
 - 2 Hotéis;
 - 1 Igreja;
 - 2 Monumentos;
 - 2 Praças;
 - 3 Restaurantes;
- 74 Empregos diretos

- 48 Leitos

Empreendimentos visitados:

Pousada Costa do Sol
Feira do Produtor
Churrascaria Central
Gruta São João Batista
Rancho Portal das Águas
Rancho Portal das Águas
Hotel Samambaia
Restaurante do Rubão
Praça Deocleciano Paes
Assistência Social
Igreja Matriz
Coreto
Praça Dom Bosco

Observações Gerais:

- Os produtos diagnosticados são em sua maioria de alimentação e hospedagem tendo como exceção a Pousada Costa do Sol que está trabalhando a pesca esportiva;
-
- Verificou-se pouca incidência de artesanato da região nos equipamentos;
- A mão de obra utilizada necessita ser capacitada;
- A divulgação dos equipamentos é realizada através de cartão de visitas e rádio;
- A comercialização dos produtos é realizada somente no balcão;
- Foi verificado a ausência de fachadas, uniformes e crachás em alguns equipamentos.

Recomendações:

- O Balneário Municipal em construção quando em funcionamento aumentará a oferta de lazer e entretenimento, porém é necessário incentivar a iniciativa privada a criar novos produtos de lazer e entretenimento.
- A pouca ocupação turística assim como o estágio inicial da atividade no setor deve ser observada como um fator favorável no atual estágio da região. O processo poderá iniciar com o acompanhamento de consultores especializados, favorecendo o direcionamento da atividade conforme planejamento adequado.
- É necessário a comunidade discutir com o poder público – Executivo e Legislativo – como será o processo e legislar sobre a questão antes do processo iniciar;
- Para isso recomendamos o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho, pois aumentaria a cooperação entre a comunidade, empresários e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal.

- ❑ Um curso sobre a utilização dos recursos Naturais seria útil. A capacitação de Monitores para a pesca seria um grande incentivo ao aperfeiçoamento da atividade que já é exercida.
- ❑ Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- ❑ Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;

2 – Bataguassu

Números:

- ❑ 25 Equipamentos sendo:
 - **1 Pousada;**
 - 3 Atrativos;
 - 2 Locais de Compras e visitação Turística;
 - 4 Hotéis;
 - 1 Monumento;
 - 3 Praças;
 - 10 Restaurantes e similares;
- ❑ 169 Empregos diretos
- ❑ 313 Leitos

Empreendimentos visitados:

<i>Pousada Bataguassu</i>
Hotel Via Pantanal
Toca do Peixe
Restaurante Prudentão
Hotel Prudentão
Restaurante Maçarico
Brisa Flora
Restaurante Amigo da Estrada
Posto 22
Restaurante Avenida
Pousada Kym
Lanchonete A Palhoça
Varanda do Chopp
Pousada do Sossego
Posto Nofrinho
Hotel Europa
Hotel Terra Nova

Hotel Real
Restaurante Gruta do Peixe
Pousada Bela Vista
Pesqueiro Favaretto
Pesqueiro Favaretto
Feira do Produtor
Praça da Igreja São João Batista
Praça Ladislau Deck Filho
Praça Monoel Cecílio de Lima
Capela Nossa Senhora dos Navegantes

Observações Gerais:

- ❑ Existem vários empreendimentos explorando os recursos naturais como a Toca do Peixe, Rancho Favaretto, Pousada Kym e Pousada Bela Vista (em construção) caracterizando oferta de atrativos no município;
- ❑ O artesanato é bastante valorizado na Reta A-1, e em empreendimentos como o restaurante O Maçarico que possui boa decoração regional;
- ❑ Grande parte da mão de obra utilizada possui capacitação porém necessita de atualização;
- ❑ A divulgação dos equipamentos é realizada através de cartão de visitas, rádio, jornal, placas e Internet, com destaque para a Pousada Kym que possui Home Page e Folder próprio;
- ❑ A comercialização dos produtos é realizada basicamente no balcão com agenciamento verificado na Pousada Kym;
- ❑ Foi verificado a ausência de uniformes e crachás em alguns equipamentos.
- ❑ Campo Grande de MS; Presidente Prudente, Marília e Andradina de SP e Londrina no Paraná foram as localidades citadas pelos empresários como principais centros emissores;

Recomendações:

- ❑ A presença de equipamentos que oferecem serviços de lazer e o entretenimento como a Pousada Kym, Rancho Favaretto e a Toca do Peixe traz uma perspectiva favorável à formatação de “Produtos Turísticos” em sua essência. Foi verificado a ausência do agrupamento dos atrativos, produtos e serviços sobretudo voltados à pesca esportiva (ao nosso ver um produto já oferecido no município). Falta pouco para o produto ser ofertado de forma organizada por um preço determinado e oferecido em agências.
- ❑ Um curso sobre formatação de produtos voltado para a pesca esportiva seria útil. A capacitação de Monitores para a Pesca seria um grande incentivo ao aperfeiçoamento da atividade que já é exercida.
- ❑ Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, barman, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- ❑ Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;
- ❑ O fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho aumentaria a cooperação entre os

equipamentos e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal.

3- Batayporã

Números:

- 12 Equipamentos sendo:
 - **2 Pousadas;**
 - 1 Local de Compras e visitação Turística;
 - 1 Hotel;
 - 2 Praças;
 - 4 Restaurantes;
 - 3 Atrativos.

- 52 Empregos diretos
- 138 Leitos

Empreendimentos visitados:

<i>Fazenda Lagoa Preta</i>
Fazenda Búffalo Bill
<i>Café Expresso</i>
Restaurante do Fera
Fazenda Primavera
Praça Napolião Bezerra de Albuquerque
Assistência Social
Lanchonete Suzi
Pousada Lina Barbara
Restaurante e Lanchonete Tigrão
Centro de Memória Jindrich Trachta
Praça da Igreja Santo Antônio
Usina e Eclusa Sérgio Mota

Observações Gerais:

- Destaque para a Fazenda Primavera que recebe público infantil em suas dependências onde oferece uma modalidade de turismo educacional e pedagógico no meio rural;

- ❑ O Centro de Memória Jindrick Trachta apesar de não ter sua infra-estrutura completa já oferece condições de visitação, sendo um forte instrumento de valorização do desbravamento da região, além de ser um excelente motivo para o turismo cultural;
- ❑ A Usina Sérgio Mota, assim como sua eclusa se utilizados como atratividade serão dois importantes recursos que justificam a ampliação e melhorias dos equipamentos de hospedagem e alimentação existentes, assim como os demais atrativos
- ❑ As Fazendas Lagoa Preta e Búfalo Bill apesar de apresentarem excelente infra-estrutura só recebem amigos dos proprietários;
- ❑ Verificou-se pouca incidência de artesanato da região nos equipamentos;
- ❑ A mão de obra utilizada necessita ser capacitada;
- ❑ A divulgação dos equipamentos é realizada através de cartão de visitas, rádio, internet e Folder somente nas Fazendas Búfalo Bill e Lagoa Preta;
- ❑ A comercialização dos produtos é realizada somente no balcão;
- ❑ Foi verificado a ausência de uniformes e crachás em alguns equipamentos.
- ❑ Três Lagoas, Campo Grande, Nova Andradina, Vale do Ivinhema de MS; Primavera, Bauru, Ourinhos e Andradina de SP e Umuarama no Paraná foram as localidades citadas pelos empresários como principais centros emissores;

Recomendações:

- ❑ A pouca ocupação turística assim como o estágio inicial da atividade no setor deve ser observada como um fator favorável no atual estágio da região. O processo poderá iniciar com o acompanhamento de consultores especializados, favorecendo o direcionamento da atividade conforme planejamento adequado.
- ❑ É necessário a comunidade discutir com o poder público – Executivo e Legislativo – como será o processo e legislar sobre a questão antes do processo iniciar;
- ❑ Para isso recomendamos o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho, pois aumentaria a cooperação entre a comunidade, empresários e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal.
- ❑ É necessário um diagnóstico aprofundado sobre os motivos que impedem o desenvolvimento das atividades das fazendas Lagoa Preta e Búfalo Bill para providências no sentido de viabilizar os empreendimentos assim como incentivá-las para compor com a Fazenda Primavera um roteiro de turismo rural no município (seria o único em toda a região);
- ❑ A realização de um curso ou seminário sobre turismo rural talvez despertasse novas perspectivas para a utilização da atividade no município;
- ❑ Recomendamos o incentivo na busca de recursos para o fortalecimento do Centro de Memória Jindrick Trachta devido a sua importância para o roteiro cultural da região;
- ❑ A capacitação de Monitores Ambientais seria uma importante ferramenta na recepção de grupos em atrativos;
- ❑ Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- ❑ Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;
- ❑ Os cursos que não encontrarem demanda no município deverão Ter atenção do Executivo Municipal e dos empresários para a realização de parcerias com o município de Bataguassu para a realização de ações conjuntas;

4 - Brasilândia

Números:

- 23 Equipamentos sendo:**
 - 5 Hotéis;
 - 3 Praças;
 - 11 Restaurantes;
 - 1 Atrativo.

- 87 Empregos diretos
- 136 Leitos

Empreendimentos visitados:

<i>Praça da Bíblia</i>
Praça Santa Maria
Praça da Pedra
Serv-Fest
Hotel São José
Campus Lanchonete
Hotel Lago Azul
Hotel Alvorada
Bar do Rio Verde
Taiti Lanches
Restaurante Requite
Panificadora Jardim
Pousada Avenida
Restaurante Ti Karlo
Lanchonete Cobrinha
Pousada Nova Estrela
Panificadora 47
Skinão do Peixe
Toca do Peixe
Reassentamento
Tribo Ofaye
Barilanche Pato Novo
Requite Lanchonete e Restaurante

Observações Gerais:

- ❑ Os empreendimentos diagnosticados são em sua maioria de alimentação e hospedagem tendo como exceção a Toca do Peixe que oferece a o sistema pesque e pague em tanques como forma de lazer e entretenimento;
- ❑ O Rio Verde mantém preservado sua mata ciliar e espécies de peixe nativos, apesar do impacto da Usina Sérgio Mota;
- ❑ Não existe ocupação nas margens dos Rios Paraná e Verde;
- ❑ Possui Áreas de Reserva Natural como a Cisalpina;
- ❑ O Instituto Cisalpina pode ser um excelente parceiro na realização de projetos internos no município;
- ❑ Após o término da construção da ponte que ligará o município ao estado de São Paulo haverá um aumento considerável no fluxo de pessoas transitando pelo município;
- ❑ A Tribo Ofaié pode ser considerada um recurso de grande potencial para o turismo cultural da região por ser a única tribo indígena na porção leste de nosso estado;
- ❑ Verificou-se pouca incidência de artesanato da região nos empreendimentos turísticos;
- ❑ A mão de obra utilizada necessita ser capacitada;
- ❑ A divulgação dos equipamentos é realizada através de cartão de visitas, rádio, carro de som, jornais e alguns equipamento utilizam a internet somente como correio eletrônico não havendo a presença de páginas na internet dos equipamentos, nem folders;
- ❑ A comercialização dos produtos é realizada somente no balcão;
- ❑ Foi verificado a ausência de uniformes e crachás na maioria dos equipamentos.
- ❑ Três Lagoas, Campo Grande, Santa Rita do Pardo e Bataguassu de MS; Presidente Prudente, Dracena, Marília, Aparecida do Norte, Tupi Paulista, Osvaldo Cruz, Campinas, Adamantina e Andradina de SP foram as localidades citadas pelos empresários como principais centros emissores;

Recomendações:

- ❑ A pouca ocupação turística assim como o estágio inicial da atividade no setor deve ser observada como um fator favorável no atual estágio da região. O processo poderá iniciar com o acompanhamento de consultores especializados, favorecendo o direcionamento da atividade conforme planejamento adequado;
- ❑ É necessário a comunidade discutir com o poder público – Executivo e Legislativo – como será o processo e legislar sobre a questão antes do processo iniciar;
- ❑ Para isso recomendamos o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho, pois aumentaria a cooperação entre a comunidade, empresários e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal;
- ❑ O Instituto Cisalpina deverá fazer parte do Conselho Municipal de Turismo devido a sua importância como organização não governamental capaz de captar recursos e desenvolver projetos no Plano Municipal de Turismo;
- ❑ Deve haver incentivo para empresas de lazer e entretenimento como a Toca do Peixe devido à sua importância em oferecer atividades que oferecem sustentação aos equipamentos de hospedagem e alimentação;
- ❑ A capacitação de Monitores Ambientais seria uma importante ferramenta na recepção de grupos em atrativos como a Toca do Peixe e em Áreas como a Reserva Cisalpina;.

- ❑ Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- ❑ Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;
- ❑ Os cursos que não encontrarem demanda no município deverão ter atenção do Executivo Municipal e dos empresários para a realização de parcerias com o município de Três Lagoas para a realização de ações conjuntas;

5 – Santa Rita do Pardo

Números:

- ❑ 6 Equipamentos sendo:
 - **1 Hotel e Restaurante;**
 - 3 Locais de Compras e visitação Turística;
 - 1 Praça.
- ❑ 27 Empregos diretos
- ❑ 46 Leitos

Empreendimentos visitados:

<i>Restaurante Alvorada</i>
Hotel Alvorada
Feira do Pequeno Produtor
Centro Comunitário
A Lojinha Artesanatos e Presentes
Praça da Bíblia
Fazenda União

Observações Gerais:

- ❑ O município possui vários recursos naturais que ainda não são utilizados como as cachoeiras da Fazenda União e as margens do Rio Pardo.
- ❑ Possui artesanato com selo de origem e utiliza iconografia de MS;
- ❑ A mão de obra utilizada não é capacitada;
- ❑ A divulgação dos equipamentos é realizada através de cartão de visitas e rádio;
- ❑ A comercialização dos produtos é realizada somente no balcão;
- ❑ Foi verificado a ausência de uniformes e crachás no hotel no restaurante;
- ❑ Ausência de atividades de lazer e entretenimento programadas;

- Três Lagoas e Campo Grande de MS; Pres. Prudente e Andradina de SP ; Paraná e Minas Gerais foram as localidades citadas pelos empresários como principais centros emissores;

Recomendações:

- A pequena ocupação turística assim como a pouca atividade no setor deve ser observada como um fator favorável no atual estágio da região. O processo poderá iniciar com o acompanhamento de consultores especializados, favorecendo o direcionamento da atividade conforme planejamento adequado.
- É necessário a comunidade discutir com o poder público – Executivo e Legislativo – como será o processo e legislar sobre a questão antes do processo iniciar;
- Para isso recomendamos o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho, pois aumentaria a cooperação entre a comunidade, empresários e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal.
- Os recursos naturais devem ser cuidadosamente preservados enquanto ocorre a sensibilização dos empresários sobre a importância de serem realizados projetos para a exploração racional dos mesmos;
- É importante a capacitação de algumas pessoas da comunidade com perfil para atuarem como Monitores Ambientais;
- Esportes como Rapel e Canyoning poderão compor os primeiros passeios monitorados nas cachoeiras, necessitando um estudo profundo sobre a viabilidade da atividade;
- Recomendamos que os proprietários dos recursos naturais de expressão façam um curso de utilização dos recursos naturais como fontes para o turismo;
- Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, recepcionista de hotéis e pousadas, gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo melhorariam a qualidade dos serviços prestados. Devido a existência de pequena demanda, recomendamos que seja feita parceria com a Prefeitura de Bataguassu e com os empresários locais para viabilizar a participação nos cursos oferecidos neste município;

6 – Três Lagoas

Números:

- 87 Equipamentos sendo:
 - **2 Pousadas;**
 - 6 Atrativos;
 - 4 Locais de Compras e visitação Turística;
 - 19 Hotéis;
 - 4 Monumentos;
 - 3 Praças;
 - 29 Restaurantes e similares;

- 8 Ranchos para locação;
 - 7 Motéis;
 - 2 Marinas;
 - 3 Lanchonetes;
 - 2 Salas de Convenções.
- 709 Empregos diretos;
 - 1657 Leitos.

Empreendimentos visitados:

Pousada do Tucunaré
Pousada do Tucunaré
Hotel Pousada Aquariu's
Hotel Modelo
Ype Park Hotel
Lago's Hotel
Novo Hotel
Hotel Vale do Sol
Regente Palace Hotel
Hotel Carajás
Hotel Santa Catarina
Hotel OT Sol Inn
Vila Romana Park Hotel
Minas Hotel
Hotel Flórida
Hotel Três Lagoas
Castellu's Hotel
Hotel Avenida
Hotel e Lavanderia Copa
Hotel Central
Hotel Lider
Hotel OT Sol Inn
Bugallú II Lanchonete e Pizzaria
Restaurante Beira Rio (Miguelzinho)
Barbosa Restaurante
Tribo
Restaurante do Zé Miguel
Churrascaria e Lanchonete Real
Varanda Café
Restaurante Divina Gula
Restaurante Yakiniku
Pizzaria da Mama

Pizzaria Casella
Lanchonete e Churrascaria Gaucho
Restaurante Lagoão
Pizzaria Kikão
Restaurante 315
Restaurante Irmãos Oliveira
Lanchonete Camargo
Restaurante Zingaros
Lanchonete e Churrascaria Pioneiro
Restaurante Posto São Paulo
Restaurante Cupim Mil
Churrascaria e Lanchonete São Luiz
Picanhas Restaurante
Espetos São Luiz
Guariento's Restaurante e Chopperia
Pizzaria e Restaurante Bugallú Central
Restaurante Bonkié
Casa de Suco Nossa Senhora Aparecida
Pastelaria Pirâmide
Lanchonete Kampai
Pousada do Sucuriú
Pesque e Lazer Lagoa da Prata
Usina Hidrelétrica Jupia
Psicultura
Vivero de Mudas
Viveiro de Mudas Prefeitura
Lagoa Maior
Praça Jardim Alvorada
Praça da Bandeira
Igreja Matriz
Casa do Artesão
Artesanato do Zé Miguel
Artesanato Tudo em Madeira
Rancho Madri
Rancho WN
Rancho Vovó Maria
Rancho da Carmela
Rancho Angra Azul
Estância Nossa Senhora Aparecida
Rancho do Costinha
Recanto da Mina
Conveniencias Galpão
Motonáutica Píer 2

Porto Marina Três Lagoas
Núcleo de Tecnologia Educacional
Centro Cultural Irene Marques Alexandria
Motel Caribe
Motel Ypê
Motel Cupido
Oásis Pinhais Motel
Motel Hawai
Wing's Motel
Eros Motel
Relógio Central
Cristo
Igreja de Santo Antônio
Ponte Ferroviária Francisco de Sá
Obelisco

Observações Gerais:

- ❑ Existem cerca de 12 loteamentos nas margens do Rio Sucuriú, sendo observado alguns empreendimentos produzindo serviços turísticos como a Pousada do Tucunaré, a Pousada do Sucuriú, o Bar e Restaurante da Ponte, a loja de Conveniências Galpão, a Tribo, além de Clubes de Campo, a Motonáutica Píer 2, a Marina Três Lagoas e cerca de 800 ranchos de veraneio, sendo alguns alugados com frequência. Embora tenha um conjunto de atrativos, verifica-se que o conjunto dos produtos oferecidos não são oferecidos de maneira ordenada no mercado turístico;
- ❑ A ocupação turística no Rio Sucuriú não cumpre Leis Ambientais Federais como a que determina a manutenção da mata ciliar, o que pode estar causando o assoreamento do rio. Os ranchos proliferam rapidamente sem serviços públicos como coleta de lixo e tratamento de esgoto sendo fatores que merecem discussão devido ao processo não estar caminhando com sustentabilidade. Empreendimentos como a Pousada do Tucunaré estão encontrando dificuldades em obter licença ambiental embora já esteja operando;
- ❑ A Colônia de Pescadores Z-3 do Bairro de Jupia é a maior em toda a extensão do Rio Paraná. O local é muito freqüentado por adeptos de pesca extrativa porém já ocorre em grande intensidade a pesca sendo realizada com turistas. 30 pescadores já foram capacitados pelo PNDPA;
- ❑ Os Restaurantes do Barbosa, Beira Rio e do Zé Miguel estão construídos dentro da área de inundação da CESP e sujeitos à desapropriação a qualquer momento, o que inibe investimentos concretos nos empreendimentos;
- ❑ Embora a pesca amadora seja realizada com frequência no Jupia, o serviço não é oferecido sob forma de produto formatado, não podendo ser comprado através de uma agência de turismo, com seguro, antecedência, entre outras características;
- ❑ O artesanato se encontra em ascensão, sendo motivo de muita discussão pela comunidade. Merece destaque as gamelas em Madeira de D. Ana Viturino que possui até loja própria. A

cesteria em taboa de Dona Maria do Rosário, a tecelagem do Sr. Eduardo Nakamura e a Cerâmica do Sr. Edvaldo Márcio Vicente podem ser encontrados na Casa do Artesão do município, a segunda maior do estado;

- ❑ Grande parte da mão de obra utilizada possui capacitação porém necessita de atualização, além de ser necessário expandir a capacitação para áreas como barman entre outros profissionais não encontrados no município;
- ❑ A divulgação dos equipamentos é realizada através de cartão de visitas, rádio, jornal, placas, revistas, tele-marketing e Internet, com destaque para a Pousada do Tucunaré e Hotel OT que possuem Hom-Pages e Folders próprios;
- ❑ As agências existentes na cidade são emissivas, não sendo encontrado nenhum produto formatado, com exceção de hospedagens. A pousada do Tucunaré possui um volume inexpressivo de seu mercado realizado através de agências;
- ❑ Foi verificado a ausência de uniformes e crachás em alguns equipamentos;
- ❑ Campo Grande, Paranaíba, Brasilândia de MS; Presidente Epitácio, Andradina, Araçatuba, Ilha Solteira, Bauru, Campinas, Jales, Americana e São Paulo de SP foram as localidades citadas pelos empresários como principais centros emissores. Hotel OT, Vila Romana Park Hotel e Pousada do Tucunaré recebem turistas estrangeiros;

Recomendações:

- ❑ A ocupação no Rio Sucuriú necessita ser repensada para ser corrigida com planejamento adequado;
- ❑ Os serviços urbanos como coleta de lixo e tratamento de esgoto precisam atender as áreas com ocupação turística;
- ❑ A ocupação do Jupiá deve ser discutida, adequada e legalizada o que trará segurança aos investidores;
- ❑ Recomendamos a realização de um curso gratuito para formação de Monitores de Pesca, havendo seleção dos alunos de acordo com o perfil;
- ❑ Um curso sobre formatação de produtos voltado para a pesca esportiva seria útil.
- ❑ Cursos de capacitação para o aperfeiçoamento das atividades de garçom, camareira, barman, recepcionista de hotéis e pousadas melhorariam a qualidade dos serviços prestados;
- ❑ Cursos de gestão como gerenciamento de hotéis e restaurantes e de empreendedorismo tornariam os empreendimentos mais competitivos;
- ❑ O fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo assim como a criação de um Fundo Municipal de Turismo administrado pelo Conselho aumentaria a cooperação entre os equipamentos e o poder público, permitindo avanços na gestão da política de turismo municipal.

Roteiros Identificados:

A semelhança entre os produtos oferecidos nos permite dividir os equipamentos com qualidade verificada em roteiros:

Roteiro de Praias, Balneários e Esportes Náuticos:

Este roteiro é constituído por empreendimentos com característica de localização nas margens de rios que apresentam praias, área verde e lagos com boas condições para a prática de esportes náuticos. Verificamos empreendimentos deste tipo no Rio Sucuriú em Três Lagoas, no Rio Paraná em Bataguassu e em Anaurilândia.

Equipamentos que compõem o Roteiro:

Município	Empreendimento
Bataguassu	<i>Toca do Peixe</i>
Bataguassu	<i>Restaurante Maçarico</i>
Bataguassu	Capela Nossa Senhora dos Navegantes
Anaurilândia	Pousada Costa do Sol
Anaurilândia	Rancho Portal das Águas
Anaurilândia	Rancho Portal das Águas
Três Lagoas	Pousada do Tucunaré
Três Lagoas	Pousada do Tucunaré
Três Lagoas	Tribo
Três Lagoas	Pousada do Sucuriú
Três Lagoas	Rancho Madri
Três Lagoas	Rancho WN
Três Lagoas	Rancho Vovó Maria
Três Lagoas	Rancho da Carmela
Três Lagoas	Rancho Angra Azul
Três Lagoas	Estância Nossa Senhora Aparecida
Três Lagoas	Rancho do Costinha
Três Lagoas	Recanto da Mina
Três Lagoas	Conveniências Galpão
Três Lagoas	Motonáutica Píer 2
Três Lagoas	Porto Marina Três Lagoas

Roteiro de Pesca Esportiva:

Este roteiro é constituído por empreendimentos com característica de localização nas margens de rios e que apresentam produtos e serviços voltados para a pesca esportiva. Verificamos empreendimentos deste tipo no Rio Sucuriú em Três Lagoas, no Rio Paraná em Bataguassu e em Anaurilândia.

Equipamentos que compõem o Roteiro:

Bataguassu	Toca do Peixe
------------	---------------

Bataguassu	Restaurante Maçarico
Bataguassu	Pousada Kym
Bataguassu	Pesqueiro Favaretto
Bataguassu	Pesqueiro Favaretto
Bataguassu	Capela Nossa Senhora dos Navegantes
Anaurilândia	Pousada Costa do Sol
Anaurilândia	Rancho Portal das Águas
Anaurilândia	Rancho Portal das Águas
Três Lagoas	Pousada do Tucunaré
Três Lagoas	Pousada do Tucunaré
Três Lagoas	Hotel Pousada Aquariu's
Três Lagoas	Restaurante Beira Rio (Miguelzinho)
Três Lagoas	Barbosa Restaurante
Três Lagoas	Pousada do Sucuriu
Três Lagoas	Pesque e Lazer Lagoa da Prata
Três Lagoas	Rancho Madri
Três Lagoas	Rancho WN
Três Lagoas	Rancho Vovó Maria
Três Lagoas	Rancho da Carmela
Três Lagoas	Rancho Angra Azul
Três Lagoas	Estância Nossa Senhora Aparecida
Três Lagoas	Rancho do Costinha
Três Lagoas	Recanto da Mina
Três Lagoas	Conveniencias Galpão
Três Lagoas	Motonáutica Píer 2
Três Lagoas	Porto Marina Três Lagoas

Roteiro de Negócios:

Este roteiro é constituído por empreendimentos freqüentados por negociantes que transitam pela região a trabalho. As características dos empreendimentos são a localização central nos municípios. Verificamos empreendimentos deste tipo em todos os municípios..

Equipamentos que compõem o Roteiro:

Brasilândia	Hotel Alvorada
Brasilândia	Restaurante Ti Karlo
Bataguassu	Restaurante Prudentão

Bataguassu	Hotel Prudentão
Bataguassu	Restaurante Maçarico
Bataguassu	Lanchonete na Palhoça
Bataguassu	Varanda do Chopp
Bataguassu	Hotel Europa
Bataguassu	Hotel Terra Nova
Bataguassu	Hotel Real
Santa Rita do Pardo	Restaurante Alvorada
Santa Rita do Pardo	Hotel Alvorada
Batayporã	Café Expresso
Batayporã	Pousada Lina Barbara
Batayporã	Restaurante e Lanchone Tigrão
Anaurilândia	Hotel Samambaia
Anaurilândia	Restaurante do Rubão
Três Lagoas	Hotel Pousada Aquariu's
Três Lagoas	Hotel Modelo
Três Lagoas	Ype Park Hotel
Três Lagoas	Lago's Hotel
Três Lagoas	Novo Hotel
Três Lagoas	Hotel Vale do Sol
Três Lagoas	Regente Palace Hotel
Três Lagoas	Hotel Carajás
Três Lagoas	Hotel Santa Catarina
Três Lagoas	Hotel OT Sol Inn
Três Lagoas	Vila Romana Park Hotel
Três Lagoas	Hotel Flórida
Três Lagoas	Hotel Três Lagoas
Três Lagoas	Castellu's Hotel
Três Lagoas	Hotel OT Sol Inn
Três Lagoas	Varanda Café
Três Lagoas	Restaurante Divina Gula
Três Lagoas	Restaurante Yakiniku
Três Lagoas	Pizzaria Kikão
Três Lagoas	Restaurante 315
Três Lagoas	Restaurante Zingaros
Três Lagoas	Lanchonete e Churrascaria Pioneiro
Três Lagoas	Restaurante Cupim Mil
Três Lagoas	Picanhas Restaurante
Três Lagoas	Guariento's Restaurante e Chopperia
Três Lagoas	Casa de Suco Nossa Senhora Aparecida
Três Lagoas	Lanchonete Kampai
Três Lagoas	Núcleo de Tecnologia Educacional
Três Lagoas	Centro Cultural Irene Marques Alexandria

Roteiro Cultural:

Este roteiro é constituído por empreendimentos com gastronomia típica, programação educativa e cultural, venda de produtos artesanais e monumentos de preservação histórico cultural. Verificamos empreendimentos deste tipo em Batayporã e Três Lagoas.

Equipamentos que compõem o Roteiro:

Batayporã	Fazenda Primavera
Batayporã	Centro de Memória Jindrick Trachta
Batayporã	Usina Sérgio Mota
Anaurilândia	Igreja Matriz
Três Lagoas	Hotel OT Sol Inn
Três Lagoas	Tribo
Três Lagoas	Varanda Café
Três Lagoas	Restaurante Divina Gula
Três Lagoas	Restaurante Yakiniku
Três Lagoas	Picanhas Restaurante
Três Lagoas	Usina Hidrelétrica Jupia
Três Lagoas	Psicultura
Três Lagoas	Vivero de Mudas
Três Lagoas	Viveiro de Mudas Prefeitura
Três Lagoas	Lagoa Maior
Três Lagoas	Casa do Artesão
Três Lagoas	Artesanato do Zé Miguel
Três Lagoas	Artesanato Tudo em Madeira
Três Lagoas	Relógio Central
Três Lagoas	Cristo
Três Lagoas	Igreja de Santo Antônio
Três Lagoas	Ponte Ferroviária Francisco de Sá
Três Lagoas	Obelisco

ANEXO 2

APRESENTAÇÃO

A **Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul** disponibiliza para a sociedade um instrumento de registro e pesquisa onde estão elencados os atos da Gestão Pública Estadual que vem estabelecendo as políticas e ações visando o ordenamento, organização e desenvolvimento da atividade a partir de 1979, ano de instalação do primeiro Governo de Mato Grosso do Sul.

Este trabalho contempla também os Atos Institucionais voltados para a proteção e preservação do ecossistema e do patrimônio histórico-cultural, considerando que são valores determinantes para a condição de destino turístico com o qual **Mato Grosso do Sul** desponta no cenário nacional e internacional, portanto imprescindíveis para o binômio oferta – demanda turística.

A partir dos referenciais: Ano / Mês / Dia / Título, os interessados em aprofundar a pesquisa deverão acessar o *site* www.ms.gov.br – *Link* - Legislação / Governadoria / Busca Título do Documento a ser consultado.

Complementando este trabalho foi levantado na Macroestrutura de Governo do Estado os níveis, as vinculações e os gestores públicos do turismo desde 1979, por entender que, em dado momento de suas carreiras político e/ou profissional deram sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do turismo de **Mato Grosso do Sul**

DOCUMENTO INSTITUCIONAL	E M E N T A
1979, Janeiro 01, Decreto Lei Nº 02	Dispõe sobre a organização da administração pública do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.
1979, Janeiro 01, Decreto de Lei Nº 009	Dispõe sobre o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico, autoriza a criação das entidades que menciona e dá outras providências. Art. 2 – Os seguintes órgãos e entidades integram o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico: III – Entidades vinculadas e supervisionadas h) Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – TURISUL
1979, Janeiro 01, Decreto Nº 11	Estabelece a competência, aprova a estrutura básica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.
1979, Maio 28, Decreto Nº 132	Cria a Empresa de Turismo de MS - TURISUL e dá outras providências.
1979, Agosto 17, Decreto Nº 203	Altera os Estatutos da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
1979, Outubro 08, Decreto Nº 271	Aprova o Orçamento da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul - TURISUL - para o exercício de 1979.
1980, Janeiro 02, Decreto Nº 418	Substitui a sigla da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul, de TURISUL para MSTUR.
1981, Maio 06, Lei Nº 218	CAPITULO I ... DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Extingue o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico e o Sistema Estadual de Comunicação Social. Art.3º - I - Sistema Executivo para o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo, sendo o seu órgão central a Secretaria de Indústria e Comércio; CAPITULO II ... DOS OBJETIVOS E ESTRUTURA DOS SISTEMAS Seção I ... Sistema Executivo para Indústria, Comércio e Turismo. Art.6º - III – Entidades vinculadas e supervisionadas C) Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – MSTUR

1981, Maio 06, Lei Nº 218	Altera os Estatutos da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
1981, Maio 28, Decreto Nº 1.045	Altera o Orçamento da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (MS/TUR), para o exercício de 1981.
1981, Setembro 27,	Criação do Parque Nacional do Pantanal e criação da Reserva Mundial da Biosfera.
1982, Setembro 13, Decreto N º 1.774	Autoriza o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral a praticar os atos de transformação da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – MS TUR e dá outras providências. Art. 2º - A Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul Vinculada a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, em conformidade com a Lei nº 218, de 06 de Maio de 1981, terá forma jurídica de sociedade de economia mista e será regida pela Lei das Sociedades Anônimas e Legislação Complementar, reservado ao Estado a detenção de, no mínimo, 51% as Ações com direito a voto.
1983, Outubro 17, Lei Nº 390	Autoriza o Poder Executivo a alienar a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul S/A, o imóvel que menciona. (terreno onde se localiza o “Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo”).
1990, Abril 06, Decreto Nº 5439	Dispõe sobre a dissolução de Empresas Públicas (CODESUL e MS TUR).
1990, Junho 29, Decreto Nº 5.542	Reorganiza a estrutura básica da Secretaria de Indústria e Comércio. Art. 4, Inciso III, Diretoria Geral do Fomento ao Turismo.
1991, Maio 07, Decreto 1.140	Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do poder executivo de Mato Grosso do Sul.
1991, Junho 05, Decreto nº 5.927	Dispõe sobre a estrutura básica e funcionamento da Secretaria de Indústria e Comércio e dá outras providências. CAPITULO I ... DA COMPETÊNCIA E ESTRUTURA BÁSICA Art. 2º - A Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio disporá da seguinte estrutura básica.
1992, Março 17, Decreto Nº 6.394	<i>Cria a Comissão Especial para definição do programa de utilização e implementação da Estrada-Parque e dá outras providência*</i>
1992, Junho 09, Decreto Nº 6.543	Dispõe sobre a estrutura e funcionamento da Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio. <i>(Extingue a Diretoria Geral de Fomento ao Turismo)</i>

1992, Junho 10, Decreto Nº 6.544	Aprova o Estatuto da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul - CODEMS e dá outras providências. <i>(Entidade da Administração indireta vinculada ou supervisionada pela Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio)</i>
1992, Setembro 10, Decreto Nº 6.690	Abre a Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio o crédito suplementar no valor de Cr\$ 260.000,000.00.
1993, Fevereiro 12, Decreto Nº 7.059	Dispõe sobre o Sistema de Informações Turísticas de Mato grosso do Sul e dá outras providências. Considera a importância das informações sobre o Turismo para o planejamento do setor em Mato Grosso do Sul.
1993, março 17, Decreto Nº 7.122	<i>Considera Estradas Parques, trechos de rodovias estaduais da região do Pantanal e dá outras providências*</i>
1993, junho 16, Decreto Nº 7.251	<i>Dispõe sobre a Instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural e dá outras providências*</i>
1993, setembro 28, Registro Nº 109, folhas 70 – 73	<i>Reconhecimento do Casario do Porto, em Corumbá, como Patrimônio Histórico pelo IPHAN***</i>
1993, Novembro 23, Decreto Nº 7.511	<i>Institui a Autorização Ambiental de pesca no Estado e dá outras providências*</i>
1994, Maio 13, Decreto Nº 7.784	Denomina “ PALÁCIO POPULAR DA CULTURA ” o Centro de Convenções localizado no Parque dos Poderes, em Campo Grande.
1994, Maio 24, Decreto Nº 7.804	Cria o Centro de Convenções de Mato Grosso do Sul, como unidade da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul - CODEMS.
1994, Julho 13, Decreto Nº 7.863	<i>Tombamento do prédio histórico da Casa do Artesão de Campo Grande#</i>
1996, Janeiro 15, Decreto Lei 1.654	Altera a organização da estrutura básica do Poder Executivo de Mato Grosso do Sul, de que trata a Lei Nº 1.140, de 07.05.1991, em conformidade com o Art. 94 da Constituição Estadual.
1997, Março 26, Lei Nº 1.735	<i>Tombamento do Conjunto Edificado da Rede Noroeste do Brasil e seu entorno, em diversas cidades do Estado#</i>
1997, Julho 23, Resolução da Séc. Est. Cult.	<i>Tombamento do prédio da Escola Estadual Maria Constança de Barros, em Campo Grande, fundamentada no Artigo 15, Decreto nº 7.993#</i>

Tur & Esp	
1997, Dezemb. 09, Lei Nº 1.793	Cria o Museu da Imagem e do Som, no âmbito da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. (§ 1º de Art. 1º, “O Museu ocupará espaço, que lhe será especialmente destinado no Palácio Popular da Cultura”).
1998, Maio 07, Resol. SEC	<i>Tombamento da Igreja São Benedito – “Tia Eva”, fundamentada no Artigo 15, Decreto n º 7.993#</i>
1998, Dezemb. 17, Decreto Nº 9.278	<i>Cria o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e dá outras providências*</i>
1999, Janeiro 01, Lei Nº 1.940	Altera dispositivo da Lei 1.140, de 07 de maio 1991, que dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Art. 18 Compete à Secretaria de Estado da Produção e do Desenvolvimento Sustentável: XVI A coordenação, supervisão e fomento de desenvolvimento dos recursos turísticos do Estado notadamente ao que se refere ao ecoturismo;
1999, Janeiro 12, Decreto Nº 9.333	Dispõe sobre estrutura administrativa e a composição de cargos e funções da Secretaria de Estado da Produção e de Desenvolvimento Sustentável.
1999, Abril 15, Decreto Nº 442	Institui o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável - PDTUR e dá outras providências.
1999, Maio 14, Decreto Nº 9.478	Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul - CODEMS a pagar as despesas de custeio da Superintendência de Turismo.
1999, Junho 24, Diário Oficial Nº 5.045	Aprovação do regime interno do Fórum Gestor do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul - PDTUR.
1999, Outubro 09, Decreto Nº 9.662	<i>Cria o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari e dá outras providências*</i>
2000, Junho 05, Decreto Nº 9.934	<i>Cria a Área de Proteção Ambiental denominada Rio Cênico Rotas Monçoeiras e dá outras providências*</i>
2000, Junho 05, Decreto Nº 9.935	<i>Cria o Parque Estadual Estadual Matas do Segredo e dá outras providências*</i>
2000, Junho 05, Decreto Nº 9.937	<i>Cria a Área de Proteção Ambiental denominada Estrada-Parque de Piraputanga e dá outras providências*</i>

2000, Junho 05, Decreto Nº 9.938	<i>Institui o Comitê Gestor da Área Especial de Interesse Turístico, denominada Estrada Parque Pantanal e dá outras providências*</i>
2000, Junho 05, Decreto Nº 9.941	<i>Cria o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro e dá outras providências*</i>
2000, Agosto 14, Lei Nº 2.135	Institui a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências
2000, Setembro, 21, Decreto Federal Nº 84.017	<i>Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**</i>
2000, Outubro 26, Decreto Nº 10.097	Dispõe sobre a vinculação de entidades da administração indireta às secretarias de estado e a incorporação das funções, do pessoal, do patrimônio, dos direitos e obrigações dos órgãos e entidades transformados, fusionados, extintos ou em liquidação e da estrutura do poder executivo e dá outras providências.
2000, Dezemb. 14, Lei Nº 2.191	Dá nova denominação ao Centro de Convenções / MS – Palácio Popular da Cultura. (Passa a denominar-se “Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo”).
2000, Dezembro 29	<i>O Pantanal é reconhecido como Patrimônio de Reserva Natural da Humanidade, pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**</i>
2001, Janeiro 04, Decreto Nº 10.999	Dispõe sobre a competência e aprova a estrutura básica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo e dá outras providências. Da Estrutura Básica: Art 2º - Item II - Letra “ b ”. Superintendências de Políticas de Turismo.
2001, Abril 11, Decreto Nº 2.223	<i>Responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano pela poluição hídrica dos rios-cênicos e dá outras providências*</i>
2001, Junho 11, Decreto Nº 10.394	<i>Institui o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul*</i>
2001, Julho 25, Decreto 10.437	Institui a Unidade Coordenadora Estadual do Programa Pantanal, âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, e dá outras Providências.
2001, Julho 31 Decreto Lei Nº 2.268	Altera o Dispositivo da lei Nº 2.152, de 26.10.2000, que dispõe sobre a reorganização da estrutura do Poder Executivo do Estado de MS.
2001, Outubro 08,	<i>Cria o Parque Estadual da Serra de Sonora e dá outras providências*</i>

Decreto Nº 10.513	
2001, Outubro 09, Lei Nº 2.307	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
2001, Novemb. 12, Decreto Nº 10.545	Dispõe sobre o cadastro e o certificado de habilitação e dá outras providências.
2001, Novemb. 14, Decreto Nº 10.552	Institui a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul a estatuto e dá outras providências.
2001, Novemb. 28, Decreto Nº 10.567	Altera a redação do art.1º do Decreto nº 10.518 de 19 de Outubro de 2001, que transforma cargo em comissão em âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo.
2002, Janeiro 20, Decreto Nº 10.663	Altera dispositivos nº 10.199, de 04 de Janeiro de 2002 e aprova a estrutura básica da Secretaria.
2002, Fevereiro 05, Decreto Nº 10.644	Altera a redação do art. 5º do Decreto nº 10.545, de 12 de Novembro de 2001, que dispõe sobre o Cadastro de Habilitação para “vans” de Turismo.
2002, Março 04, Decreto Nº 10.680	Cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região sul do Mato Grosso do Sul - PRODETUR/SUL, estabelece esse gerenciamento e dá outras providências.
2002, Abril 29, Decreto Nº 10.752	Dispõe a estrutura básica, a competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, consolida quadro de cargos em comissão e dá outras providências.
2002, Maio 21, Decreto Nº 10.783	<i>Criação do Parque do Prosa e dá outras providências*</i>
2002, Junho 04, Decreto Nº 10.800	Institui o Conselho Consultivo do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e dá outras providências.
2002, Agosto 07, Res. SEMACT 008	<i>Tombamento do ILA – Instituto Luis de Albuquerque, atual “ Casa da Cultura Luis de Albuquerque”, em Corumbá#</i>
2002, Agosto 16, Port. IMAP Nº 13	<i>Estabelece os procedimentos para concessão da Autorização ambiental de pesquisa nas Unidades de Conservação Estaduais*</i>
2002, Agosto 29, Decreto Nº 10.906	Cria, no âmbito de Estado de Mato Grosso do Sul, a área de proteção especial denominada Parque Natural Regional do Pantanal.

2002, Dezembro 19 Decreto Nº 11.032	<i>Proíbe a pesca no Rio Apa, nos trechos que especifica e dá outras providências*</i>
2002, Dezembro 26 Decreto Nº 11.036	Altera dispositivos do Decreto Nº 10.707, de 22 de Março de 2002 que institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado do Mato Grosso do Sul.
2003, Janeiro 13, Resol. SEGES Nº 337/2003	Fixa as siglas e os códigos numéricos de identificação dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta do Poder Executivo, e dá outras providências. (Sigla FUNDTUR).
2003, Fevereiro 14, Decreto Nº 11.113	Cria o Conselho de Turismo da Serra do Bodoquena, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Mato Grosso do Sul PRODETUR/SUL e dá outras providências
2003, Maio 14, Decreto Nº 11.215	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 10.680, de 4 de Março de 2003, que cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região do Estado de Mato grosso do Sul-PRODETUR/SUL.
2003, Maio 22, Decreto 11.221	Dá nova redação ao Estatuto da Fundação de Turismo, aprovado pelo decreto Nº 10.552, de 14 de Novembro e dá outras providências.
2003, Junho 12, Plano de ação	Elaboração e lançamento do Plano de Ação 2003 – 2006, para o Desenvolvimento do Turismo no Estado.
2003, Julho 04, Lei Nº 2.643	Dá denominação à sala de Convívio do Centro de Convenções-MS Palácio Popular da Cultura, Arquiteto Rubens Gil de Camillo.
2003, Julho 17, Lei 2.652	O Governo de MS sanciona a lei que institui o Fundo para Desenvolvimento do Turismo no Estado, o qual tem como finalidade apoiar as ações da Fundação de Turismo.
2003, Agosto 14, Decreto Nº 11.340	Regulamenta a Lei Nº 2.652, de 17 de Julho de 2003, que cria o Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul.
2003, Setembro 03, Decreto Nº 11.374	Cria as Delegacias Especializadas de Repressão aos Crimes contra as Relações de Consumo e de Repressão aos crimes Ambientais e de Proteção ao Turista, na estrutura básica da Diretoria-Geral da Polícia Civil.
2003, Setembro 26, Decreto Nº 11.417	Institui o “ Prêmio Tuiuiú” de turismo, a ser conferido às pessoas físicas que contribuíram para o desenvolvimento do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul.

2003, Outubro 10, Decreto Nº 11.436	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 10.680, de 4 de Março de 2002, que cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo da região do Estado de Mato Grosso do Sul-PRODETUR/SUL.
2003, Outubro 23, Decreto Nº 11.460	Constitui Grupo de Trabalho para o detalhamento da implantação do Projeto Trem do Pantanal.
2004, Janeiro 09, Lei Nº 2.794	Institui o projeto Turismo Educativo e dá outras providências.
2004, Janeiro 12, Decreto Nº 11.536	Disciplina a distribuição da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
2004, Fevereiro 13, Decreto Nº 11.550	<i>Institui o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Prosa e dá outras providências*</i>
2004, Abril 13, Resolução SEC	<i>Tombamento da “ Viola-de-Cocho”, como Patrimônio histórico e Cultural do Estado, fundamentada no Art. 15, Dec. 7.993#</i>
2004, Maio 12, Decreto Nº 11.607	Cria a Central de Reservas de Passagens e estabelece procedimentos para contratação dos serviços de fornecimento de passagens a órgãos e entidades do Poder Executivo e dá outras providências.
2004, Agosto 31, Decreto Nº 11.680	Transfere competência da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo para a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário.
2004, Setembro 27, Decreto Nº 11.690	<i>Amplia os limites do Monumento Natural do Rio Formoso e dá outras providências*</i>
2004, Novembro 03, Decreto Nº 11.717	Dá nova redação ao Estatuto da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul-FUNDTUR, aprovado pelo Decreto nº 10.552, de 14 de Novembro de 2001 e dá outras providências.
2004, Dezemb. 23, Lei Nº 2.964	Cria a carreira Gestão de Ações de Desenvolvimento Socioeconômico.
2005, Junho 09, Lei Nº 3.005	Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Brasil S/A, nas condições que menciona, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do turismo no Sul do Brasil – Prodetur Sul, com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.
2005, Julho 11, Decreto Nº 11.898	Organiza a carreira Gestão de Ações de Desenvolvimento Socioeconômico e define a composição do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo e

	da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.
2005, Novembro 17, Decreto Nº 11.97	Cria a Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e estabelece a sua composição e competências.
2007, Janeiro 01, Decreto Nº 12.223	Estabelece a estrutura e a organização do Conselho Extraordinário de Relações Nacionais e Internacionais do Estado de Mato Grosso do Sul – CONEX/MS e dá outras providências.
2007, Março 17, Lei Nº 3.375	Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Guias de Turismo de Bonito, com sede e foro no Município de Bonito - MS.
2007, Junho 15, Decreto Nº 12.346	Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região do Estado de Mato Grosso do Sul (Prodetur / Sul – MS) e dá outras providências.
2007, Julho 9, Lei Nº 3.391	Cria o Selo de Qualidade Artesanal e dá outras providências.
2007, Julho 25, Lei Nº 3.402	Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências.
2007, Julho 30, Lei Nº 3.403	Institui o “ Selo Qualidade Turismo “, no âmbito de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
2007, Agosto 15, Decreto Nº 12.395	Dá nova denominação ao Selo Turismo e altera o Decreto 7.121 de 17 de março de 1993 e o Decreto 10.719 de 2 de Abril de 2002.
2008 Junho 17, Decreto Nº 12.568	Prorroga o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para os cargos na Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências
<p>* Ações de Governo que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística sustentável no Estado, devido a sua vocação eminente ao ecoturismo.</p> <p>** Ações do Governo Federal, com o mesmo intuito, na criação de Reservas Naturais e Parques Nacionais.</p> <p>*** Ações do IPHAN no Estado, além do Tombamento da Gruta do Lago Azul, em Bonito, através de registro Nº 74, folha 19, do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 01 de Novembro de 1978.</p> <p># Ações da Secretaria e Fundação de Cultura do Estado, para a preservação e conservação de nosso patrimônio e tradições.</p> <p>FONTE: - Arquivos Fundação de Turismo/MS - Consulta Secretaria de Estado de Gestão Pública - Pesquisa Site oficial do Governo do Estado MS - Legislação Estadual - www.ms.gov.br</p>	

Gerência de Programas e Políticas de Desenvolvimento do Turismo
Gestão do Sistema de Informações e Estatística / Última atualização em 11/07/2008.

ANEXO 3

1 – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

- a) Título do projeto: Plano de Marketing da Costa Leste de MS;*
- b) Data de realização do evento: Segundo Semestre de 2003;*
- c) Localização: municípios pertencentes à Costa Leste de MS: Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Santa Rita do Rio Pardo e Três Lagoas;*
- d) Público-alvo: Arranjo Produtivo do turismo dos municípios envolvidos;*
- e) Tipo de cliente que o evento pretende abranger: Micro, pequenas, médias e grandes empresas do setor turístico;*
- f) Entidades envolvidas: UNIPAR – Associação dos Municípios do Alto Paraná (Câmara Técnica de Turismo Costa Leste de MS), SEBRAE MS e Ministério da Integração Nacional.*

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PROPONENTE

- a) Razão social – Associação dos Municípios do Alto Paraná*
- b) CNPJ – 02481735/0001-00*
- c) Endereço – Alameda Paul Harris, 30 – Centro / Três Lagoas - MS*
- d) CEP: 79601-003*
- e) Fone/Fax: 521-1133*
- f) Nome do representante legal da entidade: Issam Fares*

3 - JUSTIFICATIVA

A Costa Leste de MS é uma região detentora de grande potencial turístico. A abundância de recursos hídricos oferecidos pela Bacia do Rio Paraná e seus afluentes, o ambiente rural, a riqueza da fauna e flora do cerrado compõem um conjunto de cenários de belezas naturais que retratam com fidelidade a riqueza natural do Mato Grosso do Sul.

A região também possui um contexto histórico que marca a colonização da porção leste de nosso estado, com monumentos e tradições exclusivas como a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada em Bataguassu há mais de cinquenta anos, ou a Igreja de Santo Antônio, primeira igreja de Três Lagoas, monumento de 1914 tombado pelo Patrimônio Histórico, entre tantos. As potencialidades existentes passaram a construir um fluxo também impulsionado pelo turismo de negócios e pelos turistas que trafegam pela região com destino ao Pantanal e Bonito.

Todos estes fatores associados as obras compensatórias pelo impacto da Usina Sérgio Mota, assim como as ações realizadas até então pela Câmara Técnica de Turismo, criaram um ambiente de prosperidade ao desenvolvimento da atividade turística na região. Embora o turismo seja uma vocação real de desenvolvimento sustentável, percebemos que os produtos turísticos são oferecidos de maneira independente, com pouca presença de agenciamento e operações turísticas devido sobretudo à ausência de um roteiro integrando os atrativos da região.

O planejamento de um roteiro, assim como sua apresentação ao público através de um Plano de Marketing Turístico, seria a sustentação necessária para a orientação do mercado consumidor para o novo destino turístico colocado no mercado, viabilizando a integração do roteiro às agências e operadoras localizadas nos centros emissores (principalmente o oeste paulista), criando um cenário favorável à novos investimentos e contratações no setor.

Dessa forma esperamos consolidar a integração da região através de um roteiro turístico regional que posteriormente deverá ser também realizado através da navegação fluvial na Hidrovia do Rio Paraná.

4 – OBJETIVO

Planejamento e produção do Roteiro Turístico da Costa Leste de MS

5 - RESULTADOS ESPERADOS (METAS)

a) Indicar o número de empresas por porte, a serem beneficiadas diretamente pelo projeto;

ENQUADRAMENTO DA EMPRESA

CLASSIFICAÇÃO	Quant	COMÉRCIO E SERVIÇOS
MICRO	62	ATÉ 09 func
PEQUENA	38	10 A 49 func

MÉDIA	2	50 A 99 func
GRANDE	2	100 func ACIMA

6 – DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA

- a) Definição e detalhamento das etapas necessárias à execução do projeto, apresentando o cronograma de execução física;

Data	Descrição
A Partir da publicação no Diário Oficial	Capacitação Empresarial
A partir da publicação oficial	Planejamento, Criação e finalização da arte
A partir da publicação oficial	Produção da campanha
75 dias a partir da Publicação Oficial	Lançamento da Campanha

- b) Responsabilidades dos parceiros:

Responsabilidade	UNIPAR (Cota Leste/MS)	SEBRAE MS	Ministério da Integração Nacional
Projeto	X		
Consultoria		X	
Capacitação Empresarial		X	
Financiamento		X	X
Gestão Financeira		X	
Execução	X	X	

7 - ORÇAMENTO

- a) Indicação detalhada dos recursos financeiros necessários à realização de cada etapa do projeto, com planilha de custos.

Etapa	Total	Ministério da Integração	SEBRAE MS	Desembolso
<i>Capacitação Empreendedora</i>	19.000,00		19.000,00	1º mês A PUB DO
Criação da Campanha	13.380,00	13.380,00		1º mês A PUB DO
Produção da Campanha	86.482,00	86.482,00		1º mês A PUB DO
Total	118.862,00	99.862,00	19.000,00	

Três Lagoas, 17 de outubro de 2003.

Idevaldo Garcia Leal Junior
Presidente da Costa Leste de MS
(67) 521 7000 pmtlgede@terra.com.br

Dr. Issam Fares
Presidente da Unipar MS
(67) 521 1133

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)